

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL E
INSTITUCIONAL**

Lisandra Espíndula Moreira

“VIDA DE EQUILIBRISTA”? Mães trabalhadoras em diferentes contextos sociais

Porto Alegre

2008

Lisandra Espíndula Moreira

“VIDA DE EQUILIBRISTA”? Mães trabalhadoras em diferentes contextos sociais

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Psicologia Social e Institucional. Programa de Pós Graduação em Psicologia Social e Institucional. Instituto de Psicologia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador Henrique Caetano Nardi

Porto Alegre

2008

Para João Pedro e Maria Elisa

Agradecimentos

Agradeço a todas e todos que me acompanharam e tornaram possível a realização desse trabalho.

Às mulheres que aceitaram participar desse estudo, contando suas trajetórias de vida, pela generosidade e confiança e às instituições e pessoas que possibilitaram nossos encontros.

A universidade por, desde a graduação, me oferecer ensino de muita qualidade. À Capes, pela bolsa e pela possibilidade de dedicação exclusiva à pesquisa.

A Henrique pela orientação, distante, mas sempre presente. À professora Jaqueline, incentivadora desde o tempo de graduação. À professora Dagmar e ao seu grupo de pesquisa que me acolheram na etapa do projeto. A professora Carmem pela disponibilidade em participar da banca.

Obrigada aos colegas de mestrado. Em especial Eliana e Luciana, pelos encontros e a Fernando Pocahy pela disponibilidade.

Obrigada às/aos amigas/os, por agüentarem esse período “monotemático” do mestrado.

Obrigada à minha família pelo suporte. Em especial à minha mãe pela força e ao meu pai pelo carinho.

Ao Ricardo, amor da minha vida, companheiro, por compartilhar comigo sonhos, tarefas, dores, conquistas... Por, num certo dia, me perguntar: “E porque tu não faz mestrado?”. E porque não? Aqui estou.

RESUMO

Essa pesquisa analisou os enunciados que produzem a articulação entre maternidade e trabalho de mulheres inseridas em diferentes contextos sociais. Baseou-se nas reflexões de Foucault, inspirada na genealogia como forma de pensar o presente. Para produção dos materiais de análise, esse estudo utilizou o relato da trajetória de vida de mulheres que são mães e trabalhadoras. As trajetórias de vida foram analisadas dentro do contexto histórico que as tornou possíveis e os relatos foram compreendidos a partir dos lugares ocupados por essas mulheres. Os materiais possibilitaram a problematização de alguns enunciados que constituem tanto o trabalho quanto a maternidade na contemporaneidade. Em relação à maternidade, descreveu-se a intensificação do investimento em um padrão de mulher mãe, constituindo uma norma da maternidade. Esse movimento tornou-se possível no cruzamento de diferentes discursos, em especial: o técnico-científico; o do direito (da mulher, da criança); o neoliberal e o da globalização. Essa norma da maternidade, apesar de ser produzida socialmente e ensinada em diferentes instâncias culturais, passa a ser naturalizada. Ela funciona associando algumas características a um modo de ser mãe considerado mais adequado, tais como: tempo (idade) certo (a) para ser mãe, número de filhos, condições financeiras. Em relação ao trabalho, o estudo analisou as transformações que o tornaram mais precário. Descreveu-se a intensificação das exigências para inserção e permanência dessas mulheres no mercado e a invalidação daquelas que não preenchem os requisitos. Essas transformações colocaram em questão o próprio conceito do que é trabalho e a sua relação com a renda, além de explicitar algumas relações de gênero que se sustentavam num modelo de trabalho anterior. Nesse sentido, colocar em questão a posição de equilibristas dessas mães trabalhadoras, além de atentar para a constituição social desses campos, demonstra o quanto eles estão implicados mutuamente. O trabalho produz modos de ser mãe e a maternidade produz modos de trabalhar. Dessa forma foi possível, nesse estudo ampliar as reflexões, pensando também as políticas públicas que sustentam e tensionam essa articulação.

ABSTRACT

The present research analysed the discursive articulation between motherhood and work in different social settings. It is based on Foucault's Genealogy, understood as a way to reflect about the present. In order to produce the research corpus, the study utilized life narratives of women that are both mothers and workers. The life narratives were analyzed taking in consideration the historical context that made them possible. The corpus analysis made possible to reflect on some statements that constitute both work and motherhood in contemporary times. Regarding motherhood, it was described the increasing of investment on women as mothers, constituting a pattern of motherhood. This movement was made possible in the crossroads between different speeches, particularly: the technical-scientific; the legal statements (woman and children right); the neoliberal economic credo and the one produced to legitimate globalization. This standardized motherhood, though socially produced in various cultural levels, becomes naturalized. It works by assigning some characteristics to be an adequate mother, such as: time (as in right age to have children), adequate number of children and good financial condition. Regarding work, the study analyzed the changes that made it precarious. It was described the demands' intensification for women to obtain and keep a position in the workforce and the disregard of those that don't fit criteria. These transformations changed the work concept in itself and its relation with money income, and, furthermore, explicit gender relations that were sustained by the previous work model. In this sense, the role of equilibrium of those working mothers was questioned, taking in consideration the social constitution of these fields, it was demonstrated how mutual implicated they are. The work produces motherhood patterns and motherhoods produces working patterns. Therefore, it was possible, in this study, to deepen the discussion, including the public policies that sustain and stress this articulation.

SUMÁRIO

1	TRAJETÓRIAS	8
1.1	Da pesquisa(dora)	8
1.2	Da Teoria	11
1.2.1	Perspectiva genealógica	11
1.2.2	Trajetória de vida como método de pesquisa	12
1.2.3	Da análise	17
1.3	Do Campo	19
1.3.1	Percorrendo diferentes contextos	20
1.4	Implicações da pesquisadora	29
1.4.1	O peso da barriga	30
1.5	Das mulheres mães e trabalhadoras	32
1.5.1	Implicações éticas na apresentação das participantes	32
1.5.2	Apresentação das participantes da pesquisa	35
2	MÃE É TUDO IGUAL? MODOS DE SER MÃE	44
2.1	Não existe manual - ensinando modos de ser mãe	58
2.2	Um é pouco, dois é bom, três é demais	67
2.2.1	Um é pouco - “Eu acho chato ela crescer sozinha”	68
2.2.2	Dois é bom	69
2.2.3	Três é demais – “Porque ter três filhos é ter muitos filhos”	72
2.3	O tempo certo de ser mãe	75
2.3.1	“Não sei se vai dar tempo” - maternidades tardias	76
2.3.2	Gravidez na adolescência ou maternidades jovens?	78
2.3.3	“Não tenho mais com o que me preocupar” – filhos independentes	86
2.4	“Quem disse que pra ter um filho tem que ter casa própria e carro?”	90
2.5	Mãe é uma só? Quando não é a mãe que exerce o cuidado	95

3	MODOS DE TRABALHAR	100
3.1	“Se não trabalhar não é ninguém na vida”. A importância (centralidade) do trabalho	101
3.2	“Falta uma estabilidade” - Marcas da precarização	105
3.2.1	“Não adianta cumprir horário, se tu não busca coisas novas” – Modos de ser trabalhadora.....	111
3.2.2	“Não preenche os requisitos” – Modos de invalidação social	119
3.3	Enunciados conformando relações entre trabalho e renda	126
3.3.1	“A gente não ganha em dinheiro mas a gente ganha muita experiência” – Trabalho e(m) movimentos sociais	126
3.3.2	“Tu trabalha onde tu ganha mais”	132
3.4	“Eles são muito mais práticos” Marcas de gênero	135
4	VIDA DE EQUILIBRISTA? RELAÇÕES ENTRE MATERNIDADE E TRABALHO	141
4.1	“Quem tem filho trabalha diferente” – Maternidade produzindo modos de trabalhar.....	145
4.2	“Não seria boa mãe se não trabalhasse” – articulações possíveis e/ou necessárias	149
4.3	Filho da profissional da educação, filho da profissional da saúde, filho da profissional do sexo... Trabalho produzindo maternidades.....	153
5	CONSIDERAÇÕES E OUTROS QUESTIONAMENTOS	157
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	162
	APÊNDICE I	167

1. TRAJETÓRIAS

Início esse trabalho pensando em trajetórias, não somente pelo fato dessa ter sido a “metodologia” escolhida para a produção dos materiais de análise, mas para atentar para os percursos que foram percorridos na construção dessa pesquisa. Um caminho que não é linear e que não está pronto desde a partida, mas que vai sendo forjado na própria caminhada.

Os encontros e desencontros que aconteceram nesse trabalho foram possíveis no cruzamento de diferentes trajetórias: a trajetória dessa pesquisa e da pesquisadora, a trajetória metodológica, a trajetória de campo e as trajetórias das participantes. Pensar todos esses aspectos como trajetórias além de atentar para o percurso que eles representam, os situam como um processo, que não está de modo algum finalizado ou fechado.

5.1 Da pesquisa(dora)

Há momentos na vida em que a questão de saber se é possível pensar de forma diferente da que se pensa e perceber de forma diferente da que se vê é indispensável para continuar a ver ou a refletir.

(FOUCAULT¹, 1983, p. 197)

Para iniciar esse trabalho, que se propõe um olhar para trajetórias de vida de mães trabalhadoras em diferentes contextos sociais, penso ser necessário conhecer um pouco do contexto e da trajetória de quem olha. É a partir desse olhar, construído na minha trajetória de vida, onde se incluem também as minhas reflexões teóricas, que essa temática se tornou um problema de pesquisa e a partir da qual foi possível esse trabalho.

O lugar dessa pesquisa na minha trajetória foi sendo construído através da minha atuação como psicóloga na área de Trabalho, mais especificamente quando, pela primeira vez

¹ Adoto nesse trabalho uma postura tradicional em relação às citações de autores e autoras, ou seja, utilizo apenas seu sobrenome, de acordo com as normas de apresentação de trabalho. Saliento a importância da consulta às referências bibliográficas como forma de visibilizar os homens e mulheres em quem me apoiei teoricamente.

(e, por enquanto, única), fui demitida de uma empresa. Não unicamente pelo fato de ser desligada, mas pelas circunstâncias em que aconteceu: no momento em que retornava da licença maternidade. Essa situação me instigou a pensar diferentes questões: como se produzem diferenças entre homens e mulheres no trabalho? Como se produzem diferenças entre homens e mulheres ao assumirem a tarefa de cuidado com os filhos? Como se constituem os regimes de verdade que definem o que é ser uma/um boa/bom trabalhadora/trabalhador e uma/um boa/bom mãe/pai? Como esses regimes possibilitam alguns tipos de articulação entre trabalho e maternidade? Como mulheres se reconhecem como mães e trabalhadoras em diferentes contextos sociais?

Num movimento que representou uma mudança importante na minha trajetória profissional, optei por não buscar outro trabalho no mesmo formato que tinha anteriormente (turno integral, dentro de uma empresa, carteira de trabalho assinada). Ao invés disso, optei por levar adiante algumas dessas perguntas, através da pesquisa de mestrado². Esse foi, para mim, um momento semelhante ao que descreve Foucault (1983) e que serve de citação inicial desse capítulo, onde busco poder pensar/perceber essas questões de forma diferente.

As elaborações presentes nesse estudo – a construção do problema de pesquisa, a trajetória percorrida no trabalho de campo, as reflexões que proponho – se tornaram possíveis através das posições de sujeito que ocupo: mulher, mãe, trabalhadora/pesquisadora. Isso não quer dizer que sejam posições estáveis, mas que, de alguma forma, supõem um sentido de pertencimento e denotam um certo conjunto de tensões, que podem me interpelar de diferentes modos.

Além disso, no percurso do mestrado, passei a me interessar e assumir novas posições: aproximei-me dos estudos feministas e estudos queer, o que passou a transformar significativamente meu modo de fazer pesquisa. Cabe esclarecer que minha experiência

² Para que isso fosse viável, pude contar com o apoio da Capes, através de uma bolsa durante o período do mestrado, que me possibilitou dedicação exclusiva a esse trabalho.

anterior como pesquisadora aconteceu como bolsista de iniciação científica, na área de Psicologia do Desenvolvimento, numa abordagem positivista da ciência.

Mudar o modo de pesquisar, apesar de ser minha maior intenção ao escolher e ingressar nesse programa de pós-graduação, não tem sido tarefa fácil ou tranqüila. Mesmo porque, não é só incorporar uma nova teoria, mas desnaturalizar a partir da crítica, outras formas enraizadas de pesquisar.

Uma estratégia importante dentro dos estudos de gênero é questionar a separação entre o que é teórico, o que é político e o que é pessoal. Nesse sentido, mudar o modo de pesquisar implica colocar em questão também o meu modo de ser mulher, de ser mãe e de ser trabalhadora. Assumir essa postura teórica/política/pessoal é um exercício, buscando um olhar crítico que não se satisfaz com generalizações ou com categorias pré-definidas de descrição. Um exercício constante para aprender a conviver com as incertezas, construindo novas perguntas e não respondendo prontamente as já existentes.

Dentre as transformações que vivi durante o período do mestrado, incluo aquelas relacionadas com minha segunda gravidez. Transformações corporais geradas pelo período da gestação, parto, pós-parto que produziram efeitos no estudo, no tempo e no modo como percorri o campo, na relação com as mulheres que participaram da pesquisa (questão que retomarei mais adiante). Além disso, nesses constantes movimentos, também a minha forma de viver essa gestação (diferentemente da primeira) foi transformada em função das reflexões teóricas e do trabalho de campo, que me instigaram (instigam) como mulher, mãe e trabalhadora.

Apresento a pesquisa e me apresento enquanto pesquisadora dessa forma com o intuito de pensar as condições de produção desse estudo, que não se propõe neutro ou desinteressado. Dentro de tal perspectiva, não se correria o risco de supor que outro estudo com a mesma temática ocorreria da mesma forma, feito em outro contexto ou por outro(a) pesquisador(a).

5.2 Da Teoria

De forma geral, a fundamentação teórica dessa dissertação está organizada em três eixos principais, que logicamente não poderão ser pensados de forma autônoma, pois estão totalmente entremeados, mas que para fins de escrita serão nomeados distintamente. Os três eixos serão pensados partindo das teorizações de Foucault: 1) a genealogia – entendida como uma perspectiva, uma forma de olhar o presente; 2) a utilização do relato das trajetórias de vida como método para produção de materiais acerca da maternidade e do trabalho e 3) Reflexão sobre a análise, tomando os conceitos de enunciado e discurso como ferramenta para pensar os materiais produzidos.

5.2.1 Perspectiva genealógica

Esse estudo tem como perspectiva a genealogia, baseada nas teorizações de Foucault. Essa perspectiva está sendo utilizada como uma forma de pensar o presente. “Porque o presente não é só o contemporâneo. É também um efeito de herança, e a memória de tal herança nos é necessária para compreender e agir hoje” (CASTEL, 1998, p. 23).

Por isso, a genealogia utiliza-se da história, mas não para estudar o passado especificamente, mas para compreender o que se encontra hoje. A essa história do presente interessa “não a verdade de nosso passado, mas o passado de nossas verdades; não a verdade do que fomos, mas a história do que somos e daquilo que talvez, já estamos deixando de ser” (LARROSA, 2004, p. 34).

Larrosa (2004) alerta sobre a dificuldade dessa tarefa, diante das imagens do presente, produzidas, mas naturalizadas. Tarefa que precisa colocar em questão as certezas e evidências

que são tomadas como dadas, legitimadas por diferentes discursos³. Essa é a característica fundamental da perspectiva genealógica. Segundo Foucault (1995a), a genealogia é concebida como a possibilidade de constituir um saber histórico das lutas, ativando saberes locais contra os efeitos de poder centralizadores ligados a instituição de um único discurso.

Nesse sentido, a genealogia contrapõe-se a noção de história⁴ como pesquisa da “origem”, rompendo com a lógica da linearidade. De maneira diversa, compreende a história partindo da idéia de proveniência – herança, conjunto de falhas, fissuras, inscrição dos acontecimentos no corpo – e da idéia de ponto de emergência – o surgimento como fruto de uma luta de forças.

A história, genealógica e pensada,

não tem por fim reencontrar as raízes de nossa identidade, mas ela pretende fazer aparecer todas as descontinuidades que nos atravessam... um sistema complexo de elementos múltiplos, distintos e que nenhum poder de síntese domina” (FOUCAULT, 1993, p. 34).

A genealogia, portanto, visibiliza os jogos de verdade porque problematiza certos recortes que já nos são familiares, desnaturalizando sentidos.

Partindo das trajetórias de vida das mulheres e do ponto de articulação entre trabalho e maternidade, busquei elementos para construir uma análise genealógica inspirada, compreendendo as tensões que se fazem presentes nas relações entre os modos de trabalhar e os modos de matinar em diferentes contextos sociais.

5.2.2 Trajetória como método de pesquisa

De maneira que nós inventamos nossas lembranças, o que é o mesmo que dizer que inventamos a nós mesmos, porque nossa identidade reside na memória, no relato de

³ Esse conceito será trabalhado na seção “Da análise”.

⁴ Ao longo do texto, sempre que me utilizo da palavra história e seus derivados, estarei já compreendendo-a dentro de uma perspectiva genealógica, conforme a discussão que faço aqui, e não com o sentido linear ou evolucionista.

nossa biografia. Portanto, poderíamos deduzir que os seres humanos são, acima de tudo, romancistas, autores de um romance único, cuja escrita dura toda existência e no qual assumimos o papel de protagonistas⁵. É uma escrita, naturalmente, sem texto físico, mas qualquer narrador profissional sabe que se escreve, sobretudo dentro da cabeça.

(MONTEIRO, 2004, p.8)

Utilizo o relato de trajetórias de vida como material para a análise e concordo com a autora (Monteiro, 2004), que essa operação de falar de si, seja na escrita ou numa entrevista, produz uma invenção de si mesmo. Abre espaço para diferentes estilos, diferentes modos de viver e de “se” narrar. Na escuta/análise desse romance/retrato não se está preocupado com a veracidade ou não do relato, mas com os lugares que esse sujeito pôde ocupar nos diferentes discursos para se colocar como sujeito de sua história. Essa escrita/retrato tem um texto físico, sim. Esse texto se materializa no corpo, que produz e é produzido na articulação desses discursos que tomam diferentes formas através dessa operação singular.

Trabalhar com as trajetórias de vida, partindo de uma perspectiva genealógica, é não estar em busca de uma linearidade dos fatos narrados, mas escuta-las como percursos que foram percorridos. Nesse espaço da narrativa passado, presente e futuro se misturam e não há necessidade ou intenção de separá-los na análise, mas entender o tempo como um dos elementos que posicionam essas mulheres, tornando possíveis as falas que foram ditas.

Proponho refletir aqui sobre a escolha do uso do relato da trajetória de vida como método de produção de materiais sobre maternidade e trabalho. Refletir sobre essa escolha é atentar para suas características, seus objetivos, seus riscos, suas aproximações e distanciamentos com a perspectiva teórica que fundamenta essa dissertação. Trabalhar com as trajetórias de vida não garante uma relação coerente entre esse procedimento investigativo e a escolha teórica que proponho para a análise. Talvez nenhum procedimento carregue em si essa garantia, tendo em vista que podem ser utilizados de diferentes formas e para diferentes

⁵ Cabe aqui uma ressalva importante com relação à idéia de protagonismo, que a autora faz referência. Na perspectiva foucaultiana, diferentemente da idéia de uma filosofia do sujeito, nosso protagonismo é sempre limitado pelo que nos é possível dizer em um determinado tempo e o que é também possível nesse tempo, escutar. Esse aspecto está mais detalhado adiante.

tipos de análise.

A reconstrução discursiva da trajetória de vida das participantes foi elaborada em entrevistas agendadas em contato prévio. Na entrevista, inicialmente, solicitava às participantes informações objetivas sobre seu contexto social e em seguida elas eram solicitadas a falar da sua história de vida. Foram entrevistas abertas, não tinha uma estrutura fixa, mas com base na pesquisa teórica anterior, que originou o projeto de pesquisa, alguns temas já estavam estabelecidos como pontos importantes a serem abordados, caso não surgissem de forma espontânea no relato (Conforme Apêndice I).

Essa técnica foi escolhida como procedimento de investigação entendendo que produz materiais para responder a pergunta da pesquisa: Como trabalho e maternidade se articulam nos processos de subjetivação de mulheres inseridas em diferentes contextos sociais?

Penso que no relato das experiências de vida, é possível analisar a relação desse sujeito, aqui as mulheres consigo mesmas e com o contexto social no qual elas se inserem. Além disso, é possível compreender e descrever como a articulação entre trabalho e maternidade atravessa os processos de subjetivação dessas mães trabalhadoras, explicitando os enunciados que constituem a maternidade e o trabalho hoje.

Nesse sentido, busco afastar essa pesquisa do risco de que o uso das trajetórias de vida seja entendido como um estudo de casos. Pelo contrário, o entendimento dos processos de subjetivação dessas mulheres não acontece mergulhado somente nas suas histórias individuais, como se ali estivesse a razão ou o sentido último para as suas falas, mas na articulação dessa trajetória com o contexto histórico mais amplo. Não há nessa relação, entretanto, uma linearidade ou a possibilidade de estabelecer causa e efeito. A relação entre a história pessoal e a história social é de permanente implicação, o sujeito é produzido socialmente, mas também constitui o social ativamente.

Nesse aspecto reside a possibilidade de fazer com que a análise, mesmo com ‘poucos’ participantes possa ser ampliada para um contexto maior. Fonseca (1999) reflete sobre esse tema, quando analisa a importância e a especificidade da etnografia. Para além de criar regras e categorias sociais, o estudo qualitativo, pode sim criar dúvidas, questionar categorias já estabelecidas, denaturalizar sentidos.

Numa reflexão sobre o método autobiográfico, aplicado à educação, Bueno (2002) chega a essa mesma questão, colocando-a como o paradoxo epistemológico fundamental das autobiografias – união do pessoal com o universal. Onde a subjetividade serve como via de acesso para entendimento do social.

Mas então, de que sujeito falamos? O sujeito, entendido nesse estudo com base na teorização foucaultiana, não é uma substância, mas uma forma, que nem sempre é idêntica a si mesma. Quando se fala de sujeito, nesse caso mulheres mães e trabalhadoras, não se está falando de um sujeito que exista a priori, deslocado de sua constituição histórica. Como resume Revel (2005), os modos de subjetivação tornaram-se o centro das análises de Foucault e, se o sujeito se constitui, “não é sobre o fundo de uma identidade psicológica, mas por meio de práticas que podem ser de poder, de conhecimento e/ou por técnicas de si” (p.85). Nesse sentido, Foucault (1984a) mostra como o próprio sujeito (aqui mães e trabalhadoras) se constituía(m), nessa ou naquela forma determinada, através de certo número de práticas que são os jogos de verdade, práticas de poder (relacionados a trabalho e maternidade).

Nesse contexto modos de subjetivação são entendidos como “os modos pelos quais, em nossa cultura, os seres humanos tornam-se sujeitos” (FOUCAULT, 1995, p.232). No texto “O sujeito e o poder”, Foucault (1995) sistematiza três modos de objetivação: 1) modo de objetivação que tenta atingir estatuto de ciência; 2) objetivação dos sujeitos nas práticas divisórias, que dividem o sujeito no seu interior e em relação aos outros e 3) o modo pelo qual o ser humano aprende a se reconhecer como sujeito (subjetivação).

Para o termo sujeito, o autor atribui dois significados: sujeito a alguém pelo controle ou dependência, e preso à sua própria identidade por uma consciência ou autoconhecimento. A subjetividade é então entendida como “a maneira pela qual o sujeito faz a experiência de si mesmo em um jogo de verdade, no qual ele se relaciona consigo mesmo” (FOUCAULT, 1984a, p.236).

Nesse sentido, quando tomo o relato de uma participante da pesquisa e a coloco como autora dessa fala é para que se possa contextualizar a posição de sujeito que ela assume para dizer o que está dizendo. “O autor, não é entendido, é claro, como o indivíduo falante que pronunciou ou escreveu um texto, mas o autor como princípio de agrupamento do discurso, como unidade e origem de suas significações, como foco de sua coerência” (FOUCAULT, 2006, p. 26). Não importa quem fala, mas sim que o que diz não é dito de qualquer lugar.

Numa reflexão semelhante, Fischer (1997) alerta para um possível distanciamento ou incongruência do uso da trajetória de vida em estudos que se baseiam numa perspectiva foucaultiana. Tal abordagem se torna incongruente se houver a tentativa de encarar o sujeito como portador de verdades, como se toda ação humana fosse consciente e unitária. Para escapar dessa armadilha a análise deve ter como objetivo “menos a busca da verdade e muito mais a identificação das condições de possibilidade para que determinada narrativa emerja enquanto discurso”. (FISCHER, 1997, p.13).

Entendo que utilizar os relatos da trajetória de vida de mulheres mães trabalhadoras, tomando-os conforme a reflexão acima, está sim de acordo com a perspectiva foucaultiana. Tal aproximação ficará mais nítida na análise desses relatos, através dos enunciados que neles emergem e dos discursos que atravessam e emprestam legitimidade a esses enunciados.

5.2.3 Da análise

Os materiais produzidos nesse estudo para a análise são os relatos das trajetórias de vida de mulheres, que foram tomados em entrevistas e posteriormente transcritos. Nessa leitura dos relatos, o objetivo principal foi descrever os enunciados relativos à maternidade e ao trabalho e à articulação dessas duas funções. Tal forma de análise está relacionada com os conceitos foucaultianos de enunciado e discurso.

Cabe salientar que Foucault não estabeleceu com esses conceitos uma análise de discurso⁶. Nos seus trabalhos o objetivo principal era a análise das formações discursivas, buscando entender as regras comuns que regem a formação dos discursos. No entanto, penso ser possível utilizar os conceitos de enunciado e discurso como uma ferramenta analítica para trabalhar com os relatos numa perspectiva genealógica.

Trabalhar com os relatos, a partir dessa perspectiva, é tomá-los como um campo de possibilidades e de atravessamentos de discursos. Nesse trabalho com os materiais não tenho a intenção de atribuir-lhes um significado último para as falas ou tentar descobrir o que a pessoa ‘queria dizer’ com o que disse. Essa seria uma operação ilusória. É preciso tomar o que foi dito, na sua intensidade, como um “espaço a percorrer e não a perfurar como se algo por trás dele se ocultasse”. (LOURO, 2007)⁷.

Nesse sentido, conforme Narvaz, Nardi e Morales (2006), tal análise mantém-se fora de qualquer desvelamento ou interpretação:

às coisas ditas, não pergunta aquilo que escondem o que nelas ou apesar delas estava dito, o não-dito que recobrem, a abundância de pensamentos, de imagens ou de fantasmas que as habitam. Ao contrário, a análise é mais uma pergunta, uma investigação acerca dos modos segundo os quais algo é dito, por que e com que interesses; busca compreender as marcas deixadas pelo que foi dito. (NARVAZ;

⁶ Essa formatação da análise de discurso enquanto um método mostra-se uma preocupação na obra de Pêcheux. Os dois autores apresentam algumas aproximações, mas tem como um ponto fundamental de distanciamento a atenção dada para a ideologia na constituição dos discursos para Pêcheux e a atenção dada a história para Foucault (tomando história na perspectiva genealógica). (NARVAZ; NARDI; MORALES, 2006).

⁷ Notas de aula, da disciplina: Pesquisas Pós-estruturalistas em educação e saúde: olhar metodológico. PPGEDU/UFRGS.

NARDI; MORALES, 2006).

Para a análise dos materiais de pesquisa utilizo dois conceitos chaves: enunciado e discurso. Tomo enunciado não como unidade última para análise, mas como “unidade significativa em um espaço em que ela se multiplica e se acumula” (p. 112). Nem toda fala pode ser, então considerada um enunciado. Uma seqüência de elementos lingüísticos só é um enunciado se estiver imersa em um campo enunciativo em que apareça como elemento singular e quando faz referência a um lugar de enunciação, ou seja, qual é a posição que pode e deve ocupar todo indivíduo para ser sujeito desse enunciado (Foucault, 2005).

Tornar-se um enunciado, de certa forma é o que possibilita que uma expressão seja entendida num certo tempo e isso só ocorre pelas condições políticas daquele contexto:

O enunciado não é, pois, uma estrutura (isto é, um conjunto de relações entre elementos variáveis, autorizando assim, um número talvez infinito de modelos concretos); é uma função de existência que pertence, exclusivamente, aos signos, e a partir da qual se pode decidir, em seguida, pela análise ou pela intuição, se eles “fazem sentido” ou não, segundo que regras se sucedem ou se justapõem, de que são signos e que espécie de ato se encontra realizado por sua formulação (oral ou escrita). (FOUCAULT, 2005, p. 98)

Descrever e compreender um enunciado, objetivo ao qual me proponho nesse estudo, em especial aos enunciados relacionados à maternidade e ao trabalho, é ao invés de relacioná-lo a um campo de objetos ou a um sujeito, fazer entender a sua relação com um campo enunciativo adjacente.

Não há enunciado que não suponha outros; não há nenhum que não tenha em torno de si, um campo de coexistência, efeitos de série e de sucessão, uma distribuição de funções e de papéis. Se se pode falar de um enunciado, é na medida em que uma frase (uma proposição) figura em um ponto definido, com uma posição determinada, em um jogo enunciativo que a extrapola. (FOUCAULT, 2005, p.112)

É no entendimento desse campo enunciativo que podemos situar a relação do enunciado com os discursos. O discurso então seria “um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram em uma dada época e para uma determinada área social as condições de exercício da função enunciativa” (FOUCAULT, 2005, 133). Por sua constituição histórica, o discurso não é de forma alguma estável ou uniforme, ele pode ser considerado uma série de elementos descontínuos.

É exatamente o discurso, esse conjunto mais ou menos coerente, que dará sentido a um enunciado, emprestando-lhe maior ou menor legitimidade. Além disso, um enunciado pode fazer referência a mais de um discurso, que em alguns momentos podem estar associados e em outros contrapostos. Se os diferentes discursos atravessam os enunciados e a partir desse atravessamento os enunciados passam a receber valor de verdade, há uma estreita associação entre os discursos e as relações de poder.

É preciso admitir um jogo complexo e instável em que o discurso pode ser, ao mesmo tempo, instrumento e efeito de poder, e também obstáculo, escora ponto de resistência e ponto de partida de uma estratégia oposta. O discurso veicula e produz poder; reforça-o, mas também o mina, expõe, debilita e permite barrá-lo. (FOUCAULT, 1988, p. 96)

Com base nessas reflexões que trabalhei os materiais desse estudo. A forma de apresentá-los nos capítulos e seções que organizei a seguir segue essa idéia. Utilizo, na medida do possível, a fala das participantes (pensando sempre nas posições de sujeito que ocupam) ou ditados populares que passam a ser entendidos enquanto enunciados, definindo e estabelecendo os modos de ser mãe e de ser trabalhadora. Através desses enunciados centrais busco em cada seção compreender os discursos que os atravessam e quais efeitos de poder produzem, além de pensar como esses enunciados se proliferam, associando-se a outros enunciados.

5.3 Do campo

A trajetória de pesquisa e o próprio uso de entrevistas como forma de produção de uma narrativa sobre a trajetória de vida de cada participante não podem ser tomados como instrumentos neutros ou uniformes, como se toda inserção no campo ou toda realização de entrevista acontecesse sempre da mesma forma. Nesse sentido, resgato aqui alguns

movimentos e etapas em que foram sendo produzidos os materiais ao longo do período de inserção no campo, que objetivamente, compreendia: a busca de indicações, o contato com instituições, contato inicial com as participantes e a entrevista para reconstrução das histórias de vida.

Tal resgate se propõe, para além de um simples relato das diferentes situações de pesquisa e das diferenças na relação com as participantes, pensar sobre as condições de produção desses materiais. A análise que se seguirá mais adiante sobre os enunciados em relação ao trabalho e à maternidade e suas articulações não está descolada da forma como foi possível contatar, conhecer e escutar essas mulheres e o próprio fato de serem essas e não outras.

A trajetória de campo foi sendo construída tanto nas situações vividas quanto na escrita de um diário de campo, que me possibilitou resgatar muitas sensações e impressões desse período no posterior momento de retomada dos materiais e de análise. O período de campo foi intenso, mas não necessariamente extenso – pouco mais de um mês (realizei entrevistas de 02/04/07 a 09/05/07). Esse foi um tempo bastante produtivo, mas também urgente. Esclareço que o campo não iniciou mais cedo devido ao trânsito do projeto em busca da aprovação no Comitê de Ética da Psicologia, onde a questão dos diferentes contextos sociais precisou ser melhor definida (como discutirei adiante). Está também implicado nessa intensidade do tempo o fato de que me propus a percorrer o campo antes do nascimento da minha filha (final de maio).

5.3.1 Percorrendo diferentes contextos

Havia me proposto e confirmado ainda na qualificação do projeto, que no trabalho de campo buscaria mulheres que fossem mães e trabalhadoras e que estivessem inseridas em

diferentes contextos sociais. Utilizaria para tal tarefa as redes pessoais (amigos, vizinhos, familiares) e institucionais (universidade, escola de educação infantil, etc) de contatos. Esse movimento inicial me possibilitou algumas participantes, mas que de uma forma geral poderiam ser consideradas inseridas num contexto social bastante semelhante: formação universitária, por volta dos 30 anos de idade, nascidas no interior, casadas, no máximo dois filhos, filhos pequenos, renda familiar acima de 10 salários mínimos.

Os ambientes que circulei nesse primeiro momento foram na primeira entrevista a casa de uma participante e, na segunda, o local de trabalho:

Encontrei Débora⁸ e sua filha em casa, estavam na sala, brincando. A sala tem uma mesa de jantar, perto tem uma estante com várias fotos. Bibiana (filha de Débora) começa a falar vovó, vovó. Sua mãe sabendo que ela queria ver as fotos, a pega no colo e faz questão de me mostrar a foto de sua avó. Débora me mostra então as outras pessoas da mesma foto: sua mãe, sua irmã menor (que tem 15 anos) e o padrasto e me diz que os pais são separados. Na mesma estante tinham várias outras fotos: foto de Débora na formatura, de toga, fotos do casal em várias ocasiões, festas e uma foto da filha. Débora relata que tem que revelar mais fotos de Bibiana para colocar na estante. Depois da mesa, vejo um “chiqueirinho” de criança, ele está completamente cheio de envelopes pardos, percebo que são materiais do trabalho dela e brinco dizendo que aquela é uma cena exemplar pra pensar as articulações entre trabalho e maternidade. Débora parece constrangida com a cena e se justifica dizendo que na verdade, não era para estar àquela bagunça, mas que teve que deixar os materiais ali porque o armário que comprou para arquivá-los ainda não foi entregue. Explica-me que os materiais que estão ali são os materiais de trabalho. No momento atende seus clientes e realiza os trabalhos em casa, então trouxe os materiais para o apartamento. Logo adiante do chiqueirinho têm dois sofás e um armário pequeno onde ficam a televisão e o DVD. Nesse espaço que quase fecha um quadrado, estão ao alcance de Bibiana vários brinquedos, coloridos, um pratinho com pedaços de bolo. (Débora – visita inicial)⁹

No contato com a segunda participante, ficou estabelecida a realização da entrevista no seu local de trabalho, por preferência dela:

No final do telefonema para marcar a entrevista, diz que acha melhor fazer no local de trabalho e questiono se isso não vai lhe causar transtornos. Michele refere que no trabalho, é ela que “gerencia o tempo” e que pode se organizar para fazer

⁸ Os nomes utilizados na pesquisa, tanto das participantes, quanto de seus familiares, são fictícios. Farei uma discussão maior acerca do anonimato e das implicações éticas na apresentação das participantes da pesquisa no item 1.5.1.

⁹ Para facilitar a leitura, diferencio no texto as citações que foram produzidas no campo (trechos do diário de campo – como nesse caso, ou trechos das entrevistas), colocando-as em itálico. Tal estratégia foi escolhida para que a citação seja entendida através da condição em que foi produzida, diferenciando-se, por exemplo, de textos acadêmicos (citações que não estão em itálico), que obedecem a um formato e uma linguagem específicos. Cabe salientar que não se quer, com essa distinção, estabelecer diferenças hierárquicas entre o saber presente na fala das participantes, do saber escrito em artigos ou livros, mas assumir que são diferentes. Por exemplo, no caso das entrevistas, as falas transcritas mantêm muitas características específicas, que na escrita seriam consideradas ‘erradas’.

a entrevista. Em casa mesmo que reserve um horário, sempre fica uma “pressãozinha” pra que não se estenda muito. No local de trabalho de Michele, primeiro vamos até o setor em que trabalha. Nessa sala, todos trabalhadores são homens e estão sentados em frente aos computadores. Ela entra, pega o celular e avisa que estará numa sala no RH. Comento sobre a questão de serem todos homens no seu setor e ela me diz que já está acostumada e que é uma equipe muito boa. Na entrada do RH, vejo um equipamento de cartão-ponto, há outras salas dentro do setor, com algumas pessoas trabalhando. Entramos para fazer a entrevista, na sala da responsável do setor, que segundo Michele não está porque passou mal, foi para uma emergência e estavam suspeitando que ela estivesse com apendicite. Nessa sala vejo livros, materiais de escritório, uma mesa de trabalho com vários papéis e também várias fotos de criança, o filho dessa funcionária que ocupa a sala. Começamos falando de filhos, Michele fala do seu filho menor. (Michele – telefonema/entrevista)

Não há nada de “errado” nessas características, mas mesmo que haja diferenças interessantes ao analisar mais detalhadamente as trajetórias dessas mulheres, elas me apontam para semelhanças importantes no seu contexto e nos lugares que podem ocupar enquanto sujeitos. Além disso, para compreender os diferentes enunciados que agenciam formas de ser mãe e trabalhadora emergia a necessidade de transitar por contextos diversos, que também me descentrassem enquanto mulher, mãe, trabalhadora, visto que em algumas características eu também me assemelhava a essas primeiras integrantes da pesquisa.

Uma alternativa foi utilizar um contato indicado por uma professora da universidade com uma ONG que faz capacitação de mulheres. Essas mulheres são convidadas a partir de suas atuações como lideranças em comunidades pobres, cuja capacitação possibilita que trabalhem no apoio e orientação jurídica nas suas regiões. Esse contato tornou possível encontrar algumas participantes e me fez percorrer diferentes locais da cidade, entrando em contato com diferentes contextos sociais. Além das indicações diretas dessa ONG (4), no contato com as mulheres recebi outras indicações de instituições e com isso outras participantes foram se agregando. Uma marca importante na trajetória de vida dessas participantes está relacionada com o envolvimento em movimentos sociais, principalmente o movimento feminista, o que me fez circular em espaços onde esses movimentos se materializam.

Três dessas entrevistas foram marcadas inicialmente na residência, mas em função do

horário, do trabalho ou de algum imprevisto aconteceram em outros locais, o que parece indicar uma forma de gerenciamento do tempo que obedece à lógica da militância e da imprevisibilidade, distinta da forma organizada e rotineira do percurso casa-trabalho das outras mulheres. A primeira ocorreu numa instância de políticas para mulheres:

Enquanto aguardo, leio vários cartazes com frases contra a violência ‘Viver sem violência é um direito da mulher’ ‘Mulheres que estão no mapa’, etc, assim como diversos folders sobre prevenção ao HIV. A sala é bastante ampla, na entrada tem uma mesa e na frente dessa mesa estão esses diferentes folders. Lisete me convida para sentar atrás da mesa da frente e começa comentando que só naquela tarde, o telefonema que acabara e atender já é o segundo caso de violência contra a mulher que orienta (Lisete – entrevista)

A segunda foi realizada num escritório político:

Atrás da mesa tem uma escada que leva ao piso superior e a direita uma porta que dá acesso à garagem que está decorada, assim como a grade da escada que também tem uma decoração com tecidos brancos. Há um grande fluxo de pessoas transitando pelo local, mas Raquel começa a despachar a maioria, perguntando se querem alguma coisa. Então fecha a porta de entrada e diz que seguidamente ocorrem assaltos na região e que como não têm segurança precisam ficar de olho. Logo em seguida algumas pessoas que estão passando na rua, falam alguma coisa na janela do local, mas não consigo entender. Raquel fala que além dos assaltos, precisam ter cuidado com as reações anticomunistas. Pergunto o que funciona no local e ela me explica que se trata de um escritório político. Nesse dia estava acontecendo próximo do escritório um Seminário com algumas pessoas do partido e por isso estava mais sozinha naquele local, mas como o escritório seria inaugurado oficialmente naquela noite, havia a movimentação para preparação da inauguração, e que imaginava que estaria mais calmo. Relata que no final do dia terão um coquetel, onde estarão presentes várias autoridades políticas e as lideranças de vários movimentos sociais, principalmente os movimentos jovens, estudantis, também de mulheres, de negros, ONGs, etc. Pergunto se ela quer marcar outro dia, em outro local, mas Raquel insiste que não, que podemos conversar ali, só que terá que atender ao telefone, caso toque. (Raquel – entrevista)

Nesses contatos, houve ainda o caso de uma participante que, por incompatibilidade de horários, não pude me deslocar até sua casa. Propus que fizéssemos a entrevista na universidade:

No dia da entrevista, pela manhã, ligo para Mara. Explico que como terei um compromisso no final da tarde queria saber se poderíamos fazer a entrevista na UFRGS. Ela me diz que por ela não teria problema, pede para explicar em que local seria a entrevista. Explico a localização do prédio da Psicologia e combinamos que esperarei na frente do prédio, digo que estou grávida de oito meses e que facilmente vai me identificar. Estou na frente do prédio quando Mara vem chegando e me acena com a mão. Falo o nome dela e ela me confirma, me cumprimenta e diz que não sabia que eu estava grávida por isso falou para conversarmos na sua casa, se soubesse teria vindo até mim. Explico que só não pude ir à sua casa porque tenho um compromisso no final da tarde e não chegaria a tempo por ser muito longe. Como Mara precisou fazer um deslocamento para a entrevista, que antes foi marcada na sua casa, peço desculpa por não ter ido até a sua casa, por uma questão de horário e pergunto se posso pagar o valor das passagens que ela utilizou e Mara aceita, dizendo que vai aceitar porque faz falta. (Mara, entrevista)

Além disso, tive contato com outras duas ONGs, que serviram de local para fazer as entrevistas. A primeira é uma Ong feminista negra:

Um prédio de tijolo a vista. No prédio, uma placa indica com o nome da Ong. Há uma grade de ferro na frente e está aberta, entro no pátio, há uma escada a esquerda e abaixo da escada enxergo uma sala com muitas meninas e uma mulher dando aula, todas negras. Lá em cima, vejo uma sala com duas moças que estão nos computadores. Chego perto da porta e pergunto por Lisiane, ela me diz para esperar nos bancos que estão no corredor de entrada. Nesse corredor onde ficam os bancos há diversos cartazes sobre discriminação étnico-racial, contra mulheres, contra homossexuais, etc. No canto a direita há uma estante com folders sobre o local, começam a conversar sobre uma situação que aconteceu ali perto, uma briga entre duas mulheres conhecidas delas. Uma das mulheres conta a história para a outra que não estava presente, diz que as duas brigaram, que acompanhou uma até o hospital, porque ficou com um corte na cabeça e teve que fazer exame de corpo delito. Fala que a outra mulher vai se incomodar porque a moça que ficou ferida é “de menor”. (Lisiane – entrevista)

A outra Ong é direcionada para mulheres que trabalham como profissionais do sexo e serviu de local para a realização de duas entrevistas. Essa Ong foi indicação de Lisete:

Entramos na sala e Lisete vai me apresentando para todas as mulheres que encontra, pergunta se a coordenadora está no momento e vamos entrando até o fundo da sala, onde fica a coordenação. Até chegarmos a coordenação, passamos por várias mesas, algumas têm uma divisória, parece ser setores diferentes, mas não há portas... Em outro contato, entro na sala e vejo quatro mulheres. Explico que vou aguardar Joana e me oferecem lugar para sentar. Uma delas faz referência a minha presença dizendo que é aquela que quer conversar com mulheres que tem filhos e que trabalham. Nesse momento as mulheres estão conversando sobre o que fizeram no dia anterior, que era feriado do dia do trabalho. Algumas contam sobre almoço com família e começam a falar sobre ter ou não ter filhos e quantos. Uma delas conta que nunca “pariu”, mas que criou uma menina, mas que nunca quis ter seus filhos, que a família já é muito grande. Como não há uma porta, acabo participando das conversas, seguidamente elas me olham e perguntam: “tu não acha?”. Comento que se for pensar nas famílias de antigamente, os pais tinham mais filhos do que agora e questiono o que elas acham disso. Mesmo Nair que fala que é importante ter uma família grande, refere que acha que no máximo três filhos, mais do que isso é um exagero. Outra mulher fala dos conflitos que existem nas famílias, que os familiares são muito preconceituosos e que não aprovam o que faz e as suas amigadas. Conta que no dia anterior uma familiar não foi almoçar na sua casa porque sua colega da Ong e sua companheira estavam lá. Refere-se à colega que está ali, e explica que a sua familiar não gosta de sapata. Carla faz questão de dizer que não gosta de ser chamada de sapata, diz que não tem problema em se assumir como lésbica, mas que “sapatão” é um termo pejorativo e não gosta. Como Joana ainda não tinha chegado, Nair me propõe que façamos a sua entrevista que ainda não tínhamos agendado (Nair e Joana – entrevista)

Ao percorrer esses locais, percebi que estes relatos estavam atravessados por um discurso minoritário que busca dar visibilidade e legitimidade a trajetórias marcadas pela vida na margem, seja pela cor/raça, pelo sexo/gênero, pela sexualidade, pela atuação profissional,

pelo posicionamento teórico/político. A posição das ongs vai na direção de positivar as diferenças, assumi-las e legitimá-las socialmente utilizando o mecanismo de reversão do estigma. Esta estratégia que primeiramente percebo em cartazes, folders, faixas, em seguida transborda nas falas das pessoas que ali circulam, inclusive nas falas das participantes.

Nesses locais, há de forma muito marcante a circulação de pessoas. Não há portas, são espaços abertos. A pesquisa também pôde experimentar essa diluição de algumas fronteiras. Fazer entrevistas abertas, em locais abertos, afinal de contas, a produção dos relatos e do diário de campo extrapola o tempo e o espaço de uma entrevista. Como acredito que se possa perceber nos recortes do diário de campo, há uma riqueza muito grande em alguns comentários sobre o tema da pesquisa, que possivelmente foram suscitados pela presença da pesquisadora e uma resposta à interpelação do tema de pesquisa e que podem ser associados aos enunciados que analisarei adiante.

Outra instituição utilizada para contato com participantes foi à escola de educação infantil que meu filho freqüentava. Nesse espaço a peculiaridade que atravessa as participantes (3) está relacionada com o fato do trabalho estar marcado pelo cuidado infantil e nesse sentido articula-se intimamente com a questão da maternidade.

Inicialmente recebi a indicação de uma funcionária, que optou por conversar na escola, depois de seu expediente:

Chego à escola e procuro Denise numa sala onde já a tinha visto anteriormente. No ano anterior, a direção da escola ocupava essa sala, é uma sala pequena, mas percebo que está bem colorida, decorada com muitos cartazes nas paredes. Os cartazes têm motivos infantis, desenhos, histórias. Pela sala há vários materiais, jogos, letras, folhas com desenhos, tudo organizado em caixas. Há um armário que divide a sala e de um lado, perto da porta, há uma mesa baixa (para crianças) com bancos fixos, não consigo enxergar tudo o que há depois do armário. Quando chego à porta da sala, Denise está finalizando seu trabalho com alguns alunos, mas pede para que eu entre. Vejo que uma a chama de mãe e quando Denise volta para a sala pergunto se é a sua filha, ela me diz que sim. Pergunto se aquela é a sala dela e ela confirma, explicando que está trabalhando com o Jardim e que em função da nova legislação, que está ampliando para nove anos o tempo de escolaridade fundamental, sua filha iniciou agora no jardim, mas que antes da lei estaria no maternal. (Denise – entrevista)

Outra participante que surgiu desse contato foi à própria diretora da escolinha:

Chego para a entrevista com Iara e ela está na recepção da escola, conversando com uma ex-funcionária que está grávida e que saiu a alguns meses da escola, porque assumiu um concurso público. Ficamos um tempo na recepção falando sobre gravidez, etc. Iara me leva até uma sala no final do corredor para conversarmos. A sala fica ao lado da direção e só é utilizada a tarde. Há vários materiais coloridos, cartazes na parede, mesas baixas para as crianças e armário com materiais organizados. Na parede à esquerda estão as mochilas das crianças. Durante a entrevista, fomos interrompidas poucas vezes, algumas o barulho vindo da rua era bastante forte, momento em que alguma turma estava brincando no pátio que fica nos fundos da escola. Outras vezes algumas crianças entraram na sala e Iara me explica que aquela sala não é utilizada pela manhã, mas que as crianças daquela turma que são de turno integral já deixam as mochilas na sala, então quando precisam de alguma coisa, vem buscar. (Iara – entrevista)

Nesse espaço onde fiz duas entrevistas o que mais chama atenção é o ambiente que está pensado para ser ocupado pelas crianças. Desde a altura das cadeiras nas salas, ou dos vasos sanitários nos banheiros, até os cartazes, pinturas de parede e materiais diversos. As preocupações que circulam nesse local, nas conversas da sala de espera, nos corredores, nas orientações aos pais presentes no mural da entrada, giram em torno do cuidado com a criança, descrevem as aquisições infantis, estabelecem etapas, regras para os comportamentos infantis e também parentais.

Nesse local, sim, há portas. Na maioria das salas, além das portas há um portão de madeira que vai até a altura da cintura de um adulto (também no início e final de cada lance de escada), utilizado como barreira para a saída das crianças, quando a porta está aberta. As portas e portões são cuidados com a segurança e funcionam como limites, delimitando grupos de crianças, separados pela idade. Prática fundamentada por um discurso científico sobre o desenvolvimento infantil que pressupõe para cada faixa etária, necessidades e cuidados específicos.

Outro contato surgido na escola é com uma funcionária da limpeza. Essa entrevista foi realizada na casa da participante por escolha dela:

O caminho não é muito fácil, poucas ruas no bairro possuem o nome identificando, fui com um mapa da cidade, tentando achar a rua, contanto as quadras desde a última que consegui identificar. Quando entro na rua pergunto para um homem o nome da rua e ele confirma. As casas são bem simples e os carros que estão na rua são bem antigos. Algumas crianças brincam nas calçadas e existem alguns homens sentados no meio fio, ficam olhando, desconfiados porque andamos devagar pela rua. Vamos acompanhando a numeração, que em todas as casas são duplas. Tem um número em cima e outro escrito DMAE. Vou seguindo a primeira numeração

até chegar à casa de Elisabete. Na grade de ferro há uma campainha, toco e aparece um menino, falo o nome de Elisabete e ele me informa que ela precisou ir trabalhar e que não teve como me avisar (acabei não deixando meu telefone de contato). A entrevista aconteceu na segunda visita, porque na primeira vez ela foi chamada para trabalhar (era sábado). (Elisabete)

Além dessas organizações/estabelecimentos, ainda recebi a indicação de mais três participantes através de pessoas com quem me relaciono (irmã, cunhado, amiga). Duas dessas entrevistas foram realizadas na casa da participante:

Chego à casa de Janete no horário combinado. Aguardo na frente da casa e procuro a campainha, mas a mesma parece não estar funcionando. A casa tem dois pisos, a fachada está bem arrumada, com plantas, pintura bonita, e uma grade alta de ferro. Vejo que a janela da frente está aberta, então bato palmas para tentar chamar alguém. Faço isso umas duas vezes. Em seguida Janete aparece na porta, mas diz que não me escutou, que apenas veio conferir se eu já tinha chegado. Convida para que eu entre e abre o portão da garagem com o controle remoto. A sala é bem ampla, na frente a escada que leva ao andar de cima, a direita sofá, uma estante e uma televisão. Na estante há várias fotos da família. Janete pergunta onde eu quero conversar, digo para ela que no lugar onde ela se sinta a vontade. Acha melhor conversarmos na mesa. Passamos pela cozinha e sentamos numa mesa que dá de frente para a porta dos fundos, vejo um pátio com algumas plantas. A cozinha está arrumada e a louça empilhada dentro da pia. Durante a entrevista Janete faz referência a pia, explicando que hoje em dia não fica tão preocupada com a limpeza, combina com os filhos que toda louça suja deve ficar dentro da pia, mas lava quando quer, muitas vezes pela manhã antes de sair para trabalhar. Relata essa mudança de atitude como uma conquista, assim como muitas outras mudanças que foi assumindo nos últimos anos. (Janete - entrevista)

Aline, por sua vez, além de justificar a escolha da sua casa como local para fazermos a entrevista, justifica também a escolha do horário:

diz que prefere fazer na sua casa, pois no momento tem feito plantões e durante o horário de trabalho não tem como conversar pois é muito agitado. Combino de ir à sua casa fazer a entrevista e me explica que poderia ser na próxima semana, no horário que a filha costuma tirar um “sono bom”, por volta das dez horas da manhã. É um condomínio fechado, com casas de dois pisos. Na portaria me identifico e o porteiro me orienta sobre como chegar na casa. O condomínio tem uma entrada/rua principal. Conforme vou caminhando, há ruas laterais que dão de frente para as casas. Chama atenção o nome das ruas: Alameda do Sossego, Alameda da Felicidade (rua de Aline). Na frente das casas há um pequeno pátio que serve de box para estacionar os carros. A porta da casa de Aline está aberta, na frente de casa está o carrinho de bebê com o cachorro amarrado no carrinho. Seu esposo vem até a porta para me receber. Mostra-se bem simpático, pede para que entre. Aline está sentada no sofá da sala, amamentando a filha. Cumprimento e sento no sofá próximo. Com a minha chegada a filha pára de mamar e fica me observando, dá sorrisos. Várias vezes Aline tenta fazer com que a filha volte a mamar, mas ela insiste em ficar sentada para observar a sala. A sala é bem ampla. Há o sofá em que estamos, duas poltronas na frente, próximas a janela, uma televisão. Mais a direita de quem entra (depois Aline explica que juntaram duas casas), fica a mesa de jantar e próximo a essa mesa há um tapete emborrachado no chão com vários brinquedos infantis, uma almofada. Vejo que perto da mesa de jantar está a escada que leva ao segundo piso. Atrás do sofá onde estamos fica uma grande porta de vidro que leva para uma sala. Aline depois me explica que se

trata do escritório do marido que trabalha em casa. Espero ela dar mamá para a filha, mas logo Aline desiste, porque a filha não consegue ficar parada para mamar. Decide leva-la para seu quarto e chama a empregada para ficar com ela, está na hora do sono da filha. (Aline – entrevista)

De uma forma geral, nas situações em que a entrevista foi feita na residência, houve a presença dos filhos em algum momento. Essa característica por si só funcionava como um disparador para que se falasse sobre a maternidade. Na entrevista de Elisabete, os filhos permaneceram junto com a mãe durante todo tempo e essa característica marcou bastante algumas falas, principalmente quando relatou uma de suas gravidezes como indesejada e quando relatou conflitos com uma das filhas.

A última entrevista foi realizada no local de trabalho de Márcia:

O local marcado é um prédio no centro de Porto Alegre. O prédio é bem alto e muitos andares são utilizados pela empresa que Márcia trabalha, para prestação de serviços, mas o andar que ela se encontra parece ser apenas administrativo. A recepcionista tenta o ramal de sua sala, mas não consegue falar com ela, então diz que vai até a sua sala para avisar. Na volta confirma que Márcia falará comigo e que virá me buscar. Aguardo na recepção. A recepção fica bem em frente aos elevadores. Há duas portas que levam a recepção e na frente há uma mesa onde se encontra a recepcionista e uns sofás para espera. Há cartazes e folders sobre programas de qualidade e certificados. Enquanto espero, percebo movimentação de pessoas chegando no trabalho (marcamos as 8:30). Além disso, há um cheiro de café e alguns funcionários da limpeza movimentam-se bastante pelos corredores. Em seguida Márcia me chama. Entrando na sala vejo a janela que dá para o Guaíba. O prédio é bem próximo e como estamos no andar alto, a vista é muito bonita. Comento sobre a vista, então Márcia abre as cortinas da janela que dá para rua. A sala é toda envidraçada, mas não há cortinas nos vidros que dão para a parte interna. Ou seja, todos podem nos ver dentro da sala. Depois, durante a entrevista, Márcia fala sobre a mudança de andar e sobre as modificações que farão naquela estrutura de salas para melhor se acomodarem. Nesse momento, me mostra uma planta de como planejam organizar as salas naquele andar e pelo que me mostra, a sala onde conversamos será a sua sala definitiva. As divisórias permanecerão com uma parte de vidro. (Márcia – entrevista)

Apesar desse ambiente parecer um grande espaço aberto, pois temos a visão de todo local, não há uma grande circulação entre esses espaços. As portas ficam fechadas e os vidros permitem ver o que acontece em cada espaço e ter o controle. Nesse ambiente em especial, fica evidenciada fortemente a preocupação com a produtividade e com a qualidade, seja na forma como estão organizados os espaços ou mesmo, nos princípios, premissas e orientações presentes em quadros sobre certificações ISO, 5Ss e nas revistas sobre gestão da sala de espera/recepção.

Essa foi a trajetória construída no campo, ao percorrer esses espaços e ter contato com essas mulheres. É importante esclarecer que fui relatando a trajetória de campo através das redes institucionais e pessoais através das quais obtive o primeiro contato com cada participante. Não tenho a intenção de trabalhar com as trajetórias de vida como se as participantes que foram contatadas por uma mesma rede fizessem parte de um grupo específico e contrapô-las as outras. Evidentemente que há aspectos em comum que caracterizam as mulheres destas redes, mas vou trabalhá-los juntamente com outras características da própria produção dos relatos, como por exemplo, a escolha e realização da entrevista em determinado local (residência, trabalho) e também as características que compõem o contexto e a trajetória de vida de cada mulher, tais como raça, idade/geração, renda e nível de escolaridade.

5.4 Implicações da pesquisadora

Dentre as características importantes a serem analisadas no modo como os relatos e o diário de campo foram produzidos, entendo que a implicação dos lugares ocupados e ocupáveis pela pesquisadora seja crucial. Como já mencionado, algumas características associadas ao meu contexto social: estudante de pós-graduação, branca, psicóloga, mãe, casada e heterossexual marcam lugares sociais.

Também em função desses lugares, o contato com essas mulheres tornou-se possível. Ou seja, a rede de contato utilizada pressupõe um vínculo institucional ou pessoal (mesmo que indireto), que tanto surge a partir de uma dessas posições sociais, quanto a reatualiza. O lugar a partir do qual acessei cada participante representa uma marca importante e interessante na análise dos materiais produzidos.

Para as mulheres que foram indicadas através de contatos pessoais (familiares e amigos) as marcas representadas pelas posições sociais que ocupo ficaram mais diluídas. Mesmo que o meu vínculo com quem indicou seja pessoal (irmã, amiga, cunhado), não necessariamente é esse o vínculo que une a participante à pessoa que fez a indicação. Por exemplo, alguns me indicaram colegas de trabalho.

Nas mulheres acessadas através dos movimentos sociais, fica muito presente a vinculação institucional e as relações possíveis entre as Ongs – que elas de alguma forma representam, porque foram indicadas – e a universidade – que eu, no momento da pesquisa, represento. Nesses contatos, minha posição enquanto pesquisadora ficava fortemente marcada. Por exemplo, no caso da única entrevista realizada no Instituto de Psicologia/UFRGS, com Mara, há muitas falas sobre a importância do estudo e da formação universitária para embasar a atuação nos movimentos e programas sociais. Nesta entrevista encontrei uma tensão bastante presente na articulação do discurso científico com o discurso da militância.

Na escola de educação infantil, minha posição enquanto mãe é evidente. Mãe e “cliente”, pois meu filho freqüentava a instituição. Penso que uma marca possível ao ocupar esse duplo lugar seria a preocupação em demonstrar a qualidade no atendimento às crianças daquela instituição, a importância e as formas de cuidado infantil adequadas. Tal preocupação, no entanto, não se restringe a essas mulheres e se mostra de acordo com o discurso científico sobre o desenvolvimento infantil.

5.4.1 O peso da barriga

Algumas das minhas características que citei anteriormente podiam de alguma forma ser desconhecidas pelas mulheres. Talvez algumas não soubessem que eu sou psicóloga, ou

que sou casada, ou que sou heterossexual, ou ainda que na época da pesquisa eu já tivesse um filho pequeno. Mas no momento em que percorri o campo, havia uma característica que estava sempre presente, a gestação.

Eu estava entre o oitavo e o nono mês de gestação no período em que realizei as entrevistas e a gestação era totalmente evidente. Essa sempre era uma questão comentada pelas mulheres e surgia de diferentes formas.

Havia uma gentileza muito grande que acompanhava a forma como as mulheres me tratavam. Gentileza ainda parece uma palavra sutil para expressar o tratamento recebido. Na verdade, havia uma preocupação, um cuidado. “Vou pegar uma cadeira melhor para ti” (Iara, quando eu conduzia a entrevista sentada numa cadeira de criança). “É melhor não ficar subindo escadas” (Raquel, oferecendo-se para buscar água em outro piso). Janete fez questão de me dar uma carona no final da entrevista, apesar da minha recusa em aceitar. Esses são alguns exemplos dessas práticas.

Práticas que parecem relacionadas à presença nos relatos das entrevistas do discurso médico e moral no que se refere à atenção à saúde da mulher no período pré-natal. Onde essa passa, dentro de diferentes políticas e programas de saúde, a receber um *status* de pessoa especial. Tal cuidado está hoje socialmente legitimado, sob forma de lei, por exemplo, na definição de assentos preferenciais no transporte coletivo, na preferência de atendimento em diferentes locais, etc.

Não há como negar que esse cuidado baseia-se numa característica física que a gestação impõe ao corpo feminino. A barriga pesa, para algumas mais e para outras menos (questão que a medicina também tratou de normatizar – o aumento de peso adequado para esse período). Mas a questão é que, como não fiz entrevista com mães adotivas, todas já haviam experimentado estar nessa posição e isso em si já gerava uma relação importante e ao assumirem os discursos que legitimam a atenção especial à gestante, estavam também

retomando a sua experiência como sujeito, a qual foi configurada nesse discurso.

Pensar o peso da barriga¹⁰ nessa pesquisa, além de representar a questão física do exercício da gravidade na gravidez, serve para problematizar a importância/implicação desse fato na trajetória do campo. A barriga pesou também no sentido de exercer uma pressão sobre essas mulheres, pois retomava todo o tempo a materialidade própria à gestação.

Além disso, após a constatação da barriga/gravidez seguia-se sempre a pergunta: “É o primeiro?”. Ao esclarecer que já tinha um filho eu passava a ser acolhida como mais uma do “clube” (SCHWENGBER, 2006). Nas entrelinhas, muitas falas sobre a maternidade, vinham com um tom: “Tu sabes como é”.

5.5 Das mulheres mães e trabalhadoras

5.5.1 Implicações éticas na apresentação das participantes

Pois o que é a ética senão a prática reflexiva da liberdade?
(FOUCAULT, 1984).

Nessa seção, apresentarei as participantes que ao aceitarem participar da pesquisa, me narraram suas trajetórias de vida. Ao todo, 14 mulheres fizeram parte desse estudo e foram sendo incorporadas a ele através dos contatos e do caminho que descrevi acima.

¹⁰ Peso *sm* (*lat pensu*) **1** *Fís* Medida da força com que os corpos são atraídos para o ponto central da Terra. **2** Pressão exercida por um corpo sobre o obstáculo que se opõe diretamente à sua queda. **3 Gravidade inerente aos corpos.** **4** Qualidade de um corpo pesado. **5** Peça de ferro ou outro metal aferido, empregado como padrão nas balanças. **6** Corpo pesado, suspenso da corrente de um relógio ou de um maquinismo, para lhes dar movimento. **7** Grande pedra do lagar, ligada à viga pelo fuso. **8** Carga, incômodo, opressão. **9 Tudo o que carrega ou exerce pressão.** **10** Unidade com que se avalia essa pressão. **11 Importância, consideração.** **12** Força. **13** Quantidade. **14** Encargo, ônus. **15** Unidade monetária de várias nações hispano-americanas. **16** Azar, caiporismo, enguiço, má sorte. (Michaelis on line Acesso: <http://michaelis.uol.com.br>)

Faço uma pequena reflexão acerca das implicações éticas na apresentação das participantes, com o intuito de colocar em questão algumas representações de pesquisa e de sujeito e explicitar meu posicionamento teórico em relação a elas. Essas questões foram abordadas quando submetemos o projeto de pesquisa ao comitê de ética em Psicologia, requisito necessário para fazer pesquisa com pessoas.

Pelo fato dos materiais terem sido produzidos em entrevistas individuais, solicitando às participantes que falem sobre sua trajetória de vida, foram solicitadas pelo Comitê algumas mudanças: "O fato de não mencionar os nomes das participantes, dos filhos e do local de trabalho não é suficiente, pois as participantes poderão ser identificadas através de outros dados coletados a partir das narrativas de suas trajetórias de vida" (Parecer do Comitê).

A questão principal que foi alvo de discussão com o comitê de ética girou em torno de utilizar a narrativa das trajetórias de vida, não com o objetivo de fazer "estudos de caso", mas de relacionar as trajetórias aos contextos sociais em que as participantes estivessem inseridas. O receio do comitê é que com isso, as participantes fossem identificadas. Estrategicamente, para o comitê, resolvemos a questão fazendo com que outros dados objetivos também não fossem diretamente identificáveis – a idade seria alterada alternando dentro de um intervalo de 3 anos (por exemplo, se a entrevistada tiver 50 anos, a idade poderá variar de 49 a 51), o trabalho identificado pelo ramo de atividade, o local de residência será identificado de forma mais genérica, assim como a escolaridade e a renda. Tais mudanças tentarão ser contempladas nas apresentações abaixo.

No entanto, penso que para essas mudanças caberiam questões epistemológicas importantes (mas que não tínhamos nem tempo nem intenção de fazê-las no Comitê). Proponho pensar no extremo oposto, ou seja, a não identificação das participantes por nenhum dado, além do fato de serem mães e trabalharem – "preservando" as participantes. Quanto a isso, pego emprestada uma reflexão de Fonseca (1999):

Para o pesquisador tirar qualquer conclusão do material é necessário situar seus sujeitos em um contexto social e histórico. Sem essa “contextualização” (um tipo de representatividade post ipso facto), o qualitativo não acrescenta grande coisa à reflexão acadêmica. Sem fornecer detalhes sobre o “lugar” sociológico/histórico dos entrevistados, parece estarmos lidando com “A mulher”, “O homem” – sujeitos eternos e ahistóricos (Fonseca, 1999, p. 61).

Nesse estudo, o objetivo é justamente pensar através desses contextos sociais quais as posições possíveis desse sujeito, ou seja, como essas características também produzem lugares para o sujeito nos diferentes discursos. Talvez no extremo oposto também exista um dilema ético importante, como nos propõe Fonseca (1999) se pensarmos em inúmeras pesquisas que, sem correr o risco de alguma identificação, acabam produzindo dados que são utilizados como gerais/generalizáveis e estabelecem/reproduzem novas/antigas normas e padrões esperados, fato muito comum na Psicologia.

Nesse sentido, reafirmo a importância de uma contextualização das participantes, para construir uma reflexão sobre a associação do contexto com as posições que essas mulheres enquanto sujeitos de um discurso podem e devem ocupar. Elas (mães e trabalhadoras) não existem a priori ou deslocadas da sua constituição histórica. Enquanto sujeitos, “constituem-se nessa ou naquela forma determinada, através de certo número de práticas que são os jogos de verdade, práticas de poder” (Foucault, 1984b).

Não há, dessa forma, como garantir totalmente um anonimato. O número de mulheres é, de certa forma, pequeno e estão todas ligadas em redes de contato pessoais ou institucionais. No entanto, cabe salientar que as informações foram tratadas com muito cuidado, excluindo situações singulares ou incomuns. A apresentação foca-se em informações que compõem a história e o contexto social das mulheres e que posteriormente serão trabalhadas por se mostrarem relevantes no entendimento dos materiais produzidos. Ou seja, informações que de alguma forma importam para o modo como essas mulheres se posicionam em relação ao trabalho e a maternidade.

5.5.2 Apresentação das participantes da pesquisa

Seguem informações básicas de cada participante.

Débora

Débora tem 31 anos, é branca, nasceu numa cidade do sul do estado e veio para a capital após sua formatura. Os pais se separaram quando tinha 5 anos. Tem irmãos por parte da mãe e por parte do pai, ao todo quatro. Está casada há 6 anos. Tem uma filha de 1 ano e meio, que vai para escola meio turno. Começou a trabalhar aos 17 anos, quando ingressou na faculdade, fazendo estágio. Trabalha na área jurídica e no último ano, desvinculou-se do escritório que fazia parte, para ser autônoma e ter mais tempo para a filha. O esposo também trabalha como autônomo. A renda da família está na faixa de 5 a 10 salários, sendo que cada um contribui com 50%¹¹. A família dela e do esposo permanecem na cidade natal e o casal tem intenção de voltar para lá, para ficarem mais próximos dos familiares e em função do custo de vida que consideram muito alto na capital.

Michele

Michele tem 35 anos, é branca, nascida numa cidade litorânea do estado. Os pais são separados e moram na sua cidade natal, tem duas irmãs que moram em outro estado. Veio para Porto Alegre fazer faculdade. Formou-se numa faculdade da área de exatas e tem MBA em gestão. Começou a trabalhar fazendo estágio numa empresa privada, na qual continua até

¹¹ A renda será descrita por faixas de salários mínimos equivalentes. Tomou-se para o cálculo o valor do salário mínimo de R\$380,00 – vigente no período em que realizei as entrevistas. Sendo assim, até 2 salários mínimos, nesse período, equivaliam a uma renda até R\$760,00. De 2 a 5 salários, renda entre R\$760,00 e R\$1.900,00. De 5 a 10 salários, renda entre R\$1.900,00 e R\$3.800,00. De 10 a 20 salários, renda entre R\$3.800,00 e R\$7.600,00. E acima de 20 salários, equivale a uma renda acima de R\$7.600,00.

hoje. Depois de alguns anos passou a gerenciar o setor, função que faz atualmente. Mora com o companheiro há mais de 10 anos. O companheiro é autônomo e trabalha com vendas. A família tem uma renda de mais de 20 salários mínimos, sendo que 90% vêm do trabalho de Michele. O casal tem 2 filhos, um de 8 anos e outro de 2 anos. Os dois vão à escola meio turno e no turno inverso ficam com a babá.

Raquel

Raquel tem 29 anos, é negra, nascida na capital. Foi criada pela avó materna a partir dos 4 anos por ter sofrido maus tratos por parte da mãe. Teve pouco contato com o pai. Tem ao todo nove irmãos, sete por parte da mãe e dois por parte do pai. Começou a trabalhar aos 9 anos informalmente e aos 13 anos vinculou-se a um programa do estado que proporcionava trabalho para jovens. Tem um filho de 11 anos que estuda e frequenta um projeto comunitário no turno inverso. O pai de seu filho não o assumiu. Possui escolaridade superior incompleta, parou de estudar a 4 anos por questões financeiras e porque não se adaptou ao curso escolhido. Hoje trabalha na área político-partidária e participa esporadicamente de um movimento de mulheres como voluntária. Mora sozinha com o filho e a renda familiar se situa entre 2 e 5 salários mínimos, ela depende exclusivamente do seu trabalho.

Denise

Denise tem 27 anos, é branca, nascida num pequeno município do interior do estado. Quando pequena já trabalhava na roça com os pais, depois a família mudou-se para a área urbana. Os pais, comerciantes, e o irmão, permanecem no interior do estado. Quando concluiu o ensino médio começou a trabalhar na área da educação. Veio para Porto Alegre na época da faculdade para morar com o companheiro. Estava para se formar no momento da entrevista. Trabalha na área da educação infantil, o companheiro é funcionário público. Têm uma filha

de 4 anos que fica em turno integral na escola, local de trabalho da mãe. A família tem uma renda entre 2 e 5 salários mínimos, composta 50% pelo seu salário e 50% do esposo.

Lisete

Lisete tem 53 anos, é branca e nascida no centro do estado. Ao todo tem oito irmãos, perdeu a mãe quando tinha sete anos. Permaneceu um tempo num orfanato e aos 15 anos veio para Porto Alegre com uma família, que a adotou por intermédio das freiras do orfanato. Conheceu o esposo e casou aos 16 anos. Antes de casar trabalhava como empregada doméstica. Teve 3 filhos. A mais velha hoje com 33 anos, é do lar, tem um filho de 16 anos (que Lisete cria) e um de 8 anos. O filho do meio tem 30 anos e trabalha na área de segurança, casado, tem 3 filhos. A filha mais nova tem 22 anos, casada e trabalha na área político-partidária. Voltou a trabalhar depois que nasceu sua filha menor, para ter seu dinheiro e porque o salário do esposo, que trabalhava na construção civil (agora aposentado) não dava mais. Hoje consegue poucos trabalhos remunerados, principalmente na limpeza. Tem uma atuação muito presente como voluntária no movimento de mulheres. Mora com o esposo e com o neto mais velho, que assumiu como filho. A renda familiar não chega a dois salários mínimos, composta 50% pela aposentadoria do esposo e 50% do seu trabalho.

Mara

Mara tem 50 anos, é negra, nascida numa cidade do interior do estado. Teve oito irmãos (sendo 2 falecidos). Veio para Porto Alegre depois de casada, os dois buscavam oportunidade de trabalho. Está separada há oito meses, o casamento durou 29 anos, mas o casal permanece dividindo a mesma casa. Trabalha desde os sete anos, sendo que na maior parte do tempo trabalhou na área de limpeza. Através da atuação na igreja católica (é

catequista) e da atuação no seu bairro começou a ter contato com o movimento de mulheres. Participou de diversos projetos sociais e tem um envolvimento político importante. Depois de perder uma oportunidade por não ter escolaridade compatível, voltou a estudar, concluiu o ensino médio e hoje faz faculdade. Tem dois filhos, o mais velho tem 26 anos, é casado e trabalha no comércio. O mais novo tem 20 anos, está fazendo um curso técnico e mora com os pais. Atualmente, Mara trabalha com políticas públicas ligadas a questão da criança e do adolescente, mas está como suplente na função, não tendo uma renda garantida todos os meses. Na média, a renda familiar se situa entre 2 e 5 salários mínimos, contando com o rendimento do ex-marido que mora junto.

Iara

Iara tem 40 anos, é branca, casada, natural de Porto Alegre. Os pais sempre trabalharam na área da educação e Iara seguiu também esse caminho, trabalhando sempre na educação. Seu único irmão formou-se em outra área, mas também atua como professor. Iara começou a trabalhar aos 16 anos, fazendo estágio do ensino médio. Concluiu o ensino superior e fez especialização, sempre na mesma área. Chegou a iniciar outro curso superior, mas desistiu. Atualmente dirige sua própria empresa, nessa área. O esposo quando saiu de um trabalho formal, também assumiu o trabalho em conjunto com ela. Casaram aos 19 anos, em função dela ter engravidado, mas em seguida ela teve um aborto. O casal tem 3 filhos, de 15, 11 e 9 anos, estão todos estudando. A renda familiar vem do negócio que administram em conjunto, Iara e o esposo, e é maior do que 20 salários mínimos.

Lisiane

Lisiane tem 28 anos, é negra, solteira e natural de Porto Alegre. Tem três irmãos de

pai e mãe. Sabe que o pai teve outros filhos, mas não tem contato. Começou a trabalhar com 18 anos, acompanhando uma pessoa idosa, depois teve períodos desempregada e períodos com alguns trabalhos/projetos. Na juventude participava de um grupo da Igreja católica, mas saiu por sugestão de organizadores do grupo, quando ficou grávida, para não “dar exemplo” para outras meninas. Tem 3 filhos, de 9, 8 e 3 anos, todos estão na escola. Mora com os três filhos numa casa, no mesmo pátio da sua mãe. Depois de entrar na justiça, conseguiu estipular uma pensão para o pai dos dois filhos mais velhos. Recebe R\$100,00 de pensão. Com o pai da sua filha menor tem uma combinação de assumir sozinha e não contar para família quem é. Atualmente, está fazendo o ensino médio e trabalha na área de assistência social, num emprego que conseguiu através da sua atuação nos movimentos sociais (negro e de mulheres). Além disso, continua atuando nos movimentos e faz alguns trabalhos como autônoma. A renda familiar não chega a dois salários mínimos.

Elisabete

Elisabete tem 32 anos, nasceu numa cidade do interior do estado. A mãe morreu quando tinha 11 anos e ficou com o pai ajudando a cuidar dos três irmãos menores. Nessa época o pai trocava bastante de cidade em função dos trabalhos. Em vista disso, abandonou os estudos ainda no ensino fundamental. Casou aos 15 anos e no ano seguinte seu pai morreu, num acidente de trabalho. Aos 17 anos teve seu primeiro filho, que hoje tem 13 anos, em seguida teve uma menina, hoje com 12 anos. Separou-se do esposo e por um tempo assumiu sozinha os filhos, morando no interior. Há seis anos veio para Porto Alegre em busca de trabalho, conheceu o atual companheiro e em seguida conseguiu trazer os filhos. Hoje mora com o companheiro, os dois filhos do primeiro casamento e a filha de 4 anos, nascida em Porto Alegre. Trabalha fora de casa desde os 14 anos, sempre na área da limpeza e

alimentação. Há pouco tempo trocou o local de trabalho em função dos horários, para poder estar à tardinha e à noite em casa e acompanhar os filhos mais velhos que ficavam muito tempo na rua. O companheiro trabalha com transporte. A renda familiar está entre 2 e 5 salários mínimos.

Joana

Joana tem 24 anos, é branca, nascida numa cidade no noroeste do estado. O pai não a registrou. No entanto, tem bastante contato com a avó paterna, com a qual morou alguns anos, período em que sua mãe veio para Porto Alegre. Tem uma irmã mais nova, por parte da mãe. Veio para a capital com 8 anos, morar com a mãe. Começou a trabalhar com 19 anos, como voluntária numa ONG feminista que a mãe tinha contato. Em alguns períodos, inserida em projetos como monitora, recebe pela atuação nessa instituição. Atualmente trabalha como autônoma e está fazendo faculdade, com uma bolsa integral, conseguida através da sua atuação na ONG. Tem uma filha de 3 anos. Separou-se do pai da criança logo que ela nasceu, recebe uma pensão de pouco menos de um salário mínimo. Atualmente mora com a mãe e a renda familiar está entre 2 e 5 salários mínimos, sendo que 80% vem do trabalho da mãe.

Janete

Janete está com 57 anos, é branca, nascida em Porto Alegre. Começou a trabalhar com 11 anos, no comércio da família. É a mais velha de 5 filhos. Casou aos 20 anos e em seguida começou a trabalhar na área da educação. O esposo tinha um alto cargo e em função de seu trabalho, moraram em outro estado. Voltaram para Porto Alegre por decisão dela, quando começou a dar uma virada em sua vida. Voltou a estudar na época em que a filha mais velha

estava para prestar vestibular e se formou (na área da educação) também no mesmo semestre em que a filha se formou. A faculdade lhe proporcionou “outra visão de mundo” e depois disso, separou-se do marido e começou a estabelecer outra relação com os filhos. O casal teve ao todo quatro filhos: a mais velha com 32 anos, é casada e formada na área de saúde, mora em outra cidade, os outros três, solteiros, moram com ela. A filha de 31 anos está montando uma empresa, o filho de 29 trabalha com vendas e o mais novo de 22 anos está na faculdade. A renda familiar depende praticamente dela (um filho paga a conta de água) e está entre 5 e 10 salários mínimos. Atualmente trabalha como concursada e conseguiu um desvio de função para atuar na sua área de formação.

Aline

Aline tem 29 anos, é branca, nascida no interior do estado. Perdeu o pai há 15 anos e acredita que escolheu seguir na área da saúde também pelo fato de ter acompanhado um pouco o tratamento do pai, que teve câncer. A mãe está aposentada e continua no interior com as duas irmãs de Aline. Coursou a faculdade numa cidade próxima a cidade natal e veio para Porto Alegre quando fez a especialização. Atualmente trabalha na área de saúde, direcionada para o atendimento a criança. Está casada há 7 anos. O esposo montou uma empresa e trabalha com informática em casa. O casal tem uma filha com 7 meses. A renda familiar está entre 10 e 20 salários mínimos, vindos do trabalho de Aline, pois o negócio do esposo ainda não está plenamente estabelecido.

Nair

Nair tem 45 anos, é branca, nascida no interior. A mãe faleceu quando ela tinha 9 anos. Ela e as três irmãs ficaram em casas separadas. Nair foi “dada” para uma família, mas

não se adaptou, foi então para casa de uma tia. O pai casou novamente e teve mais dois filhos. Trabalha “formalmente” desde os 12 anos. Começou no comércio, depois trabalhou na indústria de calçado. Aos 17 anos teve sua primeira filha e assumiu sozinha. Três anos depois teve outra filha, esta o pai assumiu. Quando veio para Porto Alegre buscar trabalho, a filha mais velha ficou com a avó paterna e a mais nova com o pai. Em Porto Alegre, as ofertas de trabalho que recebeu não lhe davam condições para manter-se e trazer a família. Entrou então para a prostituição¹², atividade que mantém até hoje. Em função do seu trabalho entrou para uma ONG e hoje também atua e coordena projetos sociais. Conforme a aprovação de projetos, consegue ter uma renda nesse trabalho. Atualmente mora com a filha mais velha e a neta. Tem mais dois netos da outra filha que moram perto. A renda familiar está entre 2 e 5 salários mínimos, sendo 80% dela e 20% da filha.

Márcia

Márcia tem 38 anos, é branca, nascida numa cidade no interior. Os pais tiveram seis filhos, é a única que não está no interior. Começou a trabalhar na área da educação logo que terminou o ensino médio. Foi a primeira filha a entrar na faculdade e conseguiu se formar pagando seus estudos com seu trabalho. Começou a trabalhar fazendo estágio da faculdade numa empresa, depois foi efetivada e continua neste local até hoje. Participou de um programa interno de desenvolvimento de lideranças (trainee) e hoje gerencia uma área dessa empresa. Está casada há 12 anos, tem dois filhos, de 11 e 9 anos. O esposo é comerciante e cursa faculdade. A renda do casal está acima de 20 salários mínimos, desses 60% vem do trabalho dela.

¹² Diferentemente dos outros trabalhos das participantes, que fui informando através de áreas de atuação mais gerais, nesse caso, uma classificação mais gerais diminuiria a forte marca moral que a prostituição possui. Abro essa informação em sintonia com as idéias da própria participante, que em muitos momentos fala sobre esse “estigma”, com o intuito de positivar esse trabalho como mais um trabalho possível.

Segue agora a apresentação dessas informações, de forma mais sucinta, numa tabela (Tabela 1). O objetivo é partilhar com a leitora/leitor, de forma mais resumida essas informações, na etapa da análise dos materiais.

Tabela I
Informações participantes

Nome	Idade	Área de Trabalho	Escolaridade	Cor	Renda ¹³	Filhos	Idade filhos	Estado civil ¹⁴	Contato
Débora	31	Jurídica	Superior	B	10-20	1	1 ano e meio	Casada	Pessoal
Michele	35	Gestão	Superior/MBA	B	+20	2	8 e 2 anos	Casada	Pessoal
Raquel	29	Política/Mov. Social	Superior incompleto	P	2-5	1	11 anos	Solteira	Ong
Denise	27	Educação	Superior cursando	B	2-5	1	4 anos	Casada	Escola
Lisete	53	Higienização/Mov. Social	Fundamental	B	-2	3+1	33, 30, 22 e 16	Casada	Ong
Mara	50	Política/Mov. Social	Superior cursando	P	-2	2	26 e 20 anos	Separada	Ong
Iara	40	Educação	Superior/Especialização	B	+20	3	15, 11 e 9	Casada	Escola
Lisiane	28	Social/Mov. Social	Médio cursando	P	-2	3	9, 8 e 3 anos	Solteira	Ong
Elisabete	32	Higienização	Fundamental incompleto	B	2-5	3	13, 12 e 4	Casada	Escola
Joana	24	Beleza/Mov. Social	Superior cursando	B	2-5	1	3 anos	Solteira	Ong
Janete	57	Educação	Superior	B	5-10	4	32, 31, 29 e 22	Separada	Pessoal
Aline	29	Saúde	Superior/Especialização	B	10-20	1	17 meses	Casada	Pessoal
Nair	45	Prostituição/Mov. Social	Médio	B	2-5	2	26 e 23 anos	Solteira	Ong
Márcia	38	Gestão	Superior/MBA cursando	B	+20	2	11 e 9 anos	Casada	Pessoal

¹³ **Renda** - No caso do salário mínimo de R\$380,00 - vigente no período de campo

- 2 = Menos de R\$760,00

2-5 = R\$760,00 a R\$1.900,00

5-10 = R\$1.900,00 a R\$3.800,00

10-20 = R\$3.800,00 a R\$7.600,00

+ 20 = Mais de R\$7.600,00

¹⁴ **Estado civil** - O termo casada está sendo utilizado tanto para casamentos formais, quanto para união estável

2. MÃE É TUDO IGUAL? MODOS DE SER MÃE

Na verdade eu não sei se me incomoda ser diferente ou se me incomoda as pessoas quererem que eu seja igual. Então eu estou passando, acho que essa pesquisa, venho mais para tumultuar a tua pesquisa porque eu estou numa fase de também estar me descobrindo em relação a isso. Porque eu estou sendo provocada a pensar essas coisas. (LISIANE)

Para dar conta dos enunciados que atravessam as entrevistas acerca da articulação entre maternidade e trabalho, vou fazer algumas reflexões em separado¹⁵. Início, desse modo, com a questão da maternidade não porque ela tenha surgido necessariamente antes do trabalho na narrativa ou na própria trajetória de vida narrada pelas participantes. A cronologia foi bastante diversificada, algumas entraram no mercado de trabalho, formal ou informalmente antes da maternidade e outras tiveram primeiro os filhos e depois começaram a trabalhar.

No entanto, começo por essa temática pensando na dimensão que ela tomou nas entrevistas. Os sentidos associados à maternidade foram fortemente marcados, em especial, pela maternidade como “divisor de águas” na vida das mulheres. Uma experiência produtora de mudanças no seu modo de ser. Quase sempre relatadas como muito positivas e moralmente usadas como legitimadoras de um modo de ser sujeito e um modo de ser mulher.

Quando Débora fala do nascimento da filha, o tom de voz muda, fica terno, demonstrando muito carinho. Relata a maternidade como uma experiência transformadora, que a tornou uma pessoa melhor, mas que requer uma constante aprendizagem e vigilância no seu modo de ser:

Eu acho que a gente muda, quando a gente se torna mãe eu acho que a gente muda muito, pessoalmente, eu acho que a maneira como eu atendo os meus clientes hoje é diferente de como eu atendia antes de ser mãe, a maneira como eu leio, como eu interpreto uma coisa é diferente, eu acho que eu mudei totalmente depois de ser mãe, eu acho que a gente fica, fica muito diferente, assim. Tu fica mais tolerante, uma série de coisas, tu pensa como mãe, é diferente, é bem diferente. Eu acho que

¹⁵ Essa escolha visa poder trabalhar cada uma dessas esferas (trabalho e maternidade) genealogicamente, descrevendo os enunciados que as produzem. No entanto, não as compreendo como esferas totalmente autônomas ou contrárias. Chamo atenção para esse cuidado no sentido de não torna-las oposições binárias, vinculando, por exemplo, o trabalho ao que é público e a maternidade ao privado. Essas esferas aparecem entrelaçadas já nessa análise, mas ficarão mais articuladas no capítulo: “Vida de equilibrista”.

teve sim e isso é positivo. Eu fiquei melhor como pessoa, melhor como mãe e profissionalmente tem os reflexos, né. Que tu fica melhor, também, tu trata melhor as pessoas, eu acho, entende melhor as pessoas, eu acho que sim, eu acho que isso foi positivo.

Se antes eu não tolerava isso, me deixava com os nervos à flor, agora eu acho que eu estou me acostumando com a situação, to vendo que criança é isso, então eu acho que eu estou melhorando a cada dia, me esforço ao máximo pra ser a melhor mãe possível, eu me espelho bastante na minha mãe, eu acho que a minha mãe foi uma ótima mãe e é até hoje. (DÉBORA)

Na fala de Michele, a maternidade é apresentada como produtora de muita alegria e como uma grande realização. Para ela, a questão que se coloca a partir daí é o fato de colocar sempre os filhos como prioridade na sua vida:

não sei se é criação ou se é, eu acho que é criação porque eu não vejo todas as mulheres da mesma maneira, mas minha mãe sempre, os filhos em primeiro lugar, eu vivi com isso assim, jamais vou deixar meu filho por causa de um outro homem, jamais eu vou deixar os meus filhos por causa de..., jamais eu vou deixar sabe? Então eu cresci com o jamais vou deixar meus filhos, então quando o Pablo nasceu, quando o Tiago nasceu, o Tiago passou a ser o primeiro da lista e o Maurício (companheiro) segundo, não era mais o primeiro e eu tive que gerenciar isso tanto isso do primeiro e do segundo comigo quanto com ele e até hoje eu tenho isso assim, meus filhos são, não que, sabe o que ele diz? Que ele vem depois da tina, tina é a cadela é a terceira, que é a filha e ele tá em quarto, então assim não são amores comparados, são diferentes, mas a disputa existe de uma certa maneira né (MICHELE).

Há em algumas falas uma marca moral muito forte. A mulher, quando assume a maternidade passa a ser uma ‘santa mulher’, exigindo-se uma postura rigorosa, efeito de muito autocontrole, como por exemplo, nas falas de Janete e Raquel:

Ah bom, mãe eu acho uma coisa assim maravilhosa, muito especial assim, mesmo quem não consegue biologicamente, tem que passar por essa experiência que te dá um aprendizado. Porque o filho é muito egoísta eu acho. E a partir do momento que tu passa a ser mãe, tu vê o outro lado. Então eu acho que para tua construção de pessoa tu tens que ter esses dois lados, mãe e filha. E ao mesmo tempo, a mãe, ela é uma pessoa, ela é um modelo, ela é um exemplo né, então eu não abro mão assim de valores né... Por exemplo, eu fiquei solteira de novo e tem muita mulher aí que cai na gandaia. E eu achava que eu não podia fazer isso, porque eu tinha os meus filhos, os meus valores, que eu tinha que ter um cuidado com eles. (JANETE)

E é ser responsável pela pessoa que tu colocou no mundo assim... Então ser mãe é isso, não é aquela história de padecer no paraíso. É tu ser responsável, tu ter que te preocupar. Querer fazer as coisas certas, porque tem alguém te observando. Se tu errar, provavelmente aquela pessoa vai errar também. Porque minha mãe errou, errou. Eu observei o erro dela, só que eu absorvi diferente. E tenho esse cuidado ao selecionar, porque eu observei e vi que não era bom. Só que eu não sei se o meu filho vai observar as coisas erradas que eu faço e ele vai dizer que não é bom. (RAQUEL)

Tal devoção coloca a mulher mãe numa posição privilegiada, uma pessoa que merece e deve ser valorizada. Talvez pelos sacrifícios que se espera que ela passe nessa tarefa:

Mãe é uma coisa boa, eu gosto, acho muito especial ser mãe, sabia. Até as vezes eu vejo uma pessoa idosa e penso que a gente tem que dar valor praquela mãe, se se soubesse o quanto uma mãe vale. Eu queria ter a minha viva pra dar valor a ela, pra viver com ela, eu acho que eu carregava ela no colo todos os dias, pela falta que tem, porque quem tem não dá valor. (NAIR)

De uma forma geral, analisando os diferentes enunciados que conformam a maternidade, percebo que os sentidos a ela associados não são assim tão diferentes. Muitas preocupações semelhantes, dilemas idênticos, mesmas dificuldades na forma de lidar com os filhos, etc. Há características que são relatadas como específicas de um modo de ser mãe, que configuram a norma relativa à maternidade, a partir da qual as mães “se” avaliam como “boas” mães, ou não, utilizando-se para isso de diferentes discursos.

Através dessas semelhanças torna-se possível o enunciado que nomeia esse capítulo “Mãe é tudo igual, só muda de endereço”. Tal enunciado atravessa a fala de Janete, quando reflete sobre as dificuldades e aprendizados da maternidade:

Porque não muda muito sabe, só muda os endereços, os problemas são os mesmos. Então não muda assim como tu. E me olhando, me observando. Se isso era uma coisa repetitiva e que eu tinha pisado na bola, o que eu fiz, revendo as minhas posições, meus comportamentos e vai indo assim. (JANETE)

Mas então podemos nos perguntar, como se configura esse modo de ser mãe, de uma forma tão semelhante para mulheres inseridas em contextos tão diferentes? Quais discursos estão implicados na construção de uma determinada forma de maternidade como a mais adequada?

Buscando uma compreensão ampliada sobre a norma que define a maternidade atualmente, hierarquizando as diferentes possibilidades de ser mãe, aponto-a como um dos aspectos do “dispositivo da sexualidade”:

A sexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não à realidade subterrânea que se apreende com dificuldade, mas à grande rede da superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências, encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e de poder. (FOUCAULT, 1988, p. 100)

Tal conceito é trabalhado por Foucault (1988), ao identificar, a partir do século XVIII

quatro grandes conjuntos estratégicos que desenvolvem enunciados específicos que caracterizam as relações de saber e poder a respeito do sexo. São eles: 1) Histerização do corpo da mulher, onde o corpo feminino passa a se comunicar organicamente com o corpo social (cuja fecundidade regulada deve assegurar), com o espaço familiar (do qual deve ser elemento substancial e funcional) e com a vida das crianças (que produz e deve garantir, através de uma responsabilidade biológico-moral que dura todo período da educação); 2) Pedagogização do sexo da criança, que é entendida como ser sexual “liminar”, suscetível a uma atividade sexual, ao mesmo tempo natural e contra a natureza, da qual devem se ocupar a família, os educadores, os médicos, etc; 3) Socialização das condutas de procriação, econômica (na incitação ou no freio à fecundidade), política (responsabilizando o casal por todo corpo social, limitando ou reforçando) e médica (pela patogenização das práticas de controle de nascimentos) e 4) Psiquiatrização do prazer perverso, análise, normalização de condutas e técnicas corretivas no caso de anomalias sexuais.

Nesse estudo podemos pensar que existem estratégias que atuam diretamente sobre o corpo das mulheres ao torná-las mães – a histerização do corpo da mulher e a socialização das condutas de procriação. No entanto, esse dispositivo funciona de formas diversas e também se configura a partir de outras estratégias que vão conformando o corpo dessa mulher através do biopoder, “técnicas buscando a sujeição dos corpos e o controle das populações” (FOUCAULT, 1988, p.131). A biologia torna-se alvo da política. O poder centrado na vida tem como efeito uma sociedade normalizadora que constrói parâmetros de conduta e julgamento que investem o corpo.

Analisando esses investimentos na mulher, que a posicionam de forma distinta no que chamamos de gestão da vida – o biopoder - Yalom (1997) atenta para as condições que tornaram possíveis esse movimento, que ela nomeia como a “politização do seio feminino”. Relaciona essa politização a três fatores: a urbanização, o fortalecimento do sistema

capitalista de produção e a consolidação dos estados nacionais.

Numa outra análise envolvendo esse mesmo período histórico, Badinter (1998) chamará atenção para o fato de esse ser o momento de transformação nas práticas de cuidado dispensadas à criança. Dá-se início à naturalização do amor materno, como um sentimento instintivo e universal que liga a mãe à criança e estabelece assim um vínculo afetivo que se traduz nos cuidados que a mãe passa a dispensar ao filho. Rompe dessa forma com a prática materna comum naquele período de entregar os filhos às amas-de-leite, responsabilizando a mãe pelo desenvolvimento da criança.

Três discursos tornaram possível a “invenção” do amor materno, segundo Badinter (1998): 1) econômico – estabelecendo a consciência de que a população era importante para o país, tanto porque produz riquezas quanto pela garantia de poderio militar. A criança adquire um valor mercantil e é necessário deter a mortalidade excessiva; 2) filosófico – que através das idéias de igualdade e felicidade do Iluminismo favorecia-se o desenvolvimento do amor e da sua expressão; 3) dos intermediários - tornando as mulheres interlocutoras privilegiadas dos homens e elevadas ao nível de responsáveis pela nação, ao mesmo tempo em que eram objetos de súplica e acusação.

A normatividade que encontro na fala dessas mulheres mantém muitos traços herdados¹⁶ desses movimentos anteriores que tornaram possíveis a construção da maternidade. Além disso, há hoje o fortalecimento de alguns enunciados que compõem essa norma e que intensificam seus efeitos (FORNA, 1999; FIDALGO, 2003; MEYER, 2006). Meyer (2006) nomeia esse processo como uma “politização da maternidade”, que “não é inovadora, mas que atualiza, exacerba, complexifica e multiplica investimentos educativo-assistenciais que têm como foco mulheres mães”.

¹⁶ Esses movimentos históricos são tratados aqui não como a busca de uma origem, mas como proveniência – herança, acontecimentos que são inscritos nos corpos e que emergem como efeito de relações de poder. Tal como nos propõe Foucault (1999) quando define a genealogia.

Tal intensificação nos discursos é percebida de diferentes formas pelas mulheres. Nas entrevistas, no entanto, ela ficou mais evidente no relato das mulheres mais velhas, onde algumas têm a possibilidade de acompanhar agora a criação dos netos e percebem essa diferença:

É muito complicado, hoje em dia está mais difícil de criar do que na época que eu criei meus três filhos. A mentalidade mudou completamente tudo está mais perigoso, ta mais caro, ta mais tudo. É mãe na fila do hospital pra ganhar filho, aquilo de fazer exames, acompanhamento médico, tudo é difícil hoje em dia. Hoje em dia se eu ...talvez eu não planejasse mais os três. (LISETE)

A politização da maternidade se produz através de redes de poder-saber que configuram práticas de intervenção (políticas e programas, instrumentos diagnósticos, linhas educativas). Essas redes estão atravessadas por diferentes discursos (médico, moral, psicológico, religioso, pedagógico, jurídico) e diferentes processos sociais, econômicos e políticos, sendo que nesse processo a autora identifica quatro forças sociais ao longo do século XX: a racionalidade neoliberal¹⁷, a globalização, o desenvolvimento tecnocientífico e a multiplicação de sujeitos de direito.

A racionalidade neoliberal relaciona-se com a maternidade através da idéia de que cada indivíduo é responsável pelas suas escolhas e essas devem estar direcionadas sempre para seu aperfeiçoamento, que nessa racionalidade, está acessível a todos. As políticas e programas que desse movimento emergem, entendem que:

gerar e criar filhos equilibrados e saudáveis passa a ser social e culturalmente definido, também, como um projeto de vida, responsabilidade individual de cada mulher que se torna mãe, independentemente das condições sociais em que essa mulher vive e dos problemas que ela enfrenta. (MEYER, 2006, p.88)

A ligação e responsabilização da mãe e da família (“desestruturada”) como causa e

¹⁷ O Neoliberalismo aqui trabalhado, e que será retomado em alguns pontos desse estudo, está relacionado, de acordo com Nardi (2006) com três medidas a serem adotadas pelos países como forma de tornar a economia competitiva no contexto internacional, após a crise do fordismo nos anos 70: a ruptura da estrutura sindical como forma coletiva e solidária de reivindicação, a submissão das políticas sociais à lógica do mercado e a restauração da taxa de desemprego, desencorajando reivindicações. Como efeito tem-se a acentuação do individualismo e a mercantilização das relações pessoais. Nesse sentido, o neoliberalismo ultrapassa os limites econômicos, produzindo modos de ser nesse contexto.

também efeito de transformações e problemas sociais fica explicitada na seguinte fala:

Eu estou vendo muito problema familiar, o desajustamento da família mesmo, a violência, a falta de carinho, a compreensão, então, hoje, eu penso, que cada dia, não estou te apavorando, a coisa é mais difícil ser mãe e pai. Eu não quero ser pessimista, porque hoje além da questão financeira, na questão de afeto, tem a própria segurança, mandar o filho pra escola, não tem mais essa de escola particular, a violência está em tudo que é canto (MARA)

Essa fala, em sintonia com o enunciado relacionado com uma racionalidade neoliberal é possível para Mara, pela posição que ocupa atuando em políticas direcionadas a proteção de crianças e adolescentes. Recebe crianças e jovens em situações de maus-tratos, abuso, negligência. Nesse trabalho a estratégia está na educação dos pais, responsabilizando-os pelos cuidados e no limite afastando-os de seus filhos.

Tal racionalidade se propaga através da globalização, que se reflete de modo distinto na vida das mulheres, em especial as mais pobres. Segundo Meyer (2006), um dos efeitos desses movimentos caracteriza-se pela ‘feminização da pobreza’, que no Brasil, por ser um país racializado também está marcada não somente pelo gênero, mas também pela cor. Um desdobramento dessa questão acontece nas políticas e programas direcionados às populações que vivem abaixo da linha da pobreza, produzindo diferenças e efeitos de poder nas classificações dessas como populações de risco, populações vulneráveis, sem explicitar “a complexidade das dinâmicas de classe, raça/etnia, gênero ou inserção regional que estão imbricadas na (e articuladas à) produção dessas situações” (MEYER, 2006, p.90).

Os efeitos dessa conjunção discutida por Meyer (2006) apresentam-se também na fala de Mara. Através da sua atuação nesse espaço, que no seu caso, está localizado num bairro pobre de Porto Alegre, tem percebido essa feminização. Ao mesmo tempo em que não admite que essa função de cuidadora seja uma obrigação feminina, entende que as mulheres se vêem colocadas nessa situação por não terem uma rede de apoio:

Porque hoje tem um grupo muito grande de mulheres sozinhas, muito grande e por várias razões, elas não querem saber do marido, do pai da criança, então acaba ficando pra ela essa tarefa de cuidar, a não ser que more perto da mãe, do pai, que daí os avós cuidam, mas se é uma mulher sozinha, as vezes, ela não consegue cumprir esse papel e por n razões: histórico de vida, necessidade, tem vários...

Assume porque não tem. O que a gente vê de mulheres em atendimento que a família mora no interior e ela está sozinha aqui e aí ela não tem ninguém mesmo, não pode contar com ninguém. (MARA)

Apesar de fazer referência à falta de um suporte social, mesmo assim, as mães são valoradas conforme se aproximam ou não desse ideal de cuidado associado à maternidade. O que fica explicitado é o quanto se espera que a mãe seja uma pessoa cuidadora, mesmo que ela também esteja imersa nas mesmas relações de violência. No caso de mães que são coniventes quando suas filhas sofrem abusos, Mara comenta:

Porque quem tem que proteger não protege. Porque o que é a figura da mãe? É a que protege. A figura da mãe é aquela que protege, ta aculturado. O pai não está. Aí por um motivo ou outro, por paixão, por necessidade, acaba não protegendo... ser mãe hoje, só ia mudar, se quando ganhasse o filho e visse junto um manualzinho, como ser uma boa mãe (MARA)

Contraponto essa situação, cita casos em que as mães, que precisam fazer um esforço muito grande – abrindo mão de algumas coisas, conseguem romper com um ciclo de violência:

*E têm outras que são umas **guerreiras**. Teve um caso lá, a gente tinha uma mãe. Uma menina de 6 anos; do segundo casamento ela tava com um menino de 2 anos, ele abusou da filha dela, ela largou tudo, a casa boa e foi morar com os pais pra proteger a filha, entendeu, então tu vê situações, e era o marido, o pai do filho dela, de 2 anos, e ela ia ter que ver outro jeito pra tratar, porque era o filho, porque ele não podia estar com o pai. Bem difícil. (MARA)*

Outro fator ressaltado por Meyer (2006) diz respeito ao desenvolvimento tecnológico. As relações de poder e saber analisadas por Foucault (1988) tomam novas formas através de tecnologias do corpo que “descrevem e monitoram, antecipada e minuciosamente, o desenvolvimento físico, cognitivo e emocional do feto, inscrevendo-se numa rede de controle e regulação da vida” (MEYER, 2006, p.90). Apesar de estarem muito presentes na questão do desenvolvimento fetal (pelas biotecnologias genéticas e tecnologias de imagens - ultra-sonografia), entendo que esses controles e regulações ultrapassam essa etapa e permanecem monitorando e descrevendo os corpos durante todo desenvolvimento humano.

Há nesse discurso uma gramática específica sobre o “risco”, “através da qual determinados grupos de mulheres vêm sendo, crescentemente, classificados e valorados como

‘mães de risco’ e, por conseqüência, transformados em sujeitos-alvo de práticas assistenciais, educativas e de controle sistemáticas estandarizadas” (MEYER, 2006, p.91). Utilizam-se para isso, elementos que quantificam e hierarquizam os modos de ser mãe: idade, nível de escolaridade, situação sócio-econômica, tipo de estrutura e apoio familiar, adoção da prática o aleitamento materno, tipos de partos anteriores, número de filhos, mapa hereditário ou genético, etc¹⁸.

Quando Aline fala sobre os primeiros meses de Manoela, conta o quanto essa experiência foi diferente do que imaginava, pois tinha a impressão que tiraria de letra, sendo profissional da saúde e por atender especificamente crianças:

Eu achei que eu ia ser mais assim, bem mais light, ia ser mais fácil. E a Manoela já na eco fetal já mostrou uma dilatação no sistema urinário, podia ter refluxo urinário, saiu do hospital tomando medicação pra refluxo urinário, filha de profissional da saúde, aí fez ecografia, fez outro exame bem chato que coloca uma sonda na uretra, injeta contraste, faz radiografias seriadas pra ver se tem refluxo mesmo ou não e graças a deus não tinha, mas nesse meio tempo ela começou com refluxo gastresofágico, começou a fazer cianose, se afogar pra dormir, era um estresse no início porque ela tinha dor, por causa do refluxo, chorava o tempo inteiro, tinha que mamar e ficar com ela uma meia hora com ela no colo de pé, para ela não vomitar e não voltar. Chorou muito no início, eu me perdi bastante, achei que ia ser bem mais fácil assim, esse início foi bem difícil, ela mamava a cada duas horas e eu levava uma meia hora pra fazer ela arrotar, não tinha tempo pra nada, só ficava em roda dela e minha mãe me socando, eu nunca tive muito leite e minha mãe me socando comida. Olha o jeito que eu ainda to, não consegui nem emagrecer ainda, por medo que secasse meu leite, que secasse meu leite, que diminuísse meu leite. (ALINE)

Para Fidalgo (2003), apesar da quantidade de informações e tecnologias disponíveis às mães e que fornecem a essas atividades domésticas um ar de profissionalismo, retira-se dessas mulheres a confiança e coloca-as na dependência de peritos. Essa é a característica desse movimento que a autora denomina “maternidade científica”, impulsionada predominantemente pelo discurso médico, transformando a maternidade num campo quase técnico. Tal movimento que transforma a maternidade em científica teve também forte influência da Psicologia do Desenvolvimento, que concentra as prescrições sobre os cuidados da criança, definindo e classificando a maternidade em adequada ou não adequada,

¹⁸ Alguns desses elementos foram sendo desdobrados nos enunciados que compõem essa normatividade sobre o ser mãe e serão mais extensamente trabalhados nas análises a seguir.

invisibilizando as dificuldades inerentes ao próprio cuidar. Para a autora (2003), tal movimento carrega em si um paradoxo, no sentido de que apesar da idéia de tecnologias da maternidade, ainda assim em alguns momentos se utiliza também da idéia de instinto materno, para recrutar um comportamento “adequado” das mães.

O último movimento que Meyer (2006) ressalta nessa politização contemporânea da maternidade diz respeito à multiplicação de sujeitos de direito. Nesse sentido, os discursos sobre os direitos humanos são entendidos tanto como conjunto de formulações fundamentais da sociedade como também as relações de poder específicas de contextos históricos. Sendo uma constante tensão entre políticas de Estado e movimentos sociais que colocam em questão a noção de direito universal.

O direito passa a ser desdobrado: direitos sexuais e reprodutivos, direitos da mulher, direitos da criança e do adolescente, em certos países, até direitos do feto. Nesse sentido, estabelece uma luta de forças na busca por legitimidade, quando esses direitos se contrapõem.

Ao refletir sobre as mudanças que percebe na maternidade, Raquel faz uma relação interessante entre as transformações no modo de ser mãe e as transformações na infância, com a implantação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que demandam uma nova forma de cuidar, a seu ver, diminuindo o poder dos pais perante os filhos:

(o que mudou...) A mídia, a criação, a educação é negativa também. A criação do ECA – Estatuto da criança e do adolescente. Já aconteceu de eu ter vizinhos que estavam brigando com as crianças e as crianças chamarem a polícia para os pais, porque sabem que tem o ECA e eu acho que isso também atrapalha porque o filho é meu e eu que tenho que criar, claro que tem os limites não vou dizer que eu tenho que matar a pau, mas isso influência sim. (RAQUEL)

Nesse sentido, também o modo de ser criança sofre transformações:

Cobra menos das crianças. Eu acho que tem que cobrar mais, sabe, eu trabalhava e estudava e nunca rodei. O meu filho rodou, não pode uma criança que só fica em casa estudando rodar. Eu não consigo admitir. Não faz nada, fica em casa, fica olhando essas porcarias de desenho. Não, até os desenhos, se tu fores analisar, até os desenhos de hoje em dia, não é o mesmo desenho de antigamente (RAQUEL).

Os modos de ser mãe hoje estão imersos nessas transformações sociais, que

modificam também os modos de se viver na contemporaneidade e são entendidas de diferentes formas, muitas vezes são significadas como perigosas. Esse perigo está presente nas preocupações atuais de Joana enquanto mãe, comparando a vida na cidade e a vida no interior:

Perigos maiores, a gente tem que estar sempre cuidando, sempre vendo quem são as pessoas que se aproximam, a gente nunca sabe o que vai acontecer, hoje é mais perigoso andar na rua, ficar na rua, tem que ficar alguém andando, antigamente não a gente brincava não tinha problema nenhum, a educação eu acho que era um pouco diferente podia ser mais solto, hoje em dia não tem mais como, muito difícil. Acho que a gente tem que ser dura, tem que ser rígida, claro tem que dar carinho, tem que dar amor, tem que ensinar, e eu procuro sempre ensinar a ela as coisas certas... Ter liberdade, mas ter liberdade no limite, tudo é limite, eu sempre coloco limite em tudo. (JOANA)

Já na fala de Raquel, algumas transformações sociais (violência, direitos da criança, regras de cuidado infantil, incentivo a atividades para mulheres mais velhas, etc) são relatadas como elementos que dificultam o exercício da maternidade, principalmente na sua associação com o trabalho (também transformado, exigindo constante qualificação)¹⁹:

E que antes elas podiam sair para rua só para trabalhar. Hoje a gente tem que sair para rua para trabalhar, estudar, fazer curso, fazer especialização, fazer seminário, fazer isso, fazer aquilo. Antes era fácil, tu podia sair e deixar teu filho com qualquer pessoa, hoje não dá. Tu não sabe, porque pode ser um psicopata. Teu vizinho pode ir fazer um assalto e levar teu filho junto. Coisas que antes eu não, era mais fácil. Antes as mães aceitavam mais ficar com os filhos da gente. Hoje não, o que eles querem, elas querem ir para o bingo, para o baile da terceira idade, elas querem fazer isso, elas não querem mais (RAQUEL).

Essas transformações intensificam os enunciados que configuram a politização da maternidade. Trabalhando com o conceito de “articulação”, Meyer (2006) propõe que

É na conexão- provisória e historicamente situada – de diferentes discursos sobre a maternidade ou de alguns de seus elementos que se materializa a produção de outro discurso, aparentemente unitário, sobre “a” maternidade e é nesse processo que se define o que chamamos de politização. (MEYER, 2006, p.84)

É na atualização da norma a partir da qual as mulheres mães são chamadas a exercer essa função que se produz a idéia de uma igualdade feminina, a qual se faz referência no ditado que dá nome ao presente capítulo. Penso que a igualdade aqui relatada, além de ser um efeito discursivo, refere-se mais ao conjunto de exigências que são colocadas para as

¹⁹ Esse tema será retomado adiante em capítulo sobre os enunciados relacionados com o trabalho e as transformações nessa esfera.

mulheres enquanto mães do que a uma uniformidade no modo efetivo com que elas exercem a maternidade.

Há diferenças importantes que vão sendo marcadas em diversas falas das participantes. Tomando em análise essas falas e o próprio ditado “Mãe é tudo igual, só muda de endereço”, penso que também esse ‘endereço’ possibilita diferenças na forma como essas mulheres assumem a maternidade e na abertura com que falam sobre essa diferença, em relação à norma. Claro que não estou falando apenas do endereço das suas moradias, mas o endereço enquanto o contexto social em que se inserem e as suas posições em vários momentos (trabalho, escolaridade, geração, inserção em movimentos sociais, etc).

Pensando em Débora, uma profissional com ensino superior, casada, 31 anos, encaixa-se numa idéia de família nuclear, estruturada. Orgulha-se das mudanças que a maternidade lhe proporcionou (como já relatado numa fala anterior). No entanto, num momento muito espontâneo do seu relato faz o seguinte comentário:

Claro que chega uma hora que ser mãe, na verdade tu quer ser tu, por um momento, tu não quer ser mãe, ah, tu quer tomar um banho, tu quer passar um hidratante, tu quer lavar o cabelo, aquela coisa, que são situações que tu quer ficar sozinha, que tu quer, sei lá, fazer qualquer coisa e daí. Mas nada a ver com a tua pergunta, eu me perdi (dá uma risada aberta, mas envergonhada, parece que deixou escapar algo). (DÉBORA)

Essa diferença, ou essa tentativa de não assumir a maternidade tal qual esse ideal do que é ser uma boa mãe, surge de forma bem mais aberta, mas não menos sofrida, no relato de Lisiane. Fala diversas vezes durante a entrevista que não nasceu para ser mãe e relata algumas situações cotidianas no cuidado com os filhos em que não tem paciência, consciente de que a forma como exerce esse papel não corresponde ao que se consideraria uma boa mãe: “*não nasci para ser mãe, criança chora, me estressa, me irrita*”. Relembra o período de amamentação do filho, que foi até completar os três anos como um tempo muito difícil, onde ficava presa por causa dessa função. Primeiramente isso parece estar associado ao fato de que essa não foi uma função que ela tenha desejado para sua vida, sendo-lhe imposta forçosa e

violentamente até hoje, como fica claro quando compara a maternidade com um estupro:

Outro detalhe muito importante, eles não me chamam, nenhum deles me chamam de mãe, eles me chama de Lisiane... Porque eu não tenho essa coisa assim, eu não me imaginei ser mãe. Chegou uma época da minha vida que eu fui, sabe. Eu tinha meus planos, era para ser assim oh, morar sozinha, construir minha vida, fazer uma faculdade, ser doutora, sabe. Em nenhum momento eu pensei em ser mãe. E aí quando eu me vi mãe eu digo bom. É que nem a piada que a minha vó... Se o estupro é inevitável relaxa e goza, só que capricha. E é isso que eu tenho feito até hoje, tenho estado com eles, tenho levado, tenho feito meu papel. Mas não é uma coisa que foi sonhada, planejada. (LISIANE)

Apesar de assumir e responsabilizar-se pelos seus filhos, exerce de forma diferente esse papel, deixando explícito que não encontra nessas atividades grandes prazeres. Parece que por marcar essa diferença não consegue se reconhecer e ser reconhecida enquanto mãe, mesmo que se encaixe em outras categorias maternas, imersas em relações de poder, por exemplo “mãe ausente”:

*Eu entendo que ser mãe é ser mais do que eu sou. Eu acho que eu não sou uma mãe boa. **Eu sou uma mãe ausente.** Eu tenho, a prioridade para minha vida agora tem sido meu trabalho, tem sido meu trabalho até porque é com ele que eu sustento eles. Mas assim, se eles estão doentes, pára tudo, pára trabalho, pára tudo, mas se não tiver eu acho que não tem essa coisa assim do estar junto... Eu odeio estar dentro da minha casa, porque começa aqueles berros, aquelas coisas que eu digo assim não é prazeroso. Então mãe, eu acredito que mãe é uma pessoa que tem no meu contexto, é uma pessoa que gosta de ser mãe, que goste de estar resolvendo este tipo de conflito, que goste de estar apaziguando. Eu não. (LISIANE)*

Esse posicionamento tão marcado na diferença parece ser possível para Lisiane através da sua inserção em movimentos sociais. Apesar de reivindicar a diferença, ela ainda usa a norma como parâmetro de maternidade, quando se apresenta como uma mãe ausente:

Eu participo de quinhentas militâncias e que elas acham que isso aí não é lugar para as crianças. Daí eu peguei e digo olha eles precisam criar uma referência. Da minha família por tudo que eu já te relatei, a única pessoa que é diferente, que tem um contexto social, sou eu... Eu quero que minha filha tenha um outro olhar...Então são essas escolhas que eu acho que eu sou mais mãe nesse sentido, mas eu não sou só a mãe carinhosa. Eu acho que eu sou uma mãe prática, sabe, de criar as possibilidades. Mas não quer dizer que não tenha amor, eu acho, mas de uma forma diferente. Eu acho que uma menina colocar rosa é bonitinho, só que se ela tiver coragem de colocar o azul ela é heroína, sabe, de ir buscar. (LISIANE)

Na tentativa de tornar visíveis as diferenças em relação à maternidade, cabe salientar um recorte etário/geracional. Percebi nas falas de mulheres mais velhas uma

descentralização²⁰ (ou pelo menos uma tentativa) dessa função de mãe:

A gente sempre quis ter filho, né. Naquela época a gente pensava diferente, né, porque o filho era a coisa mais importante, agora, hoje em dia eu não acho que o filho é a coisa mais importante. (LISETE)

Porque eu achava assim que era dedicação total... Então assim oh, a idéia de mãe para mim, sempre foi essa. É dedicação total, o filho nasceu te ferrou ou não te ferrou, está feliz, não interessa é te vira minha. E assim que eu fiz... Eu estou tentando mudar, estou tentando. (JANETE)

Entendo que esse movimento de descentralização pode estar associado a várias questões, como, por exemplo, associado a transformações sociais, que num momento anterior a função única e exclusiva da mulher seria a função materna e na contemporaneidade se colocaram outras perspectivas. Poderia esse movimento também estar relacionado com transformações pessoais, como, por exemplo, a aproximação com idéias feministas através do movimento social (trajetória de vida de Lisete), ou um processo terapêutico de análise (trajetória de vida de Janete). Ainda posso pensar que esse movimento poderia estar associado ao fato de que os filhos já são praticamente independentes e isso faz com que essas mulheres possam se desligar das tarefas de cuidado.

Só agora, esse ano, faz um ano e meio que eu estou fazendo terapia assim voltada a isso né. Eu percebi assim, que eu tinha cinqüenta anos, que eu estava separada, cinqüenta e quatro no caso, cinqüenta e um quando eu me separei, mas que não era velha ainda. E daí um dia eu peguei e coloquei todas as contas na mesa e disse para eles, olha guris quem está falindo agora sou eu... E antes eu passava roupa, daí um dia eu decidi passo roupa porquê se eu odeio? Não vou passar mais. Daí eu mostrei para eles, aqui está a tábua, aqui está o ferro, aqui está a tomada, quem quer, passa a roupa. E está funcionando, funciona né. (JANETE)

Parto agora para uma análise mais detalhada sobre os espaços que propagam essa norma a respeito da maternidade, ensinando às mulheres esse modo de ser mãe (Não existe manual?). Busco refletir de forma mais minuciosa sobre os enunciados que compõem essa norma e os discursos que a atravessam emprestando-lhe legitimidade (“Um é pouco, dois é bom, três é demais”, “O Tempo certo de ser mãe”, “As condições da maternidade” e “Mãe é uma só”), tendo como principal efeito a idéia de que todas as mães são iguais.

²⁰ Essa questão será trabalhada melhor no item “O tempo certo de ser mãe”.

2.1. Não existe manual - ensinando modos de ser mãe

A reflexão que proponho nesse item é pensar sobre alguns espaços²¹ que se ocupam do ensino/produção de modos de ser mãe. Falar desses espaços é uma tentativa de colocar em questão um enunciado que propõe que todo o problema do cuidado infantil reside na ausência de orientações, ou seja, nenhuma criança nasce com um “manual de instruções”.

Olha, hoje eu vejo, até pela minha experiência e pelo fato de eu trabalhar nessa área, eu digo que, ser mãe hoje, só ia mudar, se quando ganhasse o filho viesse junto um manualzinho, como ser uma boa mãe. (MARA)

Para Mara, pesa o fato de que ela trabalha no limite do aceitável para o cuidado infantil. Trabalha na área de políticas de atenção à criança e ao adolescente e recebe nesse espaço os casos que extrapolam, que escapam, situam-se no que é condenado por estes discursos que constroem e valorizam um modo de ser mãe. Nesse sentido, entende que a maternidade hoje não está sendo exercida adequadamente e as mulheres precisariam ser ensinadas.

No entanto, o que percebi ao longo do período de campo e também na escuta e análise das entrevistas é que elas, essas mães trabalhadoras, sabem sim a “cartilha” que ensina como ser uma boa mãe, tanto quando se aproximam desse ideal como quando se afastam. E sabem disso não porque são mães especiais, mas porque esse manual está presente na cultura de diferentes formas.

Se atentarmos para alguns espaços da nossa cultura, percebemos que há em muitos deles, ensinamentos bastante diretivos que produzem e hierarquizam modos de maternar, inclusive o próprio espaço de trabalho de Mara – que no limite tem o poder de retirar a criança/adolescente da tutela dos pais. São esses espaços que incorporam os enunciados de

²¹ Utilizo a palavra ‘espaços’ pensando diferentes instâncias culturais, que englobam políticas públicas e programas sociais, intervenções religiosas, materiais e espaços da mídia (revistas, livros/manuais, televisão), internet, etc.

política da maternidade, legitimados por diferentes discursos, que em certos momentos funcionam associados e, em outros, estão em tensão.

No relato das trajetórias de vida das participantes, esses espaços foram citados algumas vezes, principalmente quando relatam situações de dúvida no exercício da maternidade. Há em muitas falas a explicitação de uma tensão entre o discurso médico-científico (representado pelo pediatra) e o discurso popular em relação aos cuidados e saúde infantil (representado pelas orientações de parentes mais velhas).

Na fala de Débora essa característica é avaliada positivamente, como uma mudança histórica/geracional. Refere principalmente a valorização do discurso médico em contraposição às crenças anteriores relacionadas à saúde da criança:

Eu acho que antes as mães eram muito apegadas nessas crendices, eu acho que isso mudou bastante, eu acho que hoje a gente não tem mais isso, até algumas mães ainda tem, mas eu acho que isso já tá muito ultrapassado... Uns cuidados que eu acho que a medicina foi tratando de acabar com eles, eu acho que isso aí. Eu acho que o que mudou é que os filhos já mudam, os filhos de hoje já nascem diferentes, eu acho que as crianças de hoje são mais espertas, antes me parecem que a mãe ficava muito com o filho no colo, muito embaixo da saia. (DÉBORA)

Essa tensão está também presente no seu modo de ser mãe, na busca de auxílio quando sente alguma dificuldade, principalmente em relação a doenças da filha. A mãe de Débora prefere não arriscar uma orientação, diante disso:

Tu faz o que tu quiser com a Bibiana, eu não vou te dizer o que é melhor. As vezes eu ligo pra ela, ah, mãe, não sei o que tu acha? Leva na pediatra, eu não vou te dizer, eu não sei, tu é muito chata. Então não, assim, ela não me dá conselho de como agir ou fazer. (DÉBORA)

Essa luta pela legitimidade, representada pela mudança de valorização que antes estava mais presente no discurso popular e agora passa a ser mais forte no discurso científico também está presente na fala de Raquel:

Eu procuro na internet, aí eu paro e penso. Não recorro muito... É isso aí, eu não tenho a quem recorrer. Porque eu sei que os conselhos que minha vó vai me dar não é tipo o conselho que eu quero ouvir. Não é, não vai me trazer o que eu quero ouvir. Porque para mim assim oh, não tem como eu pedir conselho para minha vó porque o mundo dela é um mundo, a época dela foi outro tempo, é outra década, são coisas diferentes. (RAQUEL)

Há desqualificação do saber representado por sua avó, como um saber desatualizado,

descontextualizado, desconectado. Nesse caso, a desqualificação está atrelada ao fato de que, com a educação que recebeu da avó, ou na verdade não recebeu, engravidou porque não tinha conhecimento sobre esse assunto. A avó, além de não lhe informar, negava-lhe o acesso a essas questões, proibindo que assistisse aulas sobre reprodução no colégio, não a levando a médicos, etc.

Se o meu filho perguntar para mim uma coisa que eu não sei eu não vou mentir para ele, eu vou procurar o significado, eu vou procurar a informação para ele. É o que ela deveria ter feito. Eu comecei a menstruar com dez anos, de nove para dez... Eu menstruei e ela não me explicou o que era, eu achei que estivesse morrendo, porque doía as cólicas e aquele sangue não parava, daí eu pensava pronto, agora vou me esvaíar em sangue. Era para ela ter me levado no médico. Tinha posto de saúde, se ela não soubesse, não conseguisse me levar para o médico, falasse para a professora. A professora iria me levar no posto que tinha dentro da escola, simples.(RAQUEL)

Na fala de Michele, o cruzamento desses discursos (popular – representado pela avó da criança e médico – representado pelo pediatra ou pela irmã que é da área de saúde) como produtores de práticas de cuidado, parece figurar de forma mais harmônica, como duas fontes possíveis de informação e auxílio na produção de um jeito de ser mãe. Refere que, além do marido com quem conversa bastante, tem sua mãe como referência. A experiência de sua mãe é analisada de forma positiva, tendo criado 3 filhas em condições muito piores do que ela tem agora. Mas além do conhecimento de sua mãe, recorre também a alguns recursos que podemos associar a necessidade de estar respaldada por um conhecimento médico científico:

Eu tento procurar informação, com internet, com revistas, coisas, eu procuro, eu vou numa pais e filhos, eu vou né , pra pegar uma idéia, eu falo com a pediatra com coisas mais ligadas a desenvolvimento, estas coisas assim eu falo com a pediatra, eu busco, eu falo com a minha irmã, eu tenho uma irmã que é enfermeira. (MICHELE)

Fica evidente uma valorização do discurso médico-científico nessas falas. Pode-se pensar que genealogicamente há um movimento importante de legitimação do saber científico. Há também fatores vinculados às posições dessas mulheres, dentro de seus contextos sociais. Ou seja, para as três que chegaram ao Ensino superior (uma desistiu do curso e as outras duas são formadas), este percurso lhes garante uma maior facilidade de acesso e compreensão das informações que são veiculadas pelo discurso médico.

Uma das referências citadas por Michele, a revista “Pais & Filhos”, já foi objeto de estudo (SCHWENGBER, 2006); o foco da análise da autora é a produção do corpo grávido através das práticas corporais indicadas pelos artigos. De forma geral, a revista, presente há 37 anos no mercado brasileiro investe na tarefa de publicar informações detalhadas sobre os dados do desenvolvimento físico, hábitos comportamentais, estados psicológicos, competências cognitivas das crianças, apostando que os pais e as mães, sendo capacitados/as com as informações dos conhecimentos científicos, poderão tomar decisões mais adequadas.

Numa outra análise da mídia direcionadas para o público feminino, Marcello (2005) discute a maneira como o “dispositivo” da maternidade é organizado a fim de produzir modos de subjetivação feminina específicos. No caso, utiliza para análise as revistas: Crescer, Veja e Caras e trabalha com o conceito foucaultiano de técnicas de si – no sentido de técnicas que são transmitidas e produzidas para os sujeitos e nos sujeitos e que operam transformações em seus pensamentos, suas condutas e na suas formas de ser.

Marcello (2005) identifica nas revistas três técnicas de si, as quais as mulheres são incitadas a incorporar: 1) controlar-se – partindo de uma visão de infância que deve ser protegida, aconselha-se o auto-controle capturando o sujeito no sentido da prudência mesmo antes de engravidar e depois, inúmeras prescrições são feitas para que a mãe efetivamente entenda que esse corpo não é só seu e que disso depende a saúde de seu filho (cuidado de si entendido como cuidado do outro); 2) organizar-se – como forma de potencializar a prática materna, um exemplo dessa técnica se dá na tensão enunciada como incongruência entre prática como mãe e como profissional e apesar de serem de ordens diferentes, cria-se um valor correspondente entre elas; 3) enunciar-se – onde o sujeito é convidado a falar de si, mas tais enunciações tornam-se totalizadoras, pois universal e particular articulam-se dentro dos discursos de forma a evidenciar diferentes significações em torno de uma determinada representação materna, tornando-a desejável.

Através dessa análise, a autora argumenta o quanto o “dispositivo” da maternidade promove, incita e engendra suas linhas de subjetivação:

Trata-se de um movimento que, ao mesmo tempo em que produz uma verdade sobre a normatividade, ajuda a dar sentido a ela, contribuindo para que certos sentidos sejam legitimados, propagados e atualizados a favor de outros, por sua vez negados, excluídos, barrados. (MARCELLO, 2005, p.150)

Nesse sentido, faz com que as mulheres mães sempre se pensem e se enunciem em relação a essa norma - seja para comprová-la, para adequar-se a ela ou para dela escapar. No entanto, a tensão entre esses diferentes discursos que se cruzam na produção de uma normalização da maternidade não se encontra presente apenas em espaços direcionados a mulheres com essas características sociais, por exemplo, aquelas com nível superior. Essa tensão perpassa também instâncias direcionadas a “populações empobrecidas”, como no caso da análise da atuação da Pastoral da Criança (ANJOS, 2007). Essa estrutura da Igreja Católica tem como objetivo “difundir saberes e técnicas de cuidado da saúde de mulheres grávidas e crianças e acompanhar as condições de saúde de crianças de zero a seis anos” (ANJOS, 2006, p. 28).

Anjos (2006) analisa que, buscando esse objetivo, a intervenção da pastoral estabelece uma ligação entre saúde e moralidade, relacionando a medicina aos princípios católicos. Produzem-se, nesse cruzamento, materiais educativos e atividades que intervêm nos corpos femininos, com intuito de tornar as mulheres mães melhores, conforme os princípios médico e católico.

Algumas políticas públicas também se prestam nessa função de ser “manual” para a maternidade, estabelecendo maneiras que são compreendidas como mais ou menos adequadas no cuidado infantil. Tal ênfase é dada na análise de Klein (2005), sobre o programa Bolsa-escola (que hoje faz parte do Programa Bolsa-Família). Esse programa tem como objetivo “sedimentar a educação como o direito mais essencial para a inclusão social, proporcionando suplementação mensal de renda às famílias que vivem em situação crítica de pobreza”

(KLEIN, 2005), para que mantenham os filhos freqüentando a escola.

As mulheres mães são posicionadas como figura central dessa política, incitando-as, quase que exclusivamente, a cuidar da sua saúde e da sua prole, amamentar segundo as regras atualmente vigentes ou até mesmo a responsabilizar-se integralmente pelo acompanhamento e fiscalização da educação das crianças. Da mesma forma, o programa parece “naturalizar” a não participação do pai na vida familiar, assumindo e admitindo a ausência ou incapacidade do pai biológico no que se refere à educação dos filhos, ao mesmo tempo em que o Estado coloca-se no lugar do pai, ao pagar o benefício e também ao assumir dimensões de disciplinamento e autoridade, histórica e culturalmente atribuídas ao pai na família. Uma justificativa possível para essa forma de implantação da política pública pode estar relacionada com a interpretação estatística da população de baixa renda (foco do programa), que apresentaria um grande número de “famílias chefiadas por mulheres” ou “mulheres chefe de família” (conforme discussão de Fonseca, 2000). No entanto, a questão de gênero fica mais explícita quando, mesmo em famílias onde a mãe não está presente, privilegia-se o recebimento e o foco do programa para outra figura feminina da família, evitando-se que seja direcionado ao pai tanto os investimentos educativos quanto o auxílio financeiro. Esta ação do Estado reforça, dessa maneira, que essa função do cuidado só pode ou deve ser executada por mulheres.

Com estratégias semelhantes, o programa Primeira Infância Melhor (PIM), conforme análise preliminar de Klein (2006), também tem como foco a família, investindo num determinado modo de ser membro da estrutura familiar (mãe, pai, filho, outro). Ao indicar e definir comportamentos “naturais” adequados e indispensáveis para o desenvolvimento infantil saudável, o Estado assegura o compromisso familiar na interpelação das mães e dos pais, que devem ser capazes de assumir um extenso conjunto de cuidados para com os filhos, co-responsabilizando-os por um futuro melhor para as crianças.

De maneira não tão direta, podemos pensar que também as políticas de atendimento a crianças pequenas ao colocarem as mães em foco e relacionar o cuidado infantil ao desenvolvimento social, estabelecem modos de cuidar que afetam diretamente as mães vinculadas ao programa e se propagam socialmente. Num estudo sobre essas políticas em países que recebem investimentos do Banco Mundial²², Rossetti-Ferreira, et al (2002) mostram que esses investimentos têm como um dos focos a educação infantil, com o intuito de alcançar através do desenvolvimento da criança, também o desenvolvimento da sociedade. Para isso intervem no sentido de quebrar o ciclo de pobreza, prevenindo “desajustes posteriores”.

As autoras salientam a articulação dos dois discursos: científico e econômico para justificar o investimento nesses programas. Cientificamente, parte-se da premissa de que os primeiros anos de vida são determinantes para o desenvolvimento daquele indivíduo e que se não forem potencializados, todo restante ficará comprometido. Tal premissa é embasada, principalmente, por pesquisas neurocientíficas, produzidas especificamente no contexto norte-americano. Conforme uma análise crítica proposta por Penn (2002), ao se utilizarem esses estudos como justificativa, produz-se uma generalização inapropriada, que além de tomar como modelo unicamente a família nuclear, também concebe a criança como receptora, passiva e dependente.

O discurso econômico que fundamenta o investimento de recursos no atendimento às crianças nos seus primeiros anos de vida entende que haverá um retorno posterior, através da diminuição de gastos com saúde e educação. Essa diminuição estaria associada a uma melhor inserção no mercado de trabalho, quando essas crianças estiverem na vida adulta. Ou seja, imagina-se que esse investimento formará adultos trabalhadores produtivos. (Rossetti-Ferreira, et al, 2002).

²² O Banco Mundial é responsável pelo gerenciamento de relações de crédito internacional, estabelecendo e financiando programas associados a investimentos do Fundo Monetário Internacional (FMI). (Rossetti-Ferreira, et al, 2002, p.74)

Nesse sentido, podemos pensar o quanto o cuidado infantil figura como campo de interesse político. Configuram-se modos de cuidar de uma criança distintos na implantação desses programas, que atuam diretamente nas mulheres e crianças que estejam implicadas neles, através de diferentes prescrições. Além disso, ao se associar a um enunciado que estabelece que o cuidado infantil é responsabilidade exclusiva da mulher/mãe, essas premissas também configuram os modos de cuidar do filho para mulheres e crianças que não são contempladas por uma inserção nos programas, pois passam a circular como “a verdade”.

Através desses estudos, podemos pensar o quanto há sim ensinamentos bastante fortes direcionados às mulheres mães, que definem e produzem modos de ser mãe considerados mais adequados. Nesses diferentes espaços são utilizados enunciados ligados a diferentes discursos, já citados anteriormente, ou seja, discurso popular, discurso médico-científico, discurso religioso. O cruzamento desses discursos reflete a tensão presente na busca de legitimidade desses enunciados, da mesma forma, tal tensão fica explicitada nas falas das participantes.

No entanto, aceitar que existe sim um “manual” que ensina como ser mãe, ou como cuidar do filho não é o mesmo que dizer que essa seja uma tarefa tranqüila ou que esteja em função disso resolvida. Há pelo menos duas questões importantes aí. Uma relaciona-se com essa tensão entre os discursos que constituem tal “cartilha”, que são muitas vezes contraditórios, conflitantes, incoerentes e podem indicar direções praticamente opostas.

A outra questão diz respeito à imprevisibilidade no cuidado, ou seja, cada criança e cada cuidador ou cuidadora (seja a mãe ou não) estabelecem uma relação singular. Nisso reside uma gama de possibilidades. Isso não anula a existência do “manual de instruções”, as instruções circulam nessas diferentes instâncias, de forma bastante clara. A forma como cada mãe/cuidador vai se apropriando e se relacionando com esses discursos que constroem também as possibilidades de relações entre a mãe e a criança, construindo modos de

maternar/cuidar.

Conhecer a cartilha, ou algum discurso que a constitui não amplia as possibilidades de exercício da maternidade. Pelo contrário, estar imersa em alguns desses discursos, pode constranger a uma determinada forma “normal” de maternar, limitando o campo de escolhas para essa mãe. Essa restrição da liberdade na definição de diferentes modos de ser mãe é colocada por Aline como sua maior dificuldade em exercer essa função. Quando esperava sua filha, Aline imaginava que teria muita facilidade como mãe, profissionalmente atua na área da saúde, sendo especializada no atendimento a criança. Conhecida muito bem o “manual” médico-científico de como cuidar de uma criança, aprendido na sua formação profissional. No entanto, quando teve sua filha, houve algumas situações para as quais esse discurso não era eficaz:

No fim acabei cedendo, nesse meio tempo e dei o bico, funxicória, tudo que não é pra fazer que a gente aprende, eu acabei fazendo assim, é bem diferente entre a profissional e a mãe, assim... É, tive que desaprender e ir pra sabedoria popular... Não sei se foi isso que ajudou, se me ajudou, mas eu fazia tudo. Chegava na hora daquela choradeira, era colo, até mamar de pé, caminhando eu já dei, pra ver se acalmava, colo, funxicória, bico, vira assim, vira ali, passa um treco, faz assado, dá tilenol. Tudo que tinha a disposição, até o balde aquele, o balde (ALINE).

No limite, o conhecimento de algumas questões, por exemplo, os riscos de algumas doenças, os sintomas, etc, produzem maior preocupação, uma maior cobrança e também culpabilização, mesmo que garanta certo respaldo a essa mãe. Nesse sentido, apesar da sua experiência profissional tornar possível um entendimento sobre as diferentes situações pelas quais sua filha estava passando, pode ser também entendida como produtora de tais situações. Além disso, Aline diz que isso transformou sua maternidade numa tarefa mais difícil. Comparando-se com o marido e com a mãe, relata que sofria mais com sua filha porque tinha consciência das inúmeras situações que poderiam acontecer em função da doença. Pesa no relato de Aline o fato de trabalhar numa unidade de terapia intensiva, que lhe coloca sempre em situações limites:

Me atrapalhava, eu via que a minha mãe e o Luis eram muito mais tranquilos que eu, porque eles não tinham dimensão do que poderia acontecer, eu sempre dizia:

Ah, ser leigo nessas horas é a melhor coisa, né. porque tu sabendo um pouquinho mais tu já fica imaginando... sabe tudo que pode acontecer e já fica aquela coisa, então eu acho que me atrapalhou mais, assim, aquela coisa de não querer dar o bico, que a gente aprende, que não é pra dar o bico, que não é pra dar a mamadeira, só o peito, eu acho que aquilo ali me acabou, bastante, assim. (ALINE)

Escapando de um simples julgamento que definiria se esses discursos facilitam ou dificultam o exercício da maternidade, é importante pensar/descrever que forma a maternidade toma hoje, produzida a partir desses enunciados. O sofrimento colocado por Aline explicita também a dimensão totalitária que certos discursos assumem, em especial aqui o discurso médico. Como se ele pudesse dar conta de todas as situações que caracterizam o desenvolvimento infantil. Sendo assim, quando as situações lhe escapam, produz-se o sofrimento.

Nesse sentido, podemos pensar os diferentes efeitos nos modos de subjetivação das mulheres que se reconhecem como mãe no momento em que essa norma é imposta/sugerida como ‘a verdade’ sobre a maternidade. Há conseqüências éticas no estabelecimento dessa norma, restringindo as possibilidades de escolha dessas mulheres e também de suas possibilidades de viver situações não prescritas ou condenadas pela norma, fora da esfera da culpa.

2.2. Um é pouco, dois é bom e três é demais

Uma das características que configuram a normalização da maternidade refere-se a regulação do número de filhos. Aqui se encaixa o ditado que diz: “Um é pouco, dois é bom e três é demais”²³. Nessa norma que define um modo de ser mãe como o mais adequado, o

²³ Busquei possíveis pontos de proveniência desse dito popular. No geral, esta frase está associada à canção de Heckel Tavares (1896-1969), intitulada Casa de cabloco. Os versos dizem "numa das casas de cabloco, um é pouco, dois é bom, três é demais", associando à idéia de um relacionamento amoroso, que deveria ser monogâmico. Mas o sentido da frase, não sua forma, tem raízes bem mais antigas. “Tanto a Bíblia como o Talmude advertem que três pessoas já constituem um grupo grande demais para discutir assuntos íntimos. E um

número de filhos ideal é dois.

Essa questão (se pensam ou pensavam em ter mais filhos) era sempre questionada nas entrevistas, caso não surgisse de forma espontânea ao longo da narrativa da trajetória de vida. Tal idéia de que o número é dois vem recheada de diferentes significados.

2.2.1. Um é pouco - “Eu acho chato ela crescer sozinha”

A primeira questão relacionada ao número de filhos é a vontade de ter o segundo filho não como um desejo de ser mãe pela segunda vez, mas associada unicamente ao desejo de dar um irmão para o primeiro filho:

Hoje o que eu penso? Eu penso em outro filho pra dar um irmãozinho pra Bibiana, eu penso nela, assim, eu acho chato ela crescer sozinha, sabe, ela não ter um irmão, eu acho legal essa relação de irmão... e eu não queria privar a Bibiana disso. Eu, eu estou satisfeítíssima, como mãe eu estou plenamente satisfeita com a Bibiana. Eu te diria assim, eu não tenho a necessidade de ter outro filho, ah, eu quero muito ter outro filho, eu quero ser mãe de novo, eu não tenho isso, hoje eu to realizada, mas talvez tenha outro filho pensando nela, mas claro que é outro filho, outra criança, claro que eu vou amar da mesma maneira, tanto quanto ela, mas assim, o que vai me motivar a engravidar, a ter outro filho é pensando nela. (DÉBORA)

Está presente nessa questão o pensamento de que “um é pouco”. Esse pensamento parece estar associado a um discurso psicológico sobre o desenvolvimento infantil, que vincula um bom desenvolvimento também à possibilidade de desenvolver uma relação fraternal. Pensando nesse discurso, também o “filho único” passa a ser considerado uma figura problemática.

provérbio inglês declara que três é multidão (three is a crowd). Também na Itália e em Portugal circulam frases com sentido semelhante”. (<http://www.independenciaoumorte.com.br/?q=node/3582>). No entanto, o uso desse dito, em relação ao número de filhos, é recente, como fica explícito na análise que segue.

2.2.2. Dois é bom

O número dois é estabelecido, então, na maternidade como um ideal. Livra-se o primeiro filho do “rótulo” de filho único e, de certa forma, se garantem alguns investimentos (afetivos e financeiros) que hoje são entendidos como necessários para as crianças.

O número excessivo de filhos passa a ser entendido como uma das causas de privações para as crianças. Ou seja, as famílias que têm mais filhos não conseguiriam dar condições adequadas para todos, da mesma forma que famílias que têm apenas dois:

Talvez por isso, eu pelo menos penso assim. Menos filhos, tu tens condições de dar mais as coisas. Mais filhos, é mais complicado. Acho que todo mundo tem essa visão. Pra eles não passar o que a gente passou... Deus o livre, meus filhos passem o que eu passei (MARA).

Posição que Mara assumiu a partir da sua trajetória de vida, por exemplo com um ingresso precoce no mercado de trabalho. Hoje se orgulha do fato dos filhos não precisarem sair muito jovens para trabalhar, podendo ter um tempo maior de preparação e qualificação, fazendo cursos e estágios.

Semelhante preocupação foi colocada por Márcia, lembrando das estratégias da mãe na sua infância para dar condições de vida para os seis filhos:

A mãe sempre foi muito econômica... para a gente não gastar muito, para poder dar um estudo para os filhos, criar os filhos. Eu lembro que a gente foi criada com roupas das primas... se não, não tinha condições. Então foi bem difícil, imagina, com seis filhos, nessas condições a gente já nasce competindo, alguém tem que sair. (MÁRCIA)

Além do limite no número de filhos estar associado à possibilidade de dar melhores condições financeiras para a prole, Márcia entende que essa escolha está associada com a sua posição como trabalhadora. No caso de ter outro filho, precisaria repensar o seu trabalho, para estar junto com a criança e no momento não tem como fazer isso. Os investimentos de tempo e dinheiro que entende serem necessários para a criança hoje não cabem na sua agenda.

Ressalta que no seu caso a maior parte da renda familiar vem do seu salário.

Essa mesma entrevistada relata que na sua infância, assim como os pais, queria ter seis filhos, mas que agora não pretende ter mais filhos (tem um casal). Penso que as condições e necessidades que hoje são colocadas como necessárias para a criação de uma criança foram sofrendo mudanças, foram sendo ampliadas.

Analisando numa perspectiva genealógica o enunciado que estabelece o número ideal de filhos, podemos delinear uma descontinuidade histórica. Essa descontinuidade se dá na reconfiguração da normalização da maternidade e não quer dizer que não existam práticas associadas ao ideal anterior, mas significa que elas são tensionadas também por essas mudanças. Os significados antes associados a uma família que tinha um número grande de filhos se transformam juntamente com o que se entende como uma família com muitos filhos.

Se antes famílias com muitos filhos eram famílias com mais de 10, hoje uma família com mais de dois já é considerada grande. Além disso, ter muitos filhos há 40 anos era sinônimo de uma família saudável, jovem, produtiva. Sentidos positivos configuravam essa prática. Hoje, uma família muito grande é tida como irresponsável (não se planejaram, não se cuidaram), uma família desleixada e fortemente associada à pobreza. Essa ruptura fica explícita nessa fala:

Naquela época quem tinha pouco filho era feio, sinal de que tinha algum problema de saúde... E tem a minha amiga de infância, a gente se dá super bem, eu cheguei lá (na cidade natal) há uns oito anos atrás, ela estava no 11º filho e eu disse quando tu vai parar, ah tem que ver que eu ainda sou nova. Eu olhei, disse, nossa que ridículo isso, porque eu sou nova (MARA).

Tal possibilidade de mudança de sentidos em relação ao número de filhos parece ser possível via o desenvolvimento científico das técnicas de contracepção e também do maior investimento exigido para o cuidado dos filhos, a nuclearização progressiva da família, a urbanização, as conquistas do feminismo, o ingresso da mulher no mercado de trabalho, o encarecimento do custo de vida, etc.. A maternidade deixa de ser uma consequência “natural” de uma vida heterossexual ativa e passa a ser uma escolha da mulher ou do casal.

Essa escolha pode ter como um efeito a possibilidade de uma melhor inserção da mulher no mercado de trabalho. Numa análise sobre essa inserção, Sorj, Fontes e Machado (2007) atentam para o fato da diminuição do número de filhos significar uma importante redução do “trabalho reprodutivo”, aumentando a capacidade das mulheres se inserirem no mercado e das famílias de conciliarem trabalho e responsabilidades familiares.

Ao mesmo tempo em que isso abre certa margem de escolha, possibilitando um planejamento, também cria a figura de uma maternidade irresponsável, quando o número de filhos se torna maior do que o esperado socialmente. Isso porque parece impensável que as pessoas possam planejar/desejar ter mais de dois filhos.

Em relação aos métodos contraceptivos, chamam atenção os sentidos associados à laqueadura, técnica definitiva de contracepção feminina. Atravessada pelo discurso médico psiquiátrico, Iara associa sua laqueadura (feita quando ganhou o terceiro filho, momento em que teve uma depressão) a um sentimento de improdutividade. Quando iniciou o tratamento da depressão seu médico lhe disse que ela estava assim porque não estava preparada para a laqueadura.

Já no caso de Lisiane é a laqueadura que lhe possibilita hoje, planejar um futuro, sem o medo de engravidar novamente. Para ela foi como um presente:

Porque eu queria ter feito a ligadura quando eu tive o Gabriel e a Daiane, só que detalhe, não podia porque era muito nova e que não sei o que... Aí em maio, que eu faço aniversário, disse não eu vou fazer minha ligadura. E deu uma fase que estava dando na televisão de quem tinha direito ou não. E eu fui no posto e pressionei a doutora, eu disse doutora eu quero porque eu já tenho três filhos e não quero mais. Em menos de dois meses eu fiz a ligadura. (LISIANE)

Um atravessamento importante na definição de um número ideal para se ter filhos é o discurso político. Questão que fica explícita na fala de Lisiane, quem tem o direito de decidir se vai ou não fazer a laqueadura, por exemplo. Esse atravessamento representa também alguns conflitos na definição das políticas de natalidade. Estabelecer se a política será de controle ou pró-natalidade já implica um campo de tensões. Além disso, dentro de um mesmo país, há

diferenças nos índices de natalidade conforme as populações, por exemplo, em relação à renda e ao nível de escolaridade, o que implicaria políticas diferenciadas. Podemos retomar aqui a dimensão do biopoder, que tem numa das suas estratégias de controle da vida e da população a regulação da natalidade, seja para estimulá-la, seja para diminuí-la. Está presente nessa forma de ação política sobre a vida uma posição privilegiada de sujeito, a partir da qual as mulheres são capturadas e que as define como cidadãs. Essas mulheres mães passam a ser interlocutoras do Estado. Tal característica já fora descrita na análise de Badinter (1998) a respeito das práticas do final do século XVIII, num primeiro movimento de interesse e investimento político na maternidade. Nesse período o foco eram políticas pró-natalidade. A demografia passa a ser estudada com especial interesse. O ser humano torna-se um tesouro para o Estado, tanto por produzir riquezas quanto por garantir poderio militar. Além do incentivo à natalidade, há uma atenção para diminuição da mortalidade infantil, chamando as mães, então para a tarefa do cuidado (antes delegada às amas-de-leite). As mães passam então a ser responsáveis pela nação.

2.2.3. Três é demais²⁴ – “Porque ter três filhos é ter muitos filhos”

Três é demais, porque três escapa ao número “permitido”, transborda. No relato das trajetórias de vida, a experiência de ter mais de dois filhos foi associada à vergonha, inadequação, chegando a ser descrita em dois relatos como associada ao diagnóstico de depressão.

Na trajetória de Janete, o momento da sua quarta gravidez foi o momento em que ela subverteu algumas regras no que se espera de uma “boa mãe”. A gravidez não foi planejada (a contracepção tinha ficado a cargo do esposo), estavam numa situação financeira instável,

²⁴ Nesse capítulo, utilizo o ditado no seu sentido mais comum, onde “três é demais” está associado a algo que já passou da conta, excessivo, tem um valor negativo. No entanto, também se utiliza o termo “três é demais”, no sentido de dizer que é muito bom, é excelente.

longe da família de Janete, mas recebendo ajuda financeira. Além disso, ela estava tendo seu quarto filho, um número que hoje é visto como excessivo:

*Eu fui contratada e eu comecei a trabalhar e dois meses depois eu engravidei, então eu entrei em depressão. Eu passei os dois primeiros meses da gravidez em alta depressão, profunda, que eles saíam de casa e quando eles voltavam eu estava sentada no mesmo lugar que eles me deixaram e ainda de pijama... E daí sai desse emprego, claro né, então, mais isso foi muito forte assim, no momento em que eu consegui retomar a minha profissão depois de uma construção toda voluntária que eu tinha feito eu engravidei né... eu decidi eu não vou mais tomar comprimido. Ao longo da minha vida eu já tomei anticoncepcional, agora tu vai fazer vasectomia. E ele me disse que tinha marcado e ele me mentiu, ele não tinha nem marcado. Então tu vê assim oh, foi bem difícil esse filho né, porque era uma coisa que eu conquistei, era uma coisa que eu não queria mais tomar remédio, ele disse que iria fazer a vasectomia, que eu acho que era o momento dele assumir a anticoncepção né, mais uma vez passou para mim. E nós lá sem dinheiro. Minha mãe me mandando dinheiro. E eu já com quatro filhos. **Eu morria de vergonha de dizer para minha mãe e para o meu pai que eu estava grávida de novo pela quarta vez. Então foi horrível. Então eu até entendo minha depressão. Eu tinha tudo para ser depressiva mesmo (JANETE).***

Iara relata que sofreu muito quando ficou grávida do seu terceiro filho, porque achava que era um absurdo ter mais um filho. Mesmo que sua família tenha proles muito maiores. Sua mãe teve dez irmãos (um falecido pequeno) e seu pai teve onze (três falecidos pequenos):

*A última pessoa que eu contei foi para minha mãe, porque eu tinha vergonha que eu estava grávida do terceiro filho. **Porque ter três filhos para mim, representa ter muitos filhos**, foi uma coisa que eu trabalhei na terapia. Abordagem do inconsciente a gente trabalha de coisas que a gente foi educada também. E assim, se eu pensar a minha vó sempre reclamou por ter tido dez filhos. Então tem coisas que eu acho que eu aprendi com minha vó (IARA).*

Além disso, parece estar implicado nessa questão da quantidade de filhos uma dúvida sobre quem pode ter mais de dois filhos ou em que situações ela teria direito a mais um filho. Nesse sentido, assumir um filho, ou no caso, mais um filho, parece ser possível somente para quem tivesse alcançado um ideal de autonomia. Aqui, para essa participante, autonomia significa a mesma coisa que independência financeira²⁵. Ou seja, se ela conta com a ajuda de sua mãe, “depende” de sua mãe, então não pode ter mais um filho:

É que eu acho que na época assim, eu senti uma situação muito de dependência da

²⁵ Essa colagem entre o conceito de autonomia e de independência financeira não é incomum. No entanto, a independência financeira não garante necessariamente autonomia. Um exemplo disso pode ser encontrado na discussão de Fonseca (2000) sobre mulheres chefes de família. Além disso, na origem da palavra (auto – próprio e nomos – lei), autônomo seria aquele que segue suas próprias leis. Nesse sentido, o conceito de autonomia, pensando dentro de uma perspectiva inspirada em Foucault também precisa ser relativizado.

minha mãe, no sentido assim, não sei se a palavra é dependência, mas digamos que é isso que eu senti durante muito tempo... Então naquele momento eu acho que eu não podia ter outro filho, naquele momento. Porque eu acho que eu tinha essa coisa de ter que devolver o dinheiro para ela. Então foi uma coisa que achava assim, como é que eu ir ter mais um filho, botar mais um filho no mundo se ela já me ajudava.(IARA)

Um atravessamento importante nessas falas é do discurso médico/psicanalítico. Primeiro pelo fato de que as duas mulheres tiveram experiência de terapia (uma faz atualmente e outra já fez), o que lhes dá um vocabulário bastante sintonizado com esse discurso. Além disso, associam a sua experiência a um diagnóstico, o que lhes confere um lugar possível de sujeito. Lugar esse que tem se tornado bastante comum.

Azevedo e Arrais (2006) problematizam a questão da depressão pós-parto, pensando o “mito da mãe exclusiva” como uma condição que torna possível e produz tal sofrimento. Sua análise aponta o quanto pode ser prejudicial para as mulheres a representação de maternidade onde a mãe é infalível em tempo integral.

O foco desse estudo (AZEVEDO; ARRAIS, 2006) está nas práticas de cuidado consideradas adequadas e que exigem das mães dedicação exclusiva. No entanto, penso que podemos ampliar essa reflexão não apenas para as questões relativas ao cuidado infantil e que definem o que é uma boa mãe, mas também para as questões que configuram esse ideal materno, inclusive quanto à restrição ao número de filhos.

Além disso, ampliando essa problematização, entendo que a definição de uma categoria diagnóstica específica para esse período – depressão pós-parto subentende que o momento da chegada de um filho deve ser vivido com alegria, festejo, independente do que configura a situação atual dessa mãe, dessa família. Não tenho a intenção de me estender no tema da depressão pós-parto, mas também não tenho como ignorar que a normalização da maternidade, seja pelas exigências de condições afetivas, financeiras, sociais ou pelo estabelecimento do número de filhos, ou de uma idade para ser mãe, tenha sim um custo subjetivo bastante alto para algumas mulheres. Tanto aquelas que de certa forma

correspondem a essa norma ou para aquelas, que mesmo não se adequando são valoradas a partir dela.

Não estou, nesse sentido, questionando aqui o diagnóstico com toda a sintomatologia e o risco que o acompanham. Mas dentro dessa reflexão, posso pensar que esse diagnóstico é situado historicamente. Ou seja, as condições que o tornaram possíveis de ser nomeado e inteligível estão dadas nesse contexto, pela forma como hoje se toma a maternidade.

2.3. O tempo certo de ser mãe

Proponho aqui uma reflexão sobre o tempo da maternidade. A frase que serve de título para essa reflexão foi também título de uma matéria do caderno “Vida” (Jornal Zero-Hora) no fim de semana do dia das mães (LARANJA, 2006). Nesta reportagem, especificamente estava se trabalhando com a idéia de uma maternidade protelada para depois da mulher conseguir se estabelecer profissionalmente. Segue uma parte da matéria:

Filhos na hora certa. Quando as mulheres deixam para ter FILHOS MAIS TARDE²⁶, o corpo precisa esperar a cabeça estar pronta. Saiba como acertar os ponteiros entre os dois tempos. Conciliar o momento ideal com as realizações pessoais é dilema que muitas mulheres enfrentam ao planejar a maternidade. (LARANJA, 2006)

Esse enunciado que define um tempo “certo” para ser mãe pode ser considerado um dos aspectos que marcam a normatividade sobre a maternidade. Além de propor como ideal uma maternidade por volta dos 30 anos traz em si outras definições em relação ao tempo/idade da maternidade: categoriza as maternidades que fogem desse ideal, como por exemplo, a gravidez na adolescência²⁷ – tão estudada e associada aos grandes problemas

²⁶ Grifo da autora.

²⁷ Utilizo aqui esses termos: gravidez na adolescência, maternidade tardia, maternidade precoce, porque é dessa forma que eles circulam e são produzidos nos enunciados. No entanto, tomo-os nessa análise deixando em

sociais contemporâneos, a maternidade tardia – para mulheres que tem filhos depois dos 40. Para além da idade da mãe, o tempo da maternidade pode ser relacionado também com a idade dos filhos. Ou seja, a idade dos filhos, sua dependência ou autonomia, produzem modos específicos de ser mãe.

2.3.1. “Não sei se vai dar tempo” - maternidades tardias

Há algumas falas que apresentam a maternidade tardia como um fenômeno atual, que está associada à livre escolha da maternidade - portanto, a possibilidade de recusá-la ou postergá-la em função das técnicas contraceptivas e à maior inserção feminina no mercado de trabalho, assim como a maior exigência de qualificação das(dos) trabalhadoras(res). Tal concepção é analisada num estudo sobre o contexto francês (TAIN, 2005), onde se coloca em questão a aspiração de escolher o momento para a maternidade, à luz das tecnologias reprodutivas (Um filho *quando*²⁸ eu quiser?). Nesse estudo, a autora (TAIN, 2005) busca entender os enunciados que conformam esse fenômeno – a maternidade tardia - alerta para a necessidade de entendê-lo a partir das relações de gênero e do contexto social e político.

No que tange relações de gênero Tain (2005) salienta a construção social que se utiliza de algumas diferenças biológicas para constituir também modos de ser mãe e pai. Ou seja, o fato da mulher ser geralmente mais jovem que o homem no momento do nascimento do primeiro filho não pode ser associado unicamente à diferença de duração maior da fertilidade masculina em relação ao período de fertilidade feminina. A construção dessa diferença fica evidente, quando a autora analisa os critérios para aceitação de mulheres e homens em programas de fertilização assistida. A idade limite para mulher, inicialmente era de 40 anos e

suspensão, com o intuito de problematizá-los. As definições do que seria tardio ou precoce são produzidas e precisam ser entendidas como efeitos desse momento histórico.

²⁸ Grifo da autora.

para homens era de 55 anos.

Na análise do contexto social e político que torna possível a emergência desse fenômeno, Tain (2005) atenta para a conexão entre o nível cultural das mulheres e o calendário dos nascimentos²⁹. Isso indica que quanto maior o nível de escolaridade, maior seria a idade da mulher ao tornar-se mãe.

Tal diferença, para a autora, definiria também uma inserção mais desigual no mercado de trabalho:

A chegada precoce de uma criança e as restrições específicas que a acompanham, no caso das mulheres, em um contexto em que o trabalho doméstico não é compartilhado de maneira equivalente entre os dois sexos, não pode deixar de limitar o futuro profissional das mulheres (TAIN, 2005, p. 56).

Penso que para além dessa constatação, cabe, através das reflexões que estou propondo nesse estudo, pensar as condições que tornaram possíveis associar, por exemplo, o nascimento de uma criança a restrições para a mãe e a uma limitação de seu futuro profissional.

Nesse sentido, a “maternidade tardia”, pode ser tomada como um modo de articulação entre trabalho e maternidade, produto das transformações nessas duas esferas. Numa tentativa de dar conta das exigências tanto do trabalho, através de uma dedicação intensa e qualificação constante, quanto da maternidade, protelando o nascimento do primeiro filho para um momento em que também possa dedicar-se intensamente ao bebê, algumas mulheres decidem ser mãe depois de certa idade.

Michele comenta assim esse assunto:

Pra falar a verdade eu sempre quis ter um filho eu me lembro que quando eu era pequena eu dizia pra mãe, mãe se eu não casar eu vou ter um bebê... mas com o passar do tempo, assim com a profissão eu meio que me esqueci desta história de ser mãe, em 97 eu acordei um dia e disse que queria ter um bebê (MICHELE).

O efeito desse modo de ser mãe é a produção de um descompasso. Um contraste entre

²⁹ Na França, nas gerações de 1955-59, a idade média das mulheres no momento da chegada do primeiro filho é de 29,4 anos para mulheres que realizaram quatro anos de estudo após o vestibular e de apenas 24,6 anos para as mulheres em geral (Tain, 2005, p.55).

o tempo de conquista das condições que são entendidas como necessárias para o nascimento de um filho (consolidação profissional, condições financeiras, etc) e o tempo biológico (período de fertilidade feminina e a disposição associada à juventude).

Esse efeito aparece na fala de Michele, quando compara sua disposição no acompanhamento dos filhos, que têm uma diferença de 7 anos:

Eu sei que a maternidade esta cada vez mais tarde assim, mas talvez eu tivesse sido mãe até mais jovem, uma coisa que eu sinto assim, não sei se é porque pela pressão do trabalho, pela idade, mas eu sinto que com o Tiago eu tinha mais pique, eu tinha mais paciência, sabe eu noto esta diferença que tem entre o Tiago e o Pablo, embora eu tenha 37, com o Tiago eu tava fazendo 30 nestas altura do campeonato, eu noto que fisicamente a minha resistência diminuiu em relação aos dois (MICHELE).

Para Raquel, esse contraste se torna ainda mais marcado, quando pensa em ter o segundo filho e condiciona isso a melhores condições de vida. Além disso, suas possibilidades de trabalho e renda não permitem que essas condições sejam alcançadas em curto prazo:

Eu gostaria, mas eu não sei se vai dar tempo. Eu já tenho vinte e nove anos... Até eu alcançar todos esses objetivos que a gente falou. Parece que é fácil, mas demanda tempo. Talvez daqui a dez anos daí eu vou estar com quarenta. Com quarenta anos eu não vou ter filho... É, eu não vou ter mais filhos não porque eu não quero, porque não vai dar tempo de eu me estruturar.(RAQUEL)

A maternidade programada para depois de certa idade está diretamente associada às condições que se imagina como ideais para a chegada de um filho e não apenas com o desejo de tê-lo, que pode estar presente desde muito antes na vida de uma mulher. De certa forma, mantém uma tentativa de corresponder aos enunciados que definem o que é uma boa mãe e o que é uma boa trabalhadora, além de explicitar as desigualdades sociais que diferenciam mulheres inseridas em cada contexto.

2.3.2. Gravidez na adolescência ou maternidades jovens?

Nas falas das mulheres que participaram dessa pesquisa, assim como em muitas

enunciados que circulam em estudos sobre a maternidade, há uma grande preocupação em relação à gravidez na adolescência. Essa é tomada como uma gravidez diferente, associada a riscos específicos, físicos e sociais e que demandam atenção e cuidados.

No Rio Grande do Sul, até final de 2006, existia a campanha: “Te Liga. Gravidez Tem Hora”, destinada a jovens na faixa etária dos 10 aos 19 anos e suas famílias. Segundo as argumentações do programa: “a maternidade precoce, que alcança índices de 20% a cada 100 partos de nascidos vivos no Rio Grande do Sul, e 1 milhão, na maioria de famílias pobres, em todo o Brasil, deve ser tratada como um problema social pelas conseqüências negativas para os jovens e suas famílias”. Citando como exemplos, “o abandono da escola, o desemprego, a desestruturação da família, as dificuldades em educar os filhos, além de complicações na saúde da gestante”. (Rio Grande do Sul, 2006)

Com a mudança de governo, tal questão passou a ser tratada através do planejamento familiar. Numa notícia sobre o Fórum de Planejamento Familiar do estado (Rio Grande do Sul, 2007), mantém-se a mesma associação da gravidez na adolescência com problemas sociais: “Se tratarmos a gravidez precoce na escola, teremos menos problemas de saúde, menos problemas de segurança e menos evasão escolar” (Mariza Abreu, secretária da educação). O absurdo dessa fala é que ela estabelece uma relação de causa e efeito direta entre a gravidez na adolescência e os problemas existentes nas áreas de educação, saúde e segurança. Nessa proposta, o planejamento familiar, que tem então um dos focos a prevenção da gravidez precoce, conjuga várias secretarias: Saúde, Justiça, Desenvolvimento Social e Educação.

Lisete, atualmente com 53 anos, faz esse mesmo julgamento, das mulheres que tem filhos bem jovens. Entende isso como um grande problema social, associado à falta de planejamento e irresponsabilidade. Na sua história, teve filho aos 16 anos, depois de casada e naquele momento isso não era um problema:

Hoje em dia a vida tá muito cara, ainda bem que eu tive só três. No terceiro eu fiz ligadura, acabou. Eu vejo lá na minha comunidade, meninas com 16 anos, 17 anos com quatro, cinco filhos, elas não se programam, não se cuidam, não usam camisinha, isso que tem aviso, tem tudo, né, não se cuidam, estão sempre grávidas. Tem meninas com idade da minha guria, que tem quatro filhas, na idade da minha guria mais nova, que ta com 22, já estão com três, quatro filhos. Muitas com 13, 14 anos já começam a fazer filhos, é uma coisa que não é planejada, uma coisa que é complicada. (LISETE)

O argumento de que esse é um ‘problema’ social, segundo Brandão e Heilborn (2006) baseia-se na sua maioria em investigações com camadas populares, circula com tons alarmista e moralizante, associando esse evento à desinformação juvenil, dificuldades de acesso aos métodos contraceptivos, à pobreza e às situações de marginalidade social. A gravidez na adolescência teria como conseqüências a constituição de uma prole numerosa, o incremento das famílias monoparentais, a esterilização precoce, o abandono escolar, a precária inserção no mercado de trabalho etc.

Em vários estudos (HEILBORN et al, 2002; AQUINO, et al, 2003; PANTOJA, 2003; BRANDÃO; HEILBORN, 2006) há uma tentativa de desnaturalizar a gravidez na adolescência como um problema social. Para tanto, direcionam a análise para as condições sociais e históricas de emergência dessa questão:

A gravidez na adolescência tem sido apontada como um “problema social”. Parir antes dos 19 anos, décadas atrás, não se constituía em assunto de ordem pública. As alterações no padrão de fecundidade da população feminina brasileira, as redefinições na posição social da mulher, gerando novas expectativas para os jovens, no tocante à escolarização e profissionalização e o fato da maioria destes nascimentos ocorrer fora de uma relação conjugal despertam atenção para o fato (BRANDÃO; HEILBORN, 2006, p.1422).

Dentre as transformações no cenário familiar, as autoras (BRANDÃO; HEILBORN, 2006) atentam para as mudanças na infância, o redimensionamento da autoridade parental, as novas normas educativas, as transformações nas relações de gênero e entre gerações. Associam-se também as transformações em outras esferas que se traduzem numa maior dependência dos jovens em relação aos pais, como a extensão da escolarização e dificuldades de inserção e permanência no mercado de trabalho.

Nesse sentido, a gravidez na adolescência só pôde ser produzida como um problema

social diante das expectativas depositadas nos jovens atualmente, principalmente nas adolescentes do sexo feminino (escolarização, inserção profissional, exercício da sexualidade desvinculado da reprodução, etc). Nesse momento, então, a gravidez é entendida como um desperdício de oportunidades, uma subordinação – precoce – à função materna. Dessa forma supõe como universal o valor ou o projeto de novas funções femininas.

Na constituição desse modo de ser mãe (na juventude) como um problema está a idéia de que tais oportunidades se colocam para todas. Já os estudos de Heilborn (2002) e Brandão e Heilborn (2006) situam socialmente essa questão, comparando a experiência da gravidez na adolescência em diferentes classes sociais. Para Esteves e Menandro (2005), que também fizeram um recorte de classe social, ‘o problema’ fundamental está na desigualdade socioeconômica e não na experiência da gravidez na adolescência. É a redução dessa desigualdade que poderia melhorar as condições de vidas das jovens e não a ‘prevenção’ da gravidez.

Brandão e Heilborn (2006) percebem uma diferença significativa dos segmentos populares para os segmentos médios. Nas camadas populares a gravidez faz com que os pais passem a ocupar outras posições sociais e em relação à família de origem, mudando seu estatuto, atribuindo-lhes um maior valor social nas suas comunidades. De forma geral, nesse contexto a gravidez instaura um novo momento de vida, “com assunção moral, mas não material de novas responsabilidades relativas à prole” (BRANDÃO; HEILBORN, 2006, p. 1428).

No entanto, desconstrói-se a idéia de descontinuidade da vida escolar feminina em função da gravidez. No caso das classes populares, a escolaridade já se mostra descontínua anteriormente (HEILBORN, et al, 2006). No entanto, conforme propõe Pantoja (2003), o esforço em retomar, ou dar continuidade aos estudos demonstra que a própria maternidade na adolescência já fazia parte e reafirma projetos de vida das jovens.

Raquel, que poderíamos incluir como sendo de camada popular, relata a maternidade aos 17 anos como um momento de muitas mudanças, tanto corporais quanto sociais. Tinha se inserido no mercado de trabalho de forma bem precoce, através de um programa do governo do estado para jovens estudantes. Interrompeu o trabalho logo que se tornou mãe, mas não parou de estudar:

Foi totalmente o oposto da vida que eu tinha. Porque eu trabalhava, eu estudava, eu ia para academia, eu ficava tranqüila. Quando a minha vó me estressava muito eu ficava tempos e tempos na casa da minha madrinha. E isso já era uma coisa que eu não podia fazer. Eu não podia me dedicar aos meus cursos como eu fazia antes. Não podia estudar da forma que eu gostaria de estudar. Eu tinha que cuidar dele, já não podia. Eu tinha que ficar as noites em claro. Às vezes eu tinha que ficar no hospital com ele, ainda mais que ele não tinha a figura paterna. Minha vó não tinha muito jeito para cuidar. Então eu que tinha que cuidar dele. Então era obrigação minha. E sem contar a desestrutura emocional que dá, porque o corpo se esgalepa todo... Tu vê todo mundo com o corpinho bonitinho e tu não podendo usar uma blusinha centroe, nem sei se existe ainda centroe. Tem a moda do pirceng no umbigo, tu não poder usar o pirceng porque a barriga é flácida. Isso me causou depressão. Eu acho que isso, de tudo o que eu passei o que mais me afetou foi essa questão do corpo (RAQUEL).

Já nas camadas médias, geralmente o estatuto social dos jovens e a sua posição na família de origem não se modificam no caso da gravidez. Apesar da idéia de que alguns projetos serão postergados, não se colocam em xeque as expectativas sociais dessa ou desse jovem. Nas adaptações dessas expectativas em função da gravidez, há um traço de gênero muito marcante, pelo fato de que as mulheres não conseguem dividir os encargos referentes aos filhos equitativamente com os respectivos parceiros (HEILBORN, et al, 2006).

Além disso, o exercício dessa maternidade fica marcado por discursos morais e religiosos. Tais discursos produzem a “ilegitimidade social da parentalidade em tais circunstâncias – fomentada pelos estereótipos sociais sobre a ‘irresponsabilidade’ adolescente” (BRANDÃO; HEILBORN, 2006, p. 1428).

A primeira gravidez de Lisiane, com 19 anos, foi de um namoro instável, pensou em tirar, mas tinha medo que a criança viesse com seqüelas da tentativa de aborto. O namorado tranqüilizou dizendo que iria assumir “*Aquela coisa toda que o homem diz e que a mulher acredita. Deixa que depois eu vou te ajudar*”(LISIANE). A relação com o namorado era tão

informal que quando a filha nasceu, ele não sabia nem mesmo o nome da namorada para vê-la no hospital, conhecia apenas pelo apelido.

Nessa época, Lisiane participava de um movimento da igreja católica, participação bastante enfatizada no relato da sua trajetória de vida. No momento da gravidez sentiu o efeito de ter explicitamente burlado os ensinamentos e diretrizes desse discurso religioso:

Aí o movimento da igreja disse olha Lis, veio a irmã Patrícia, nunca me esqueço, e disse para mim me retirar, me convidou, eu vim aqui para te convidar para te retirar, porque não dá, tu vai ser exemplo para outras meninas... Eu fiquei muito chocada com aquilo, mas saí assim. Aí me enfiêi dentro de casa, ainda tinha o que, mais sete meses de gravidez, fiquei dentro de casa só, engordei, eu pesava quarenta quilos, engordei mais quarenta, fiquei com oitenta quilos. (LISIANE)

O fato de geralmente essa gravidez acontecer fora de uma união estável, parece também marcar modos de ser mãe e modos de ser pai, de forma distinta. Os discursos moral e religioso que conformam uma ilegitimidade a essa experiência de maternidade produzem limites na possibilidade de uma parentalidade assumida em conjunto com o pai da criança.

Para Lisiane, a ajuda do pai de sua filha era esperada, conforme prometido, mas não veio de forma espontânea. Num momento posterior da sua trajetória de vida, Lisiane buscou através da justiça uma ajuda regular. Essa foi uma atitude importante, contrariando inclusive a opinião de sua família, e que possibilitou estabelecer um limite ao ex-namorado que se utilizava das necessidades dos filhos para que Lisiane cedesse as suas investidas.

Aquela participação dele era sempre se eu quisesse, se eu chamasse, daí tinha que dar um pouquinho para ele, para que ele assumisse o papel dele. E daí eu achava aquilo um absurdo, como é que eu vou, toda a hora que precisa tem que dar. Não então eu vou para a justiça, definir isso, comprei uma briga com todo mundo, deu uns quebra pau no pátio da minha casa por causa disso. Minha mãe me chamando de sem vergonha, a mãe dele me chamando de sem vergonha, no final todos tinham razão porque eu era sem vergonha... Porque eles entendiam o seguinte, que tu só dá pro cara quando tu quer eles não enxergam o outro contexto, bom se eu estou precisando, não estou trabalhando, estou precisando, tenho essa função que os filhos ficam comigo, é o leite e o leite só vai vir a partir que eu ceder, bom eu vou ceder entende, porque eu já corri de várias formas(LISIANE).

Na trajetória de Nair, a maternidade aconteceu aos 17 anos, de uma forma não planejada. Nair resolveu não se casar com o pai de sua filha mais velha quando descobriu que ele tinha outra pessoa e também não fez questão que esse assumisse a filha:

Não sei se eu não quis ou se ele não quis, mas não era aquela coisa forçada, como é

hoje, vai e coloca na justiça, lá não tinha essas coisas. Eu também sempre trabalhei, acho que a minha independência que faz isso, né, não me importava com isso (NAIR).

Nesse sentido, parece que a busca para que o pai assuma a criança depende apenas de uma necessidade financeira da mãe e no limite geraria uma dependência dessa com o pai da criança. No entanto, na sua segunda filha, Nair dividiu com o pai a tarefa do cuidado e financeiramente a criação da filha, sem que relatasse isso como afetando a sua independência ou autonomia.

Para Raquel, a gravidez ocorrida quando tinha 17 anos foi marcada por muitas cobranças, principalmente pelo fato de não ter falado quem era o pai de seu filho, informação que não abriu para a família, nem para o filho até hoje. Raquel relata que em função dessas pressões saiu da casa da avó, com 19 anos para morar com um companheiro, período em que foi vítima de violência doméstica.

E aí eu tentei, porque como a pressão era grande e todo mundo queria saber quem era o pai da criança. Eu já era semi-independente e ela (a avó) não tinha o porque estar me cobrando. Eu não estava jogando a responsabilidade para cima dela. Eu não estava dizendo que ela iria ter que criar meu filho, eu não estava dizendo que eu iria parar de estudar, ela não tinha nada que me cobrar... essa coisa aqui que eles dizem que é feio ser mãe solteira. E eu não me importei com isso, não estava nem aí para o que eles estavam falando, me agredia internamente, mas eu nunca demonstrava para eles(RAQUEL).

Nesses três relatos de experiências de mulheres que tiveram seu primeiro filho ainda antes dos 20 anos, o exercício da paternidade (não tenho a informação da idade dos pais da criança) é bastante limitado. Pelas circunstâncias em que elas aconteceram, fora de um vínculo conjugal, sem planejamento conjunto, também as negociações com o parceiro sobre as responsabilidades com o filho, parecem ser limitadas ou não são levadas adiante por serem entendidas como uma responsabilidade exclusiva da mãe (não registrar com o nome do pai ou não informar quem é o pai).

Para Iara a primeira gravidez aconteceu quando tinha 19 anos. Dentre as mulheres que participaram desse estudo, Iara foi a única que engravidou antes dos 20 anos e que poderíamos incluir numa camada média da sociedade. Namorava o seu atual esposo e, em

função da gravidez, resolveram casar. Logo em seguida perdeu o bebê. Essa situação foi narrada como uma situação conflitante: o fato de ter uma vida sexual ativa e a educação religiosa que recebeu dos pais. Relata que os pais sempre foram vinculados a grupos de casais da igreja católica, inclusive dando palestras sobre a vida sexual do casal. “*E durante muito tempo eu ouvi que as mulheres tinham que casar virgem*” (IARA). Nesse contexto, também a decisão de estabelecer uma união formal serve como uma tentativa de legitimar a maternidade.

De forma geral, entendo que essas reflexões de algumas participantes acerca da gravidez na adolescência têm uma grande preocupação em mostrar que ser mãe antes dos 20 anos ‘não é assim tão ruim’. Se há a necessidade dessa explicação, ou melhor, se há a necessidade de mostrar positivamente essa experiência de ter um filho antes dos vinte anos, é porque ela hoje só é significada como negativa. Essa “explicação” talvez fosse impensável num momento anterior, a umas duas ou três gerações atrás, onde não ter filhos ou não ser casada até os trinta anos representava então algum problema.

Esse valor negativo é produzido na associação de discursos morais e religiosos, já que geralmente essa gestação acontece fora de uma união formal ou estável, com o discurso médico-psicológico, que partem de uma abordagem desenvolvimentista e estabelecem que esse indivíduo não é maduro suficiente para dar conta dessa função, associando essa gravidez a riscos maiores para a mãe e para o bebê.

Nesse sentido, proponho uma mudança nos termos que são utilizados para conceituar essa experiência. Ao invés de se utilizar “Gravidez na adolescência”, pensar em ‘maternidades jovens’. O próprio conceito de adolescência está sendo hoje questionado como um produto histórico que “vem servindo aos propósitos dominantes de homogeneização e padronização das práticas sociais e dos modos de existência” (COIMBRA; BOCCO; NASCIMENTO, 2005, p.3). Conforme Coimbra, Bocco e Nascimento (2005), o conceito de

adolescência passa a determinar um modo considerado mais adequado de ser, que seria intrínseco a essa fase do desenvolvimento humano, constituindo uma ‘identidade adolescente’, limitando outras formas de existência.

A estratégia de mudar esse conceito para jovem ou juventude, proposta pelas autoras (COIMBRA BOCCO; NASCIMENTO, 2005) vem no sentido de não estipular faixa etária específica ou comportamentos associados a uma fase, negando as multiplicidades ou diferenças, mas como forma de enfatizar a intensidade juvenil e pensar as forças que atravessam esses sujeitos. Acolho essa idéia, como uma forma de pensar, em especial nesse estudo, como essas jovens passam a se assumir como mães, tomadas distintamente pelos discursos que legitimam e atribuem valor aos modos de ser mãe. Não tomo as suas maternidades como diferentes porque estariam situadas numa fase específica do desenvolvimento, mas marcadas intensamente por alguns enunciados que buscam diferenciá-las.

2.3.3. “Não tenho mais com o que me preocupar” – filhos independentes

Nessa seção sobre o tempo de ser mãe, incluo algumas reflexões que me interpelaram ainda no período inicial do contato com as participantes, sobre a idade dos filhos e as mudanças nos modos de ser mãe. A única característica que determinamos para que uma mulher pudesse participar do estudo é que ela fosse mãe e trabalhadora. No contato inicial com Mara, apesar de incluir-se nessas funções, me adverte que talvez sua trajetória não seja tão interessante para a minha pesquisa, porque seus filhos já estão adultos e imagina que eu queira falar com mulheres jovens, que têm filhos pequenos. Explico que não temos limite de idade e pergunto se o trabalho e a maternidade não são mais questões importantes pra ela. Ela

me diz que sim, mas não como antes.

Na entrevista com Mara essa questão aparece novamente. Para ela, inicialmente a idade dos filhos e a autonomia e independência que conquistaram vem associada a uma facilidade no exercício da maternidade. É nesse momento que Mara pôde retomar seus estudos, dedicando-se a outras atividades e interesses:

*Sabe, hoje eu estou vivendo o melhor momento da minha vida, desde a separação. Por quê? Qual a grande preocupação de uma mãe? é sempre o filho, é se está bem na escola, na creche, **hoje os filhos estão independentes, cada um cuidando da sua vida, eu não tenho mais com o que me preocupar**, entendeu.(MARA)*

Lisete também fala sobre a facilidade que percebe hoje no seu modo de ser mãe, associada à independência dos filhos em relação ao seu cuidado, tendo em vista a idade deles, mesmo pensando no seu neto de 16 anos, que ela assume como filho: “*Ele é mais velho, não tem mais nenhuma criança. Se eu não fiz janta eles se viram. Hoje ta mais fácil*” (LISETE).

Da mesma forma, essa questão aparece na fala de Elisabete, vista positivamente. Nesse momento os filhos começam a assumir algumas responsabilidades no cuidado da casa:

Está chegando numa época boa agora, para mim. Porque a gente está dividindo bastante as coisas, porque eles estão grandes já. Essa aqui me ajuda bastante, o guri também.(ELISABETE).

Essa associação do crescimento do filho com uma maior facilidade no exercício da maternidade aponta para a forte associação entre o ser mãe e o cuidado infantil. Talvez não apenas uma associação, mas uma restrição do que se considera maternidade limitando-se à prática de cuidados infantis. Nessa colagem dos enunciados da maternidade com o cuidado infantil, o crescimento dos filhos, que geralmente diminui a relação de dependência com a mãe, parece diminuir também as possibilidades dessa mulher reconhecer-se como mãe. Nessa linha, pelo fato de não ter filhos pequenos, dependentes do seu cuidado, Mara sente-se menos autorizada a falar enquanto mãe. Essa restrição também é colocada como produtora de sofrimento:

Mas como eu vou te dizer, por um lado é ruim, eu não tenho mais assim compromisso, ah, eu tenho que chegar a sete, porque a criança vai estar sozinha em

casa, eu não tenho mais isso, eu estou livre, o que não é bom, eu não sei, eu tenho saudade quando eles eram pequenos que tinha que dar banho, fazer comidinha, servir, da uma sensação da inutilidade, agora, não precisa mais nada. É bom, porque tu conversa, sai, as vezes eu digo, Jordan, pega o carro e vai lá no mercado comigo, eu fico olhando, nossa parece que era ontem, as vezes dá uma sensação, ai não tem mais o que fazer, claro que, quando vem os netos, começa tudo de novo, mas agora tem o momento que não tem mais o que fazer (MARA).

Nesse sentido, parece que o sofrimento expresso por Mara é produzido pela idéia de que ser mãe é cuidar, associada à idéia de que ser mulher ou ser útil é ser mãe. Então, ao deslocar-se da função de cuidadora, sente-se inútil. Esses enunciados que definem o que é ser mulher e ser mãe de forma tão restrita, demandam dessas mulheres alguns movimentos depois que seus filhos tornam-se mais independentes.

Pensando nas participantes da pesquisa que tinham mais de 40 anos, percebo um movimento importante nas trajetórias de vida que se associa com essa diminuição das tarefas de cuidado com os filhos. No relato de Lisete, há uma fala que explicita essa descentralização do papel materno na sua vida: “A gente sempre quis ter filho, né. Naquela época a gente pensava diferente, né, porque o filho era a coisa mais importante, agora, hoje em dia eu não acho que o filho é a coisa mais importante” (LISETE). Penso que essa descentralização é colocada historicamente (naquela época) de duas formas. Posso pensá-la como uma questão geracional - para as mulheres daquela época o filho era a coisa mais importante. Mas será que essa importância e centralização da maternidade não permanece nas gerações atuais? No entanto, penso que essa questão é colocada como uma transformação na sua história - na época em que ela tinha os filhos pequenos, eles eram a coisa mais importante e com eles crescidos, passa a redimensionar essa função.

Há nessas trajetórias de vida um movimento de transformação do modo de ser, que envolve não apenas a maternidade, mas o modo de ser mulher, de ser trabalhadora, de ser cidadã. Assim como não se restringe a maternidade, também há outras condições sociais (além do crescimento e independência dos filhos) que tornaram possíveis esses movimentos. Num âmbito mais geral as mudanças nas relações de gênero nas últimas décadas que

aumentaram o acesso das mulheres ao mercado de trabalho, à escolarização, à participação política. Tais mudanças puderam, por algumas, ser apropriadas através da participação em movimentos sociais ou ainda através de uma formação acadêmica.

No relato de Mara, há um movimento de tomada de consciência política e de busca de direitos associado pela participante à sua mudança de residência, quando foi morar num bairro da periferia de Porto Alegre e deparou-se com drogas, falta de acesso aos serviços de saúde e de educação de qualidade e transporte precário. Inicialmente, o envolvimento aconteceu através da atuação na paróquia da comunidade e em decorrência dessa atuação entrou em outros movimentos, pelos direitos da mulher, da criança e do adolescente:

Só que eu não conseguia me adaptar com a comunidade, era muita coisa que a gente via, fui conhecer droga lá, né. Mas depois foi legal. O que aconteceu, o Roberto foi para a catequese e, como, mesmo sem eu ter estudo antes, eu sempre li super bem, daí precisavam de ajuda pra leitura, aí eu ia ajudar, e tal, aí o padre bem querido, me convidou para o curso na catequese, aí eu, daí nunca mais saí, daí eu fui fazendo amizade com as pessoas da paróquia, que eram pessoas diferentes, mais envolvidas com Cristo, e daí, agora, hoje se alguém falar mal do bairro, eu brigo". O bairro, na verdade, foi um aprendizado, né, conviver num local onde há tantas diferenças e ao mesmo tempo depois que eu comecei a participar das coisas, quando eu fui pra lá, os ônibus eram uma porcaria, pegava três, quatro para chegar no trabalho, escola eles que inauguraram, a gente teve que fazer várias reunião, abaixo-assinado pra conseguir as escolas. E sempre participei de tudo... O que a gente tem lá, foi porque a gente foi pra rua e foi brigado. O que esse bairro tem de diferencial? ... É uma cidade. Isolado, bem isolado. Hoje a gente tem duas lutas lá, tem o hospital, que volta e meia está na imprensa, e a própria escola técnica federal, que eu faço parte da comissão (MARA).

Janete no relato da sua trajetória de vida fala bastante sobre as transformações no seu modo de ser, que estão relacionadas com o seu trabalho (passa a ver-se como uma profissional competente), com a sua vida pessoal (separa-se do marido depois de mais de trinta anos de casada) e com o seu modo de ser mãe (estabelecendo uma relação diferente com os filhos ou negando-se a fazer algumas tarefas domésticas para eles). Segundo ela, tais mudanças foram produzidas a partir da sua entrada na faculdade e se consolidaram com o início de uma terapia:

Então sabe eu era uma abobada, que eu não tinha muita noção. Esta é a visão que eu tenho hoje. Claro que não era a visão que eu tinha naquele momento. Bom, mas uma mãezona, uma excelente dona de casa, eu administrava toda a família. Então

ele (o marido) nunca precisou se envolver com os filhos... Então ele era o mantenedor ... E nunca imaginei que eu iria me separar... Eu me imaginava viúva, me imagina morta né, mas separada jamais... Daí voltei ao estado. Retomei minhas atividades. Fui fazer a faculdade. Na faculdade com quarenta e poucos anos, quarenta e cinco, quarenta e poucos eu entrei, então eu já tive uma outra visão de mundo... porque eu não sou burra né, só sou pateta como eu digo, então eu comecei a me antenar assim com a realidade. Então a faculdade, ela me deu não só essa formação acadêmica, ela me deu uma outra visão de mundo, e de mãe e eu acho que até de esposa. Mas só que como esposa eu acho que a vaca já tinha ido para o brejo mesmo, então a gente tentou, tentou, tentou e não, a gente estava costurando, colocando máscara e já não dava mais (JANETE).

Retomando esses movimentos relatados pelas participantes penso que para além de uma associação restrita da maternidade com o cuidado infantil, é interessante pensar que o crescimento dos filhos e a independência desses com o cuidado materno - pode colocar em questão alguns preceitos da normalização que define o que é ser mãe na contemporaneidade. Principalmente, a idéia de que mãe precisa ter dedicação exclusiva à filha/ao filho. Produzem-se novos modos de ser mãe. Ao mesmo tempo, essas mudanças de vida das mulheres mais velhas podem ser entendidas também como um efeito desses enunciados, com os quais passam a não mais se reconhecer, buscando outras possibilidades de reconhecimento, na participação política, na vida profissional, na formação acadêmica, etc.

2.4. “Quem disse que pra ter um filho tem que ter casa própria e carro?”

Proponho aqui uma reflexão sobre as condições (principalmente financeiras) que hoje são entendidas como necessárias na decisão de ter um filho. Esse enunciado define que não se pode ser mãe em qualquer condição. Claro que a vinda de um filho não necessariamente respeita essa norma. Mas o exercício da maternidade em condições que não são consideradas adequadas passa a ser entendido como inconseqüente.

Esse ‘teste’ que analisa quem está ou não apto a ter um filho é relatado por algumas mulheres na ocasião em que estão querendo ser mães, implicando na definição também de um

momento ideal para a maternidade (“O tempo certo de ser mãe”) ou ainda na decisão de ter ou não mais filhos (“Um é pouco, dois é bom, três é demais”). Além disso, já sendo mães, essas condições quando não estão presentes, passam a ser buscadas como projetos de vida dessa mulher, por conta da maternidade.

Após a maternidade, Débora passa a se preocupar mais com a estabilidade financeira da família. Na sua trajetória de vida, isso demanda mudanças importantes no seu modo de viver e seu modo de trabalhar (até então sempre por conta)

*Eu acho que antes era uma coisa assim, a gente não tinha assim, grandes preocupações. A gente vivia assim, aquela coisa, não pensava muito no futuro, hoje não, hoje já é uma preocupação constante com o futuro, como que vai ser, que daqui um pouco tem escola, daqui um pouco tem isso tem aquilo. Então o nosso planejamento, assim, virou a longo prazo, antes a gente não tinha isso...Os quatro meses que eu fiquei parada quando a Bibiana nasceu eu fiquei sem receber. Eu não recebia nada, absolutamente nada. Eu assim, eu vou te dizer que isso não tinha importância pra mim, agora passou a ter. agora passou a ter. tanto que eu penso hoje, **hoje eu voltei a pensar em estudar, em fazer um concurso pra ter essas garantias**, pra poder daqui um pouco me desligar, vai ter um mês que eu vou estar de férias, eu vou estar de férias, eu não vou precisar atender cliente, eu não vou trabalhar, eu vou ficar de férias, sabe. Vai chegar no final do ano, eu vou receber o décimo terceiro, bah, que legal dá pra planejar alguma coisa com o dinheirinho a mais, sabe eu vou ter fundo de garantia, esse tipo de coisa, hoje, eu penso bastante nisso, antes eu não pensada. Hoje eu penso que isso hoje seria muito importante pra mim.(DÉBORA)*

Há nesses enunciados a idéia de que uma criança precisa de estabilidade para um pleno desenvolvimento. De uma forma geral, essa estabilidade está associada a uma segurança financeira, mas não se refere apenas a uma questão econômica. Para Elisabete, a sua vinda para Porto Alegre, marcou a possibilidade de decidir ter mais um filho. Relata que atualmente, com uma relação estável que se iniciou aqui, consegue ter mais segurança para planejar o futuro, porque são “uma família unida”: “*Hoje eu me sinto segura. Tenho a segurança né, tenho onde me segurar, mas antes eu não tinha. Seis anos atrás eu não tinha. Seis anos atrás era só eu e eu*”(ELISABETE). Em função dessa instabilidade e do modo de vida que tinha no interior, cuidando sozinha dos filhos, trabalhando e lidando com um marido alcoolista, Elisabete não conseguia ter tranquilidade para cuidar dos filhos.

Em relação a essa busca de uma estabilidade financeira para ter um filho, no relato de

Michele, a instabilidade parece estar sempre associada ao seu companheiro, por não ter um emprego fixo, com um ganho garantido:

A gente sempre fez todos os nossos planos as nossa coisas sempre contando com essa instabilidade dele, então um pouco mais baseada em mim, então essa decisão era um pouco mais minha nesse sentido de dinheiro (MICHELE).

É através desse enunciado de que a estabilidade é a condição necessária para a vinda de uma criança, que Michele sustentaria sozinha a decisão de ter um filho, caso o companheiro não concordasse:

Eu não sei se independente, eu não sei se egoísta, eu não sei se teimosa, eu não sei qual o adjetivo, mas assim geralmente eu faço o que eu quero assim sabe? Então vamos dizer assim se o Maurício dissesse eu não quero ter um bebê agora, lógico que eu ia escuta , mas eu ia questionar, eu ia incomodar, eu ia encher o saco, entendeu? Então assim quer saber de uma coisa eu quero ter um bebê o bebê é meu, a vontade é minha...to exagerando, mas nesse sentido, por isso eu te digo não sei se isso é independência, teimosia ou egoísmo, mas em algumas coisas eu assumo e de fato por minha independência (MICHELE).

Diante desses posicionamentos de Michele, entendo que a independência marca seu modo de ser mulher e associado ao discurso neoliberal, acentua o individualismo. Penso que essa posição torna-se possível também pela sua inserção profissional, em função gerencial, que nas empresas tem sido alvo de investimentos intensos de princípios desse discurso. Nesse discurso, as condições de vida são responsabilidades exclusivas de cada indivíduo e passível de ser conquistada com o devido esforço, invisibilizando os diferentes contextos sociais.

No extremo, esse discurso produz uma necessidade do sujeito provar sua independência. A autonomia só se torna possível associada ao individualismo, criando a sensação de que o ideal é não se precisar da ajuda de ninguém. Nessa lógica, só pode ter filho, ou ter mais um filho, quem tiver alcançado esse ideal de autonomia:

É que eu acho que na época assim, eu senti uma situação muito de dependência da minha mãe, no sentido assim, não sei se a palavra é dependência, mas digamos que é isso que eu senti durante muito tempo... Então naquele momento eu acho que eu não podia ter outro filho, naquele momento. Porque eu acho que eu tinha essa coisa de ter que devolver o dinheiro para ela. Então foi uma coisa que achava assim, como é que eu ir ter mais um filho, botar mais um filho no mundo se ela já me ajudava.(IARA)

Michele fala do momento em que decidiu ter um filho, ressaltando as conquistas

materiais do casal, ao mesmo tempo em que se questiona se é isso lhe permite ser mãe:

sabe ter um bebê, aquela história assim, a gente tinha casa própria a gente tinha comprado um carro, né mas quem me disse que pra ter um bebê a gente precisa ter casa própria ter um carro, quem é que me disse né, então eu quebrei um pouco esse negócio, minha mãe dizia isso, mas enfim. Tua mãe dizia? Dizia, assim precisa ter uma estabilidade pra ter um bebê né, nesse sentido assim precisa ter uma estabilidade, eu convivi com isso tem que ter condições de ter um bebê, e eu fiquei pensando assim porque eu não teria condições de ter um bebê e parei de tomar comprimido logo em seguida.(MICHELE).

A conquista das condições econômicas para a maternidade está diretamente associada ao seu contexto social, em que elas podem se tornar possíveis ao longo de uma vida. Nesse sentido, os enunciados que definem essas condições necessárias ao projeto de maternidade associam-se aos enunciados que definem um tempo para a maternidade. Se, é necessário conquistar algumas condições materiais e sociais estáveis, é necessário tempo e dedicação para obtê-las³⁰. Talvez em outros contextos, mesmo que se tivesse esse ideal, a maternidade se tornaria inalcançável, tendo em vista que algumas situações não se tornam possíveis, como por exemplo a casa própria, o carro, a estabilidade financeira, um emprego.

Não posso desvincular a discussão dessas condições ideais para a chegada de um filho ao contexto social em que se inserem as mulheres. Se essas condições são tomadas como ideais para todas as mulheres, inegavelmente, há uma diferença muito grande de acesso a elas, conforme o contexto social dessas mulheres.

Não tenho casa, não sou casada, não tenho carro. Só tenho um celular que mal toca. Como é que eu vou ter filho? Não estou na faculdade. Se eu começar, vou ter que começar tudo do zero de novo. Eu não tenho estrutura financeira para assumir, eu não digo sozinha, mas tem que ter uma estrutura financeira. Eu não vou querer ficar toda inosada de novo, me inosar mais do que eu já estou... usar os cremes que tem que usar. Ter um plano de saúde descente, para a criança quando nascer, ter um acompanhamento descente. Até eu alcançar todos esses objetivos que a gente falou. Parece que é fácil, mas demanda tempo. Talvez daqui a dez anos daí eu vou estar com quarenta. Com quarenta anos eu não vou ter filho... É, eu não vou ter mais filhos não porque eu não quero, porque não vai dar tempo de eu me estruturar (RAQUEL).

³⁰ Em relação à trajetória profissional, por exemplo, idealmente tem-se como condição para alcançar a estabilidade uma permanente qualificação e uma intensa dedicação ao trabalho. Isso faz com que algumas mulheres, apesar do desejo de ser mãe estar presente antes, decidam ter filhos depois de alguns anos de atuação profissional. Discuto mais extensivamente essa questão na seção “O tempo certo de ser mãe”.

Além disso, a definição das condições necessárias para ter filho também está atravessada pela definição do número de filhos adequado. Entendendo que quanto maior a prole, melhores devem ser as condições de vida da família, caso contrário as crianças sofreriam privações.

Quando Mara fala da dificuldade de seu esposo aceitar quando ela ficou grávida, relata que isso estaria relacionado a um “trauma” por ter tido muitos irmãos. Tanto seu esposo quanto ela mesma veio de famílias numerosas e passaram por muitas dificuldades, quando ainda moravam no interior. Essa situação – muitos filhos e condições precárias de existência - também está associada a uma saída de casa muito cedo para buscar o sustento da família e foi assim que iniciou sua vida profissional, marcada pela precariedade:

A minha família foi muito pobre, muito, muito, porque meu pai e minha mãe viviam da lavoura e a minha mãe, por ser muito doente, o que acontecia o meu pai tinha que vir pra casa cuidar dela e cuidar dos filhos. Aí a gente passava fome, passava todo tipo de miséria. Aí quando minha mãe melhorava, ele voltava a trabalhar. Foi o que aconteceu com nós. O meu irmão mais velho, com sete, oito anos já trabalhava fora. Eu também. O Gelci também. A Geni que deu uma amenizada. Como nós era maior, a gente trazia o sustento pra casa. Aí não precisou os pequenos saírem tão cedo. (MARA)

Na contextualização desse relato, penso que uma marca importante é a urbanização. Numa situação rural, de agricultura familiar, a prole extensa era também uma estratégia de existência. Já no contexto urbano, as condições de existência da família tornam-se responsabilidade exclusiva dos pais (o trabalho passa a ter um espaço separado do espaço doméstico, destinado apenas aos adultos). Nesse contexto quanto menor a prole, melhores serão as condições de vida oferecidas aos filhos.

Talvez por isso, eu pelo menos penso assim. Menos filhos, tu tens condições de dar mais as coisas. Mais filhos, é mais complicado. Acho que todo mundo tem essa visão. Pra eles não passar o que a gente passou... Deus o livre, meus filhos passarem o que eu passei. Graças a Deus, o Jordan não trabalhou ainda direito, quase 20 anos, o mais velho também, foi fazer estágio com 16 anos. Tudo aquilo que a gente passou, serviu pra que a gente não repetisse com os filhos (MARA).

A responsabilidade dos pais passa a ser maior com a urbanização. O filho que antes era visto como alguém que ajudava para a manutenção da casa, agora passa a ser mais uma despesa. Existem hoje até notícias sobre quanto custa um filho, do seu nascimento até a vida

adulta, com o término da faculdade. O que já pressupõe um acesso a esses bens, como se mesmo os pais que não tiveram a eles acesso teriam o compromisso de proporcioná-los aos filhos.

2.5. Mãe é uma só? Quando não é a mãe que exerce o cuidado

Início essa seção questionando, assim como Fonseca (2002), o ditado que diz “Mãe é uma só”³¹. Essa reflexão torna-se possível tomando dos relatos das participantes da pesquisa as experiências de “circulação de crianças”. Nessas experiências, as mulheres estavam nos diferentes personagens que compõem essa circulação – algumas foram crianças que circularam, outras foram mães que cederam seus filhos para outras pessoas ou ainda eram as mães que criaram como se fossem seus, os filhos de outras e outros.

Proponho pensar quais enunciados produzem modos de viver essa experiência e como esses sujeitos passam a se reconhecer ou não como filhos e/ou mães através desses laços. Dentre os enunciados que atravessam essa prática, destaco aquele que intitula essa seção – Porque mãe é mãe. Há nessa idéia a naturalização de que a relação mãe-filho é sempre positiva e que a mãe, ao exercer essa função colocaria em prática a sua ‘essência’ materna como uma boa cuidadora. Em situações onde isso não se produz dessa forma, a mãe passa a ser uma ‘mãe desnaturada’.

Essa expressão utilizada por Joana, traz consigo as contradições desse discurso moral que entende que o lugar do filho é ao lado da mãe (biológica), produzindo um desejo de estar sob a guarda materna, mesmo numa situação que ela mesma não se sente à vontade. Na trajetória de vida de Joana, o trabalho da mãe foi, num certo momento o motivo pelo qual ela ficou afastada, morando com a avó paterna no interior. Nesse período, a mãe trabalhava

³¹ Quanto a esse ditado, penso que ele carrega um duplo sentido. Trabalho nessa reflexão com o sentido desse ditado que legitima apenas uma pessoa para exercer essa função materna. No entanto, posso pensar que esse ditado também carrega em si um sentido que se alinha em algumas reflexões anteriores, sobre os diferentes ensinamentos e exigências que se direcionam às mães e poderia ser empregado também como uma resistência a isso: “Calma, ‘mãe é uma só’, para dar conta de tantas funções”.

muito, estava se estabelecendo na capital e ficava muito tempo fora de casa. Depois de dois anos, a mãe buscou a filha para morar com ela em Porto Alegre:

É a minha mãe foi me buscar e eu sempre queria morar com ela, porque mãe é mãe, a gente sente falta, aí eu vim morar com ela eu vim para Porto Alegre morar com ela... é era bom, só que ela trabalhava bastante, e eu as vezes ficava sozinha em casa, tinha uns 8, 9 anos, ficava sozinha ou ficava sempre na casa de alguém, não era muito bom assim. Lá na minha avó, a minha avó estava sempre em casa, ela trabalhava, mas sempre tinha alguém comigo assim, eu tinha os meus amigos, cidade do interior, a gente brinca na rua estas coisas, e daí quando eu vim morar com a minha mãe não, eu tinha que ficar mais dentro de casa, era mais perigoso (JOANA).

Encontro uma contradição semelhante no relato de Raquel. Sua avó a assumiu, quando ela tinha 4 anos, uma prática recorrente na família. Antes de ficar com a sua mãe, Raquel tinha ficado com sua bisavó, que também tinha criado sua mãe:

*Quando minha mãe nasceu, a vó da minha mãe, minha bisavó, chegou e disse assim para minha vó, essa aqui vai ser minha, tu cala a tua boca, eu vou registrar e eu criar e pronto. Nem mama tu vai dar. **A minha vó não pode contestar. Teve o filho arrancado e acabou a história, pronto.** E quando eu nasci foi a mesma coisa, entendeu. A minha bisavó disse assim, não, eu criei ela e vou criar a filha dela. Só que minha bisavó já estava com uma idade avançada... veio a falecer (RAQUEL).*

Aqui o fato de não poder criar o filho é relatado fazendo referência a uma imagem violenta, de uma mãe que teve seu filho arrancado de seus braços. A criança e a mãe são privadas dessa relação, que ‘naturalmente’ seria positiva. No entanto, quando fala da sua história, Raquel inverte esse sentimento. O fato de ter sido criada pela avó, depois de ficar com a mãe por causa da morte da bisavó é narrado como a sua salvação. Isso pelo fato de ter sido uma história de cuidados marcada pela violência:

Só que o espancamento foi terrível, o espancamento foi cruel. Eu não passaria dos cinco anos se minha vó não tivesse me pego. Meu pai não amava minha mãe, minha mãe se sentia rejeitada pelo meu pai e eu era culpada de tudo. Minha mãe nunca quis estudar, nunca quis trabalhar e eu destruí a carreira que ela nunca tentou construir. Ela tinha raiva de mim, ou ela queria, ela tentou me abortar várias vezes, ela tentava me matar... Então antes que ela conseguisse né, minha vó me salvou (RAQUEL).

Inicialmente, a avó simplesmente assumiu a neta, mas posteriormente obteve a guarda na justiça, quando sua mãe a queria de volta. Tomar a circulação da criança como uma forma de ‘salvação’ não é incomum no relato dessas experiências, conforme analisa Fonseca (2002). Segundo a autora, convencer a criança, assim como as pessoas próximas, que seus pais agiram

de forma irresponsável e na intenção de abandoná-la pode ser uma estratégia das mães de criação para evitar qualquer rivalidade com os genitores (FONSECA, 2002). Penso também que, se esse enunciado de que a mãe é a pessoa mais adequada para cuidar do filho é tão intenso, essa estratégia seria uma forma de legitimar o cuidado infantil por outras pessoas como benéfico. Ou seja, levando essa idéia ao extremo, posso pensar que somente no caso de inadequação do cuidado materno se justificaria a permanência da criança a cuidados de outros.

No entanto, nem sempre essa experiência aparece imersa em situações extremas (como de violência). Na história de vida de Lisete, assumir o neto mais velho como filho é relatado de forma bastante natural. A história da chegada do neto na sua casa é resumida dessa forma:

Quando ela teve o menino, ela era sozinha, ela teve, se desentendeu com o companheiro e veio com o guri. O guri veio, desde que ele veio do hospital, eu que crio ele. Ele veio do hospital agarrado na minha blusa e está comigo até hoje, então quem criou ele foi eu e o meu marido. E daí, hoje ele me chama de mãe... Ele vai pra casa dela pra passear, passa as férias, fins de semana, mas a maioria do tempo é comigo (LISETE).

Das experiências relatadas, a história de Lisete é a única em que, a pessoa que cria é chamada de mãe. Apesar de assumir seu neto, fazendo questão de explicar que esse é como seu filho, porque ela que cria, sempre que fala do número de filhos, diz 3, não colocando o neto na conta. Claro que ela pode estar supondo que eu queria saber dos filhos biológicos, mas penso que há aí uma diferenciação.

A circulação de criança já estava presente na vida de Lisete muito antes da chegada do neto. Ela mesma, que perdeu a mãe quando tinha sete anos, permaneceu até os 15 num orfanato no interior, depois foi “dada” (pelas freiras) a uma família e com ela veio para Porto Alegre. Não fica muito clara a relação que tinha com essa família, se estava como filha adotiva ou como empregada. Em pouco tempo, buscou contato com uma irmã mais velha que já estava aqui e saiu dessa casa.

A circulação de Nair numa outra família também está associada a essa mescla de

‘filha/empregada’. Perdeu a mãe com 9 anos. A família, que na época morava em outro estado, veio para sua cidade natal, no interior. No total tinham cinco filhos. Seu pai casou novamente e teve mais dois filhos, sua madrasta tinha dois filhos anteriores. Nesse momento, os irmãos se separaram, a mais velha casou, outros foram para casa de parentes e ela e mais uma irmã foram dadas para famílias ricas da região:

A família queria fazer adoção minha, mas eu não aceitei isso, achava um absurdo. Eu pensava... Ai meu deus porque eu tenho que ficar aqui... Eu não quero ficar aqui, se eu tenho família, tenho meu pai, ele ia me ver, visitar. Eu pensei um dia, porque essa mulher, a mulher dessa família começou a ser muito ruim pra mim. (NAIR)

Essa questão de dar para outra pessoa cuidar dos filhos foi mais de uma vez relatada na entrevista. No seu caso, de forma bastante negativa, assim como no caso de sua irmã, que permaneceu na família, mas que ainda hoje não estaria feliz, apesar de estar muito bem financeiramente.

A circulação de criança é relatada também na experiência com suas filhas, mas como alternativas em situações específicas. A filha mais velha foi morar na casa da avó paterna, quando Nair veio para Porto Alegre e depois voltou para a casa da mãe, quando ela já estava estabelecida aqui. Já em relação à filha mais nova, o pai queria muito ficar com a menina (estava casado com outra mulher) e deixar a filha aos cuidados dele foi uma tentativa de aproximá-los:

E isso foi um dos motivos que me fez vir para Porto Alegre, porque daí eu deixei ela, mesmo na casa dele, deixei ela lá. Eu queria que a Mariana reconhecesse ele como pai. Daí eu deixei ela na casa dele e vim pra cá (NAIR).

Cabe salientar que mesmo nesses períodos em que suas filhas não estavam diretamente sob seus cuidados isso não lhe desautorizava como mãe. Nair sempre continuou se reconhecendo e sendo reconhecida como mãe das suas filhas, mantendo contato e vínculo, tanto que hoje as duas moram próximas da mãe, por opção. Penso, por meio dessa experiência, na possibilidade dessa circulação consolidar os vínculos familiares. Para a filha mais velha de Nair, passar um tempo com sua avó paterna enquanto a mãe se estabelecia em Porto Alegre lhe possibilitou manter um vínculo com a família do pai, apesar do mesmo não

tê-la assumido e nem manter contato com ela. Esse argumento alinha-se com algumas reflexões de Fonseca (2006):

As redes sociais são mobilizadas em função da criança, de sua guarda ou de sua sobrevivência. Mas a circulação das crianças também serve para estreitar laços entre indivíduos da rede. (FONSECA, 2006, p. 20).

Penso que essas experiências permitem colocar em questão algumas idéias associadas à maternidade. Tratar a circulação de crianças de uma forma menos patologizante é visibilizar outros modos de maternar, dessacralizando a figura materna como sendo ‘essencialmente’ boa ou essencialmente necessária.

3. MODOS DE TRABALHAR

Centro-me agora na análise dos enunciados relativos ao trabalho³². Cabe recordar que nesse estudo, não houve a intenção de selecionar as participantes conforme um tipo de trabalho específico, uma área de atuação, um setor. Essa característica – de serem trabalhadoras que exercem diferentes atividades, em áreas, setores e organizações distintas, com vínculo e horários de trabalho variados – por si já nos aponta para uma grande diversidade de situações e de significações em relação ao trabalho.

Nesse sentido, não estarei entrando em questões relacionadas às características específicas dos diferentes tipos de trabalho dessas mulheres, exceto no caso dessas características estarem diretamente relacionadas com a articulação do trabalho com a maternidade³³. Em contrapartida, farei uma análise dos enunciados que conformam modos de trabalhar hoje e que possibilitam que essas mulheres se reconheçam como trabalhadoras.

Claro que os diferentes trabalhos que essas mulheres exercem estarão sendo resgatados, na medida em que, através deles, essas mulheres podem assumir certas posições de sujeito. Muitas falas, tomadas como enunciados são descritas e compreendidas na sua articulação com a posição dessa trabalhadora. Visto que a diversidade das atividades que essas mulheres assumem também está relacionada com relações de poder que lhe conferem maior ou menor prestígio social, independência financeira, autonomia e poder de decisão sobre sua própria vida profissional.

³² Inicialmente, utilizei o conceito de trabalho referindo-se especificamente ao trabalho remunerado, independentemente do vínculo que a trabalhadora possuía. Essa distinção foi entendida como necessária no momento do projeto, porque tinha o objetivo de entender especificamente a articulação das tarefas de uma atividade (remunerada) com as tarefas do cuidado materno, que poderia também ser entendida como um trabalho tendo em vista que a mãe assume várias atividades para dar conta dessa atribuição. No entanto, esse conceito que restringe o trabalho às funções remuneradas será também questionado mais adiante.

Cabe esclarecer também que, não entendemos trabalho como sinônimo de mercado de trabalho. Os sentidos associados ao trabalho são produzidos também na relação com o mercado de trabalho, mas não se restringe a isso.

³³ Esse tem sido um caminho comum nos estudos sobre os sentidos associados ao trabalho, quando escolhem especificamente uma área de atuação e a partir das características específicas dessa área estabelecem relações com os sentidos que essas/esses trabalhadoras/trabalhadores fazem do trabalho.

3.1. “Se não trabalhar não é ninguém na vida” – A importância (centralidade) do trabalho em questão

Proponho aqui uma reflexão sobre os sentidos associados ao trabalho, em especial sobre os enunciados que o colocam como central na sociedade e na subjetividade dessas trabalhadoras. Essa importância atribuída ao trabalho circula nas falas como um imperativo, que se justifica de diferentes formas, pela questão da sobrevivência – necessidade de ter uma renda, pela questão social – onde através do trabalho se ganha certo status, “se é alguém na vida” e pela questão da utilidade – necessidade de estar sempre em atividade.

Buscando genealogicamente os movimentos que tornaram possível atribuir ao trabalho uma posição central na sociedade, lanço um olhar para os primeiros momentos do capitalismo (século XIX) onde alguns fatores importantes se apresentavam. Segundo Offe (1985) é nesse tempo que o trabalho passou a se exercer numa forma “pura”, ou seja, separado de outras atividades da esfera social, criando-se a categoria de “trabalhador”, nivelando-se ou até invertendo a hierarquia das atividades produtivas. Além disso, percebe-se a proletarianização da força de trabalho e o desencadeamento moral do consumismo. Através desses movimentos estavam dadas as condições de possibilidade para se tornar o trabalho o elemento central na vida dos sujeitos.

Segundo esse autor, hoje essa centralidade estaria descaracterizada. Com base nas transformações ocorridas na esfera do trabalho, ele teria perdido sua racionalidade homogênea, pois deixou de ser hegemonicamente ligado à esfera da produção e passou a estar também na esfera do setor de serviços, onde a utilização e controle da força de trabalho se dão de forma diferenciada. Além disso, a descontinuidade na biografia do trabalho e o declínio da parte do tempo de trabalho na vida de uma pessoa reforçariam a concepção do trabalho

enquanto um interesse “entre outros” e relativizariam sua função como pedra de toque da identidade pessoal e social (Offe, 1985).

No entanto, tomando os relatos das participantes desse estudo, os enunciados que atribuem uma importância central ao trabalho, continuam sendo produzidos. Talvez tenham sofrido metamorfoses, mas se mantêm presentes. Como se configuram, então essas mudanças que serviram de palco para que o trabalho fosse questionado na sua importância e centralidade?

De forma geral, mesmo que a centralidade do trabalho não seja um consenso nos estudos³⁴, as diversas análises ressaltam as metamorfoses ocorridas nesse campo. O que esses autores têm analisado são as mudanças do trabalho³⁵, na forma de emprego estável. Como nos aponta Toni (2003), as transformações na produção e no trabalho têm recebido interpretações variadas que buscam, a partir da identificação e quantificação das mudanças na estrutura ocupacional e nas relações de trabalho, apreender sua direção e ressaltar suas implicações sociais. O debate compreende desde abordagens que anunciam o fim do trabalho até as que reforçam sua centralidade, apesar das mudanças que se têm processado em torno dele.

Numa perspectiva genealógica, analiso as descontinuidades representadas pelas transformações do trabalho na atualidade, em especial nas formas de organizá-lo, abrindo a possibilidade de pensar o quanto essas transformações podem incidir na maneira como essas trabalhadoras e mães atribuem significado às suas experiências de vida. O trabalho antes estava associado fortemente à forma de emprego, constituindo o que se chamou de “sociedade salarial”. Essa forma de organização social permitia a filiação dos trabalhadores à sociedade, ao mesmo tempo, exigia a aceitação do código moral que caracterizava as formas de dominação vigentes (Nardi, 2006). Esse modelo de sociedade característico do século XX é

³⁴ Muitos são os autores que vão discutir essa questão de diferentes ângulos (Méda, 1996; Castel, 1998; Bauman, 1998; Toni, 2003; Nardi, 2006; Tittoni, 2007). Ao longo do texto estarei trabalhando com eles conforme as diferentes questões.

³⁵ Alguns aspectos dessas transformações serão discutidos adiante, na seção: “Marcas da precarização”

tomado como marco de referência primordial, onde se associava proteção social e trabalho, não de qualquer tipo, mas especificamente o trabalho assalariado (Toni, 2003). É com base no enfraquecimento dessa forma de trabalho, tornando possível o surgimento ou a intensificação de outras (com vínculos mais flexíveis ou precários), que a centralidade do trabalho torna-se uma questão. Então, poderíamos nos perguntar, de que forma, mesmo diante das modificações, o trabalho circula nesses relatos e continua sendo um aspecto essencial para essas mulheres?

Cabe aqui retomar uma análise feita em relação à maternidade que redimensiona as falas sobre o trabalho. De forma geral, a maternidade sempre era citada como uma experiência transformadora, positiva, constitutiva de um modo de ser mulher. Em função dessa ênfase iniciei as análises pela questão da maternidade. Isso não quer dizer que o trabalho fique em segundo plano na fala das mulheres, mas mesmo dando ênfase ao trabalho, a maternidade é citada.

Eu não vejo a minha vida sem o meu trabalho, assim exagerando claro eu tenho o meu filho, minha casa, eu tenho o meu marido, mas eu não consigo me ver não trabalhando assim tirando este trabalho de mim assim, acho que eu ficaria sem saber o que fazer, é uma parte considerável da minha vida. (MICHELE)

A importância do trabalho fica em algumas falas associada a questões específicas. Nessas questões identifico a presença de alguns discursos. Como por exemplo, o discurso econômico, onde o trabalho é a possibilidade de manter-se financeiramente, seja para garantir a única renda da família ou para associá-la a renda de outro familiar.

No entanto, esse discurso sozinho não sustenta a importância atribuída ao trabalho nos relatos. Denise faz questão de colocar que a importância do trabalho não está apenas na necessidade financeira. O trabalho precisa também ser fonte de satisfação pessoal, além de associar-se a um imperativo de utilidade:

Trabalhar faz bem, eu não trabalho só porque eu preciso, eu trabalho porque eu gosto, também, eu não saberia ficar sem fazer nada assim. Mas eu acho assim, que nesse tempo de trabalho, eu ter tempo de fazer o que realmente eu gosto, coisas mais simples, coisas, ou não fazer nada, então redistribuir o meu tempo...Eu faço tudo, tudo que é coisa de artesanato, porque eu não consigo parar, entende, eu não

consigo, eu to sempre recortando, eu to colando, eu to fazendo alguma coisa. (DENISE)

Olha, tem um monte de importância, porque eu gosto de trabalhar, mas eu não consigo ficar em casa, se eu ficar em casa eu fico doente. Se eu ficar em casa mais de que um mês eu estou doente. Não consigo parar. E necessidade, tem que ajudar. Tem que trabalhar. Se tu não trabalhar tu não é ninguém na vida ... Não consigo, fico doente se eu ficar parada. Eu acho que posso ter dinheiro bastante que não vou conseguir ficar parada. (ELISABETE)

O discurso econômico, que é utilizado para ressaltar a necessidade de trabalhar, se constitui também nas descontinuidades tanto das formas possíveis de trabalho quanto das relações de gênero. Ou seja, se antes o trabalho, como forma de organização social, tornava possíveis relações de gênero, pautadas na divisão homem provedor (econômico) e mulher mantenedora (do bem-estar e dos cuidados com a família), hoje, o trabalho do homem não é garantia do sustento familiar. Assim como, as mudanças nas relações de gênero permitiram às mulheres outras perspectivas – dentre elas a busca de satisfação no trabalho.

Eu te diria assim, longe de ser a coisa mais importante da minha vida, longe de ser, mas eu te digo assim, eu não conseguiria ficar sem, eu não consigo me imaginar, assim, sendo dona de casa e não tendo uma atividade que eu consiga produzir, que eu consiga exercer a minha profissão, eu não consigo me imaginar assim, mas eu também não quero aquela sobrecarga, me matando de trabalhar. Eu não sei te dizer assim, o quanto representa, mas é uma coisa que eu não consigo ficar sem, hoje, representa bastante, financeiramente também, eu não poderia parar de trabalhar, financeiramente também, eu não poderia parar de trabalhar, porque só o Ricardo também, não dá. Não é a coisa mais importante, nem a menos importante, é uma coisa necessária. É uma coisa necessária, hoje na minha vida, porque eu gosto, porque eu quero trabalhar e porque eu preciso, eu acho que por esses motivos. (DÉBORA)

O trabalho também surge como possibilitador de outras posições de gênero. Em algumas trajetórias de vida, é no trabalho que a mulher inicia sua emancipação:

Bom, depois o que aconteceu? O trabalho me abriu a outra visão de mundo, de espaço. E me, fez com que eu reconhecesse os meus valores, através do trabalho eu identifiquei os meus valores, as minhas capacidades, que eu não acreditava que existiam. Então, e outra coisa assim eu não me vejo sem trabalho. Estou com cinquenta e cinco, talvez eu me aposente antes dos sessenta, não sei, vou querer, estou procurando uma outra coisa para fazer. Eu quero assim, não sei o que eu quero fazer ainda, não está decidido, nem que eu vá vender avon, não interessa, mas eu quero fazer uma outra coisa e continuar, mas uma coisa mais light assim. E daí eu acho que uma pessoa psicanalítica iria dizer assim, tá mas se tu vai te aposentar porque tu não pensas em passear? Eu não sei te responder isso. Eu pergunto porque eu não penso nisso. (JANETE)

A possibilidade de falar dessa forma do trabalho está relacionada com as posições de Janete ao longo da sua trajetória de vida. Inicialmente muito submissa ao marido e aos valores

sociais. A escolha profissional estava também marcada por uma área que socialmente era “permitida” para o trabalho da mulher, entendida até como uma extensão das atividades maternas – a área da educação: *“Eu achei que era o mais adequado assim para o meu perfil. Eu acho que eu era mãezona mesmo. Eu iria poder cuidar da família e trabalhar um turno e ter meu dinheiro”*(JANETE).

Dessas diversas formas a centralidade do trabalho aparece na fala dessas mulheres. Seja associada à necessidade econômica, seja como forma de satisfação pessoal, seja pela busca de independência ou ainda timidamente através da atuação em áreas que são entendidas como uma extensão das atividades domésticas ou maternas dessa mulher – alternativas que não são excludentes.

3.2. “Falta uma estabilidade” - Marcas da precarização

Nesse espaço além de refletir sobre a ruptura presente na esfera do trabalho ao longo das últimas décadas, vou me deter em descrever e compreender as características do trabalho hoje e as implicações dessas para as trabalhadoras. Dessa forma, busco identificar os enunciados que compõem hoje o trabalho e situar assim, as falas dessas mulheres.

Minha opção de análise, com base na perspectiva genealógica – que me instiga olhar para as rupturas e discontinuidades históricas - é pensar o trabalho hoje em contraposição ao modelo de trabalho característico da modernidade. Como já colocado anteriormente, esse era um trabalho que tinha como marco o emprego estável.

Tal configuração deve ser compreendida no contexto brasileiro com algumas ressalvas. Segundo Nardi (2003), essa ressalva é importante porque no Brasil viveu-se uma sociedade salarial que nunca chegou a se constituir completamente, construída sobre o projeto de uma

modernidade que não reduziu a desigualdade e tampouco resolveu os problemas sociais básicos. Essa sociedade salarial incompleta caracterizava-se por suportes sociais restritos ao trabalho formal, que aqui nunca abrangeu muito mais do que 50% da população economicamente ativa.

No entanto, mesmo sendo mínimos – uma legislação trabalhista de cunho autoritário e uma seguridade social restrita aos trabalhadores de carteira assinada – “esses suportes sociais permitiram um relativo controle dos projetos de vida dos trabalhadores que a eles tinham acesso” (NARDI, 2006, p.40). Mesmo que de maneira distinta, em função das especificidades da realidade brasileira, as modificações na esfera do trabalho impulsionadas por movimentos em escala global geram diferentes efeitos nos trabalhadores e nas trabalhadoras brasileiros (as).

Esses movimentos são sentidos de diferentes formas e ficam explícitos em alguns relatos. Em especial, chama atenção o relato de Lisete, que já tendo hoje mais de 50 anos, acompanhou algumas dessas mudanças e atribui a elas a sua volta ao mercado de trabalho, apesar de também fazer questão de colocar o retorno ao trabalho como uma busca de autonomia:

Porque assim, ele (o marido) não queria que eu trabalhasse, sabe aquela história que os homens não querem que trabalhe fora, daí, eu fiquei em casa uns tempos, mas depois... Porque começa aquela história, quer comprar uma calça tem que pedir pro marido, quer comprar qualquer coisa tem que pedir pro marido. Não isso pra mim não serve, daí disse não, basta, eu vou começar a trabalhar e comecei, foi assim que eu trabalhei... Até porque depois dos anos 70 a coisa começou a ficar mais difícil, tudo começou a aumentar, a renda já não era mais a mesma... Naquela época quem trabalhava na construção civil ainda ganhavam bem, agora não ganham mais, dava pra ter uma família, agora não dá mais. Eu me obriguei a trabalhar quando eu vi que a renda não dava mais.(LISETE)

Fica muito claro o efeito das transformações do trabalho na vida familiar de Lisete. A precarização, nessa fala está representada não apenas pela fragilização dos vínculos trabalhistas, mas pela diminuição do poder aquisitivo proveniente do trabalho. Num estudo sobre diferentes arranjos familiares e as inserções de trabalhadores no mercado de trabalho,

Montali reafirma a hipótese de que “as mudanças na divisão sexual do trabalho³⁶ e nas relações hierárquicas estabelecidas na família passam pela impossibilidade concreta do modelo do chefe-provedor” (MONTALI, 2003).

Além disso, há nessa fala uma importante marca de gênero, que está associada ao modo como se constituiu historicamente a idéia de trabalhador no Brasil. Essa marca – o familismo – foi analisada por Colbari (1995) e caracterizava-se pela pregação de uma moral familiar baseada na hierarquia e rigidez das posições de gênero: o homem era visto como o provedor e chefe de família, a mulher como esposa-mãe-dona-de-casa submissa, fiel e obediente à autoridade masculina.

Num primeiro movimento, o familismo surgiu associado aos discursos que predominavam no cenário brasileiro no final do século XIX e início do XX, em especial o discurso católico e o discurso positivista. Nesse momento, impor esses enunciados que constituíam o familismo, em especial aos pobres – estabelecendo lugares fixos para os diferentes sujeitos, ao mesmo tempo em que associava ao trabalho valores positivos de dignidade e moralidade, serviram como forma de reorganização social, de atrelar esse contingente populacional à nova ordem social; visava evitar o abandono de crianças, moralizar o comportamento feminino, retirar homens da rua e torna-los responsáveis pelo sustento da família. Para tanto foram utilizadas políticas de baixos salários, apregoadas pela doutrina mercantilista como modo de prevenir a inatividade, bem como se investiu na família, facilitando a prevalência dos mecanismos consensuais de inserção no mercado de trabalho sobre as formas coercitivas (Colbari, 1995).

Esses enunciados foram reforçados no período do Estado Novo, que consolidou o industrialismo no Brasil num contexto autoritário e implicou a promoção da instituição

³⁶ Cabe uma ressalva quanto ao conceito de “divisão sexual do trabalho”. Entendo que ele seja importante no sentido de visibilizar as desigualdades, estatisticamente evidentes, na forma como homens e mulheres assumem o trabalho remunerado e não-remunerado. Entretanto, é necessário não pressupor, em função disso que existam categorias distintas, trabalho de homens ou trabalho de mulheres. O objetivo é pensar como a construção de modos de trabalhar tão marcados pelo gênero implica na subjetividade dessas trabalhadoras.

familiar como elemento estruturador da ordem social. A família, a valorização do espaço doméstico e a exaltação dos papéis da mulher, o de esposa e mãe, foram recursos retóricos fundamentais para a identificação dos indivíduos com os ideais de brasilidade, de patriotismo e de integração à comunidade nacional. O Estado Novo utilizou-se do discurso disciplinador do industrialismo, universalizando valores da cultura operária ao conjunto dos trabalhadores urbanos brasileiros. Esse momento foi decisivo na constituição de enunciados que associam o trabalho a valores positivos e que emprestam aos enunciados do trabalho marcas de gênero que fixam posições para homens e mulheres.

Nesse sentido, de acordo com essa tradição do familismo presente na constituição do trabalho no Brasil, alguns mecanismos sociais propiciavam aos trabalhadores (pelo menos os de carteira assinada) manter suas posições de provedores de suas famílias. No entanto, as transformações contemporâneas do trabalho não permitem que se mantenham essas formas de proteção social, ou de alguma forma elas se tornaram ainda mais raras – *“Dava pra ter uma família, agora não dá mais” (LISETE)*.

Quais são, então, os enunciados que hoje se associam ao trabalho? Se, diferentemente do modelo anterior – que estabelecia lugares definidos de gênero e, através de alguns suportes sociais, permitia certa estabilidade e projetos futuros – o trabalho hoje se constitui no campo das incertezas e desestabilizações.

*Eu te diria que financeiramente não, eu não me sinto segura pra planejar nada, pra ter outro filho, não, eu não me sinto segura financeiramente, quero ter essa segurança, mas hoje não sinto. Hoje a nossa profissão, a minha e a do Ricardo estão completamente, assim, estamos os dois trabalhando por conta, entendeu então **falta uma estabilidade**, é isso, essa segurança eu não tenho, é o que falta. Foi uma opção que eu pensei muito, claro que as vezes tu te estressa, vê um monte de coisa pra pagar, um monte de conta, tu fica um pouco apavorado. (DÉBORA)*

Essa fala de Débora está relacionada com o fato de ter saído de um local de trabalho que, mesmo sem um vínculo com base na CLT, lhe garantia um ganho fixo mensal, para trabalhar como autônoma. Nesse momento, fala da sua preocupação com a falta dos benefícios decorrentes de uma inserção mais formal no mercado (férias, licença maternidade)

e coloca esse suporte social como um ideal a ser alcançado, através de um concurso público.

Apesar dessa fala fazer referência a uma opção de Débora, que ainda tem como norte a estabilidade almejada no ingresso no serviço público – o que poderia ser entendido, então, como uma questão peculiar da sua história de vida, ela mesma percebe essa desestabilização como um movimento importante hoje no mercado de trabalho:

O que a gente percebe? Muito, muito trabalhador trabalhando sem carteira assinada, muito, muito, muito. Essas empresas de terceirização, isso a gente tem assim, horrores de empresas de terceirização que vai, trabalha três meses, não paga ninguém e fecha as portas, os sócios não têm nada e deu. A gente vê isso, com certeza. Com certeza, assim, essa precarização da relação de trabalho, isso eu percebo assim, nitidamente no meu trabalho, nitidamente, na relação do trabalho informal, do trabalho sem carteira assinada, no trabalho terceirizado, dessas más empresas de terceirização, isso eu percebo muito.(DÉBORA)

Marca essa fala o fato de Débora trabalhar diretamente na área do direito do trabalho. Com isso, através da sua posição como trabalhadora pode perceber, para além da sua própria relação de trabalho, as transformações que, no extremo, representam embates jurídicos entre os sujeitos envolvidos nessas relações.

Também a posição de trabalhadora de Nair possibilita atentar para uma situação, que ela entende como um efeito da diminuição nas alternativas de trabalho para as mulheres hoje:

Geral, isso tá sendo geral e as do interior se mudam pra cidade grande. Na minha cidade tá pouco, não tem emprego, vem pra cidade grande, mas não conseguem e vão pra prostituição porque tem que viver, né, de uma forma ou de outra tem que viver, né e isso tá crescendo o número de mulheres na prostituição e bastante. De uns três anos pra cá se nota, bastante mesmo, muito, muito, muito. Todos os dias vem menina nova aqui(ONG), fazer ficha de cadastro, que tá entrando na prostituição. Hoje ainda atendi uma, a primeira que eu atendi é nova, fora o resto que nem vem aqui e que a gente não sabe. (NAIR)

Nesse sentido, apesar de não entender o trabalho na prostituição como falta de opção, porque entende – essa também é a posição da Ong – que sempre há um campo, mesmo que mínimo, que possibilita alguma escolha, Nair percebe que a diminuição das opções pode estar relacionada com o aumento do número de mulheres “na batalha”. A sua entrada na prostituição também está associada não a falta de oportunidade, mas ao fato das oportunidades serem precárias, com salários muito baixos que não lhe permitiam manter-se e trazer sua filha para Porto Alegre

Vim pra trabalhar aqui, fui até num supermercado grande, passei nos testes, tudo, mas ganhava uma miséria... Daí eu conheci um rapaz que me levou pra prostituição, conheci essa vida e caí na vida. (risos) (NAIR).

Buscando compreender os processos que alimentam a vulnerabilidade social e produzem, no final do percurso, o desemprego e a desfiliação, Castel (1998), enfatiza a precarização do trabalho na contemporaneidade. A precarização é tomada como um efeito dos novos modos de estruturação do emprego e da luta em favor da competitividade, tornando o provisório um modo de existência. Nesse sentido, Castel (1998) analisa o desemprego como a manifestação mais visível de uma transformação profunda da conjuntura do emprego, que se produz a partir da vulnerabilidade social iniciada através da precarização do trabalho – característica menos espetacular, porém, ainda mais importante.

Quanto às condições que tornaram possível esse cenário, estão aquelas produzidas através do discurso neoliberal. Bauman (1998) cita como principal condição a abertura do mercado, pressionando por uma atuação mínima do Estado no que diz respeito às regulamentações desse mercado. Simultaneamente a isso, há a implantação de novas tecnologias, possibilitando a diminuição ou até mesmo a extinção de muitos postos de trabalho.

Nesse sentido, de acordo com Nardi (2006) as transformações do trabalho associam-se à reestruturação produtiva. Dando condições para a passagem do modelo de acumulação taylorista-fordista no contexto do estado-nação, para a acumulação flexível no contexto da globalização.

Cabe ressaltar que, apesar dessas transformações serem descritas de forma genérica, elas assumem características próprias em cada contexto, assim como não se generalizam em todos locais ou tipo de trabalho. Podem-se encontrar trabalhos que mantêm características do modelo mais estável de trabalho coexistindo com formas mais flexíveis. Conseqüentemente, as mudanças dos valores associados ao trabalho, mesmo que pareçam gerais, repercutem de

forma distinta nas trabalhadoras, como surgiu também nas falas. Em função disso, falamos em “modos de trabalhar”, como nos propõe Fonseca (2002), pois implica o reconhecimento de uma pluralização do trabalho e de diferenciações nos próprios modos de organizá-lo.

Descrevo a seguir alguns enunciados que constituem modos de ser (ou não) trabalhadora contemporaneamente, onde o trabalho se mostra transf(t)ormado. Enunciados que remetem a exigências e tarefas, nem sempre possíveis de serem atendidas pelas mulheres.

3.2.1. “Não adianta cumprir horário, se tu não buscas coisas novas” – Modos de ser trabalhadora

Um aspecto importante a descrever e problematizar são os enunciados que passam a conformar um modo de trabalhar em tempos de flexibilização. Início pelos enunciados direcionados àquelas trabalhadoras que de alguma forma estão inseridas e que tem como marca das suas relações de trabalho um esforço para manutenção dessa posição de trabalhadora.

Os enunciados que definem hoje as exigências necessárias a uma trabalhadora para que esteja inserida no mercado não se limitam às condições necessárias para o seu ingresso nesse espaço, mas mantêm-se e são reatualizados constantemente, como exigências para que ela se mantenha nessa posição. Conforme Castel (1998), mesmo quando o sujeito ocupa um lugar privilegiado em relação ao trabalho, também sobre ele repercutem “as orientações definidas nos centros de decisão – em matéria de política econômica e social, de gestão das empresas, de readaptações industriais, de busca de competitividade, etc – Integrados, vulneráveis e desfiliados pertencem a um mesmo conjunto, mas cuja unidade é problemática”. (CASTEL,

1998, p. 34)

Ao pensar o que considera uma boa trabalhadora, Denise coloca a necessidade de uma constante busca de atualização:

Buscar muito, outras fontes, revistas, cursos extras, eu acho que se atualizar também é ser um bom, é ser um bom profissional. Não adianta cumprir horário, cumprir o que foi determinado, se tu faz sempre a mesma coisa, se tu não busca coisas novas. Talvez seriam essas três coisas. É cumprir o que tu foi contratada, se atualizar e cumprir horário, eu acho que é uma coisa essencial, assim, ah falta, atrasa, aí desorganiza todo mundo. (DENISE)

Tais características mesclam enunciados que se relacionam com um modelo de trabalho característico da contemporaneidade (a busca constante e incessante de aperfeiçoamento), mantendo traços do que se tinha como ideal anteriormente (cumprimento de horários e do contrato de trabalho). Posso pensar que essa mescla esteja associada com a sua posição de trabalhadora, vinculada à área da educação, que mesmo com a implantação de algumas tecnologias novas, em muitos aspectos mantém características de disciplina e controle fixos.

Conforme apontado por Fonseca (2004) apesar de o trabalhador ter-se libertado dos contratos rígidos de trabalho, dos tempos e movimentos rigorosamente controlados, tornando-se mais flexível e possuindo mais participação nas decisões empresariais, o controle agora se expressa como modulação, com capacidade de metamorfoses, de transformações permanentes impondo uma incerteza constante na realidade do emprego. Segundo Castel (1998), a flexibilidade é uma maneira de nomear essa necessidade do ajustamento do trabalhador à sua tarefa.

Essa tensão fica clara em especial nos critérios admissionais. O trabalhador atual precisa ser “flexível, sem ser crítico, competitivo, sem deixar de ser solidário e criativo, sem ser transgressor” (TITTONI, 2007, p.224) Num estudo sobre o gerenciamento de impressão, em entrevistas de seleção, Carvalho e Grisci (2003) apontam para o caráter massificador dessa modelagem de modos de ser e trabalhar: “os sujeitos se preparam para a guerra do mercado de trabalho, atuando como guerreiros da “excelência”, a quem se exige autonomia e dinamismo,

desde que limitados ao papel que lhes é imposto” (CARVALHO e GRISCI, 2003, p. 15).

No relato da trajetória de vida de Márcia, quando ela fala das negociações que costuma fazer com os filhos, relativas à possibilidade de passarem mais tempo juntos, ficam evidentes alguns enunciados que conformam esse modo de ser trabalhadora, diante das exigências da flexibilização do trabalho. Há uma tensão importante aí, pelo fato dela ocupar uma posição privilegiada na hierarquia da empresa, o que poderia representar maior autonomia, mas que lhe impõe a necessidade de maior dedicação:

(os filhos perguntam) Ai mãe, mas tu não tem folga. Não, eu sou contratada numa empresa que funciona assim, tu não pode fazer o que tu quer. Ou hoje eu não vou ir trabalhar, algumas coisas assim. Então a gente ensinou muito para eles dessa forma. E a vida é assim, a vida não para, a gente está sempre correndo... A gente passa muito para eles que o pai e a mãe estudam. Ai mas porque tem que estudar ainda... Perguntaram: tu não fica pronta nunca? Então tudo o que tu vai passando para eles. Então a nossa criação e fazer nossos filhos aprenderem a viver nessa loucura toda.(MÁRCIA)

A loucura, da qual Márcia fala está relacionada especificamente ao ritmo de trabalho que ela tem hoje, quando pergunto sobre sua carga horária de trabalho:

Ai menina que loucura, (ri bastante) mas oito e meia eu estou sempre aqui ou em uma reunião. Sete horas da noite geralmente eu estou em casa, mas aí lá pelas nove eu boto meus e-mails em dia que são umas duas horas, aí já vai uma carga horária de doze horas, tranqüilo. (MÁRCIA)

A carga horária dedicada ao trabalho exige das trabalhadoras uma adaptação nos modos de viver. Esse processo foi colocado por Michele quando contou sobre o início da sua vida profissional e sobre o impacto que sentiu para se organizar de acordo com o horário de trabalho:

*Uma coisa que pra mim, não foi difícil, mas assim eu entro as 8 saio as 18, **eu tenho que organizar o meu tempo e as coisas nas pontas que sobram**, então isto assim hoje parece ser normal, mas no início pra mim não foi, eu tive que me organizar em relação a isso, principalmente porque eu batia ponto, então assim este negocio pra mim foi complicado, aí eu tenho que sair, sai a uma hora eu tenho que cuidar pra não me atrasar um minuto, então foi uma coisa complicada.(MICHELE)*

Além disso, novamente posso identificar certa tensão sobre a questão da flexibilidade do trabalho, aqui especificamente em relação ao horário. Quando fiz o primeiro contato com Michele, ela me disse que preferia fazer a entrevista no seu trabalho, porque no trabalho ela tem como “gerenciar” o seu tempo e em casa sempre fica uma “pressãozinha”. Entretanto, na

fala anterior, Michele coloca a rigidez da sua carga horária. Talvez a flexibilidade seja em como ela poderá organizar o seu tempo dentro da empresa, no seu horário de expediente. Mas o seu expediente em si não parece ser flexível da mesma forma. Isso implica numa organização específica na família:

Maurício tem um horário muito mais flexível do que o meu ele se ocupa muito mais das crianças do que eu, assim nessa rotina né ... inclusive eu to até mudando um pouquinho porque eu já combinei que duas vezes por semana eu vou almoçar em casa, eu vou lá ver as crianças na escola, ver a professora.(MICHELE)

Para além da questão do tempo e dos horários de trabalho que já deixam em suspenso o conceito de flexibilidade, cabe pensar sobre a exigência de constantes qualificações. Para Márcia, essa incessante busca por atualização, é entendida tanto como uma necessidade enquanto profissional, quanto como uma orientação que ela enquanto mãe imagina ser importante passar para os filhos:

Não posso parar. Então eu já estou pensando em outras coisas para depois. Vou retomar o meu inglês agora no segundo semestre, que eu fazia também e em função do MBA eu dei uma trancada nele. Mas agora nós vamos fazer um inglês de família. Com exercícios, todo mundo, porque eles estão curtindo muito, eles tem na escola, então estão curtindo muito. (MÁRCIA)

Essas falas de Márcia explicitam um processo subjetivo importante, onde os enunciados acerca das “competências” necessárias para ser uma trabalhadora deixam de ser do mercado e passam a ser entendidos como uma necessidade pessoal. Passam a constituir um modo de ser no mundo.

Ampliando a perspectiva da contemporaneidade para além da questão do trabalho, Bauman (1998) analisa que a exigência feita ao sujeito atual é que ele:

Mostre-se capaz de ser seduzido pela infinita possibilidade e constante renovação promovida pelo mercado consumidor, de se regozijar com a sorte de vestir e despir identidades, de passar a vida na caça interminável de cada vez mais intensas sensações e cada vez mais inebriante experiência... o mundo pós-moderno está-se preparando para a vida sob uma condição de incerteza que é permanente e irreduzível (BAUMAN, 1998).

Apesar dessa análise apontar para uma liquidez, que dificultaria a elaboração de projetos de vida, pela inexistência de um terreno estável sobre o qual planejar, os relatos de algumas mulheres nos indicam que o planejamento futuro só é possível se o sujeito passar a

corresponder com essa constante renovação. No caso de Márcia isso é conquistado, através da incessante qualificação (MBA, inglês, outro MBA ou mestrado no futuro). Em relação ao futuro, diz não ter medo do mercado, mesmo que saia da empresa, sabe que tem capacidade:

E não tenho medo, aí dá uma revira volta hoje na empresa, eu tenho um salário legal, tem que sair, não tem problema, o mercado está aí, eu me sinto segura. Eu tenho oportunidades, eu tenho quem me reconheça, eu tenho capacidade (MÁRCIA).

Essa fala se faz possível para uma pessoa que se sente alinhada com as exigências desse mercado. Representa a fragilidade que está presente nas relações de trabalho na contemporaneidade, onde a “segurança” em estar no mercado tem como condição a constante qualificação profissional. Essa qualificação, apesar de ser uma exigência fortemente colocada pelo trabalho, passa a ser incorporada como uma exigência pessoal de desenvolvimento.

Pensando sobre essas exigências de qualificação e requalificação, colocadas tanto como uma necessidade para o ingresso no mercado, quanto uma pressão sobre os que já estão trabalhando, Tittoni (2007), alerta para dois aspectos importantes: um é a implícita desvalorização do saber do trabalhador, pois essas exigências indicam “sobre o que não sabem, sobre o que não possuem e sobre aquilo que precisam adquirir, via outras qualificações” (TITTONI, 2007, p.223). O outro aspecto é pensar que essa desvalorização é efeito das próprias transformações do trabalho, visto que os saberes desvalorizados são também aqueles adquiridos nos modos fordistas e tayloristas de ordenação do trabalho.

Assim como Márcia (na fala anterior), também Michele coloca-se como ocupante de uma posição “privilegiada” no mercado, em relação à possibilidade de projetar-se no futuro. Penso que talvez essas falas se assemelham porque, em algumas empresas, as funções gerenciais (as duas exercem essa função) são investidas de forma mais intensa dos discursos de gestão, marcados pela lógica da competitividade. Nesse sentido, as trabalhadoras se constituem nessa posição em proximidade com esses enunciados, o que lhes permite certa tranquilidade dentro de um mercado que tem essa lógica como premissa:

Se acontece alguma coisa, se a empresa é vendida, se eu for pra rua, o que a gente

vai, como é que a gente vai se organizar, eu fico pensando, mas existem alternativas, existem saídas eu não me apavoro muito com isto, já cheguei a me apavorar, mas eu não me apavoro mais agora, ou eu vou arranjar alguma coisa para fazer. (MICHELE)

No relato, Michele fala da possibilidade da empresa estar em negociação, podendo ser vendida. Aqui a instabilidade não está relacionada com a sua posição na empresa, mas uma instabilidade da própria empresa. Pela sua posição privilegiada na estrutura organizacional, Michele tem acesso a informações mais precisas e antecipadas sobre essas negociações, o que também lhe permite um planejamento em bases mais consistentes e em função disso, não tem feito planos muito ousados, por exemplo, de comprar uma casa maior.

Outro fator que parece associado nessa fala de Michele está relacionado com a área que gerencia na empresa – área de tecnologia. Pela sua posição nessa área percebe que ela sofreu mudanças significativas nos últimos anos e hoje é considerada uma área vital para toda e qualquer empresa. Nesse sentido, por ser uma área tão central nas empresas, isso lhe permite, como trabalhadora, outras formas de negociação no mercado, ao mesmo tempo em que lhe impõe um ritmo e uma demanda maior de trabalho:

Sabe o tempo que eu era programador, tinha demanda, mas não era tanta, não sei o que aconteceu no mercado, no mundo, que tudo virou TI, tudo virou TI, tudo virou TI, e não era assim, tu tinha tempo para fazer as coisas, fazia com mais calma, fazia com mais qualidade.(MICHELE)

Principalmente a diplomacia, porque o TI é considerado uma área estratégica, ao mesmo tempo que ela é estratégica ela é vital porque a empresa pára se ela não estiver funcionando, então é uma pressão, uma responsabilidade muito grande, muita demanda, e não vai ter recurso pra tudo , então eu gerencio este negócio o tempo todo, de prioridade, de ter que atender, de ter que dizer não pra diretor, de ter que dizer não pra uma, de ter que dizer não para um cliente de fora, de ter que as vezes fazer coisas que eu não concordo no sentido de prioridade, de custo, então é organizar estas coisas de modo que todo mundo saia relativamente feliz.(MICHELE)

Tal preocupação com as decisões e a gestão de recursos está logicamente associada ao fato de Michele ocupar uma posição gerencial na empresa, mas também está de acordo com um novo perfil de trabalhador buscado no mercado. Na intensificação desse perfil, é necessário que o trabalhador se disponha a dar conta de demandas em alguns momentos contraditórias. Segundo Nardi (2006), ele precisa dispor-se a trabalhar em equipe, mas

também tornar-se autônomo, com maior poder de decisão. Deve responsabilizar-se pelo relacionamento com o cliente e identificar-se com os objetivos traçados pela empresa.

Os efeitos desse modo de trabalhar proposto ou exigido pelo mercado ficam marcados no corpo dessas trabalhadoras. Saliento aqui, especificamente alguns relatos, que representam um movimento das trabalhadoras em demonstrar as competências necessárias para as atividades e o custo desse movimento para a sua saúde.

Em especial tomo duas trajetórias de vida para pensar o quanto o desgaste é relatado como um efeito direto de um modo de trabalhar. Um jeito de dar conta das exigências e mostrarem-se possuidoras das competências que imaginam serem importantes.

Para Mara, as questões de trabalho confundem-se com a sua forma de ser e se caracterizam por uma dedicação intensa e uma grande disposição em ajudar. Nesse sentido, há uma grande exigência consigo mesma, em várias esferas de sua vida, mas fica evidente na sua forma de trabalhar:

*Porque o meu trabalho sempre foi na luta de buscar as coisas, sabe, se tu pedir qualquer coisa pra mim, eu não sei, mas eu consigo fazer, nem sempre tu precisa dos outros, tu pede, os outros fazem, nada é difícil para mim, eu dou um jeito... Eu gosto, eu sinto saudade, quando eu estou fazendo faxina na minha casa, eu fico me lembrando, porque eu era muito chata, eu chegava aqui na tua casa, eu olhava os lustres pra vê se não estava cheio de teia de aranha, de bichinho morto, olhava a chave de luz, pra ver se não tava cheia de dedos, bah, eu era chata, tu nem imagina, eu tinha um olhar assim que vou te contar, né, eu não conseguia sair de uma peça vendo que ficou rabo. **Hoje eu não tenho saúde pra isso.** (MARA)*

Em vários momentos ela refere o quanto hoje acumula problemas de saúde pelos esforços que fez durante o período que trabalhava na área de limpeza e que tinha um desgaste físico muito grande. Em relação ao trabalho hoje, parece que esse imperativo moral que associa o ser boa trabalhadora a um grande esforço, está presente também, de uma forma diferente, na sua busca por qualificação.

Essa mudança – antes uma dedicação ao trabalho através do esforço físico e hoje através da busca de uma qualificação profissional – foi impulsionada por uma situação em que não pode continuar um trabalho pela falta de formação universitária (como já debatido

anteriormente). Nesse sentido, entendo esse processo como um efeito tanto da singularidade da sua vida profissional, quanto das transformações no âmbito do mercado de trabalho, onde o esforço físico – que ainda existe em algumas atividades - dá lugar a um esforço subjetivo muito grande para manter-se profissionalmente atraente através de qualificações incessantes.

Na trajetória de vida de Elisabete, o esforço e a dedicação ao trabalho também aparecem como uma questão central. Começou a trabalhar ainda bem jovem, em função da perda de sua mãe. Parou de estudar pelas exigências das outras atividades que assumia e pelas andanças da família:

Eu perdi aula, perdi, tive que deixar o colégio, perdi muito tempo de colégio. Quando eu estava na metade do ano o pai saía e ia para outro lugar, a gente perdia. E aí eu comecei a trabalhar fora depois, trabalhar na limpeza. Eu sempre fui muito trabalhadeira né. Trabalhei, com quatorze anos eu cuidava de duas crianças. (ELISABETE)

O orgulho em dar conta de atividades difíceis parece ser uma característica associada ao trabalho, apesar de sofrer com trabalhos pesados (faz um relato bem detalhado da dificuldade que teve no último trabalho, na área de alimentação). Elisabete se sente muito valorizada por dar conta do seu serviço, identificando-se como uma pessoa muito “trabalhadeira”.

Essa relação de muito esforço em relação ao trabalho não acontece sem deixar marcas em Elisabete e na articulação do trabalho com a maternidade. Relata alguns problemas que desenvolveu no seu trabalho anterior e apesar do abalo na sua saúde, a decisão de sair de lá só aconteceu quando o trabalho passou a afetar a sua relação com os filhos. Nesse sentido, parece que para ela o desgaste físico e mental é entendido como algo inerente ao trabalho, ou pelo menos não serviu como motivo para deixá-lo:

Então começou a me dar muita recarga de trabalho, daí comecei a me estressar. Misturou, tive que parar no médico, eu olhava que nem nós estamos conversando hoje, capaz que eu ia conversar, eu só chorava, eu só chorava, chorava, chorava. Então aquilo me deu muito problema. Aí depois que essa aqui aprontou (fala da filha) né, aí deu, aí eu disse vou parar, descanso e vejo. (ELISABETE)

Claro que, tanto Mara quanto Elisabete estão falando especificamente de atividades

que lhes exigiam um grande esforço físico. Essa é a posição possível para essas trabalhadoras que exercem, ou exerciam (Mara não trabalha mais na limpeza) funções mais braçais. Entretanto, os efeitos do trabalho na saúde não se esgotam na questão da exigência de esforços físicos na atividade profissional. No próprio relato de Elisabete a atenção é centrada nas formas de organização do trabalho e não na tarefa em si como produtora de sofrimento:

O problema meu, não é o cansaço físico, o meu problema é a cabeça. Eu sou uma pessoa que eu entro de cabeça no serviço. E se eu tenho uma colega, por exemplo, que não faz do jeito que eu faço ou não me ajuda, aquilo ali começa a me dar nos nervos... Então eu estava achando complicado continuar no emprego. Eu estava me sentindo ruim. E agora na escola... olha eu estou sentindo um cansaço, mas aquele cansaço gostoso, aquele cansaço que eu não brigo com as crianças, não brigo com o marido sabe, não me atinge a cabeça. E sei lá, está bom, estou gostando. (ELISABETE)

O esforço físico decorrente do trabalho pressupõe momentos de pausa (término do horário de trabalho, fins de semana, folgas, etc), claro que também há o trabalho doméstico, que para algumas pode representar uma segunda jornada de trabalho. No entanto, o esforço subjetivo dessas trabalhadoras pode ser praticamente ininterrupto, permanecendo e produzindo modos de ser para além dos espaços e da atividade laboral.

3.2.2. “Não preenche os requisitos” – Modos de invalidação social

Um aspecto importante presente em diversos relatos das participantes relaciona-se com as formas de invalidação das trabalhadoras. São situações em que essas mulheres de alguma forma perderam oportunidades de trabalho por não apresentarem ferramentas que são consideradas adequadas para o ingresso ou permanência no mercado de trabalho. Tais ferramentas não se limitam àquelas ligadas à tarefa, como, por exemplo, a qualificação profissional, mas relaciona-se também com o que constitui a pessoa como sujeito

independente da esfera profissional, como, por exemplo, o sexo, a cor, a idade³⁷. Darei ênfase a esse processo, mas entendo que ele não necessariamente invalida essas mulheres permanentemente, mas exige que encontrem estratégias de inserção alternativa, que para algumas participantes desse estudo aconteceu via movimentos sociais.

Para ressaltar a importância dessa mobilidade no processo de invalidação social, Castel (1998) opta por utilizar o termo desfiliação³⁸ ao invés da utilização do termo exclusão. A exclusão é estanque ao passo que a desfiliação possibilita reconstituir um percurso. Para o autor, as zonas de vulnerabilidade passam a ter um lugar importante. Esses espaços de vulnerabilidade, que estariam abertos e em expansão, fragilizam as situações conquistadas e desfazem os estatutos assegurados.

Apesar dessa seleção³⁹ do mercado ser bastante perversa, como veremos a seguir, ela fica naturalizada. A recusa em conseguir alguma inserção no mercado é então entendida como uma incapacidade daquele indivíduo. Segundo Maurenre (2005), essa naturalização se produz através da idéia de que todos possuem “direitos iguais”:

Nessas formas de subjetivação, os indivíduos sentem-se inteiramente responsáveis por sua situação em relação ao trabalho, como se as condições desfavoráveis as quais estão expostos fossem resultados de sua própria incapacidade (MAURENRE, 2005, p.19).

No relato da trajetória de vida de Raquel, esse processo se faz presente, quando ela fala que, exceto em algumas situações onde a discriminação era explícita, não costuma pensar que a dificuldade em conseguir trabalho esteja ligada ao fato de ser mulher ou de ser negra:

³⁷ Algumas dessas características compõem as estatísticas sobre o mercado de trabalho e o modo como as mulheres conseguem se inserir nas atividades remuneradas. Segundo a Organização Internacional do Trabalho (2005), destacam-se como indicadores de desigualdade de gênero e raça no mercado de trabalho brasileiro: 1) a taxa de desemprego das mulheres é 58,1% superior à dos homens (dos negros de ambos os sexos é 30,9% superior à dos brancos de ambos os sexos); 2) a proporção de mulheres que se encontra nas ocupações precárias e informais (61%) é 13% superior à proporção de homens nessa mesma situação, sendo que do total de trabalhadoras negras, 71% estão em ocupações precárias e informais; 3) a diferença entre as remunerações médias dos homens e mulheres aumenta à medida que aumenta o nível de escolaridade, entre os que têm 15 anos ou mais de estudo, as mulheres recebem apenas 61% dos rendimentos masculinos por hora trabalhada e no geral, as mulheres negras recebem apenas 39% do que recebem os homens brancos por hora trabalhada.

³⁸ Desfiliação, segundo o autor “não equivale necessariamente a uma ausência completa de vínculos, mas também à ausência de inscrição do sujeito em estruturas portadoras de sentido” (CASTEL, 1998, p.536)

³⁹ Entendo aqui seleção não apenas relacionada com os processos de recrutamento e seleção, estabelecidos formalmente nas empresas, mas como os diferentes modos, formais ou informais, pelos quais as trabalhadoras são valoradas e hierarquizadas na busca por uma oportunidade de trabalho e renda.

“Então eu não coloco, eu não procuro subterfúgio para justificar a minha incapacidade, a minha limitação de alguma coisa. Tem gente que procura, eu não procuro” (RAQUEL).

No entanto, apesar desses processos de discriminação serem muitas vezes velados – hoje, na nossa legislação a discriminação passou a ser criminalizada – há situações onde essa camuflagem se esgota. A situação colocada por Raquel não está relacionada com uma seleção, mas o cotidiano do trabalho, quando trabalhava numa empresa aérea:

Só uma vez que eu entendi, eu não vou trabalhar aqui porque eu sou negra. Os lugares que eu mais sofri discriminação por ser negra foi na empresa aérea. Um dia chegou lá um cliente aborrecido, passou pelo segurança negro, passou pela moça do cafezinho negra, chegou em mim e disse assim, por quantos negros eu vou ter que passar para chegar até a autoridade dessa empresa e gritando assim comigo. Aí ele disse assim, eu quero falar com a secretária. O senhor está falando com a secretária. E aí ele olhou, por quantos negros eu ainda vou ter que passar? Eu fiquei olhando assim para ele. Peraí que vem a resposta, mas não vai ser de mim. Meu chefe estava atrás de mim e o meu chefe era negro também. Ele disse olha o senhor não vai ter que passar por negro nenhum, o senhor vai ter que passar pela Rosângela que é minha secretária, porque o negão aqui não tem tempo para lhe atender agora, o senhor vai ter que agendar horário como qualquer outro branco, azul, laranja.(RAQUEL)

Em relação às seleções, Raquel imagina que contava negativamente o fato de não ter uma qualificação mais especializada, apesar de fazer inúmeros cursos. Por conta disso, duas possibilidades de escolha de trabalho eram menores:

É, a maioria das vezes não era (trabalho escolhido), até por isso que eu tinha dificuldade de me adaptar, não era o que eu queria, mas pela necessidade eu ia, porque era mais fácil, não precisa de uma especificação, então ficava fácil de fazer.(RAQUEL)

As formas de seleção das trabalhadoras têm também outros contornos. Utilizam-se de marcadores sociais que representam diferentes posições ocupadas pelas mulheres e a partir das quais são tomadas e hierarquizadas. Joana relata o modo como foi eliminada numa entrevista, quando falou abertamente que sua experiência profissional anterior fora numa Ong voltada para prostitutas:

Eu acho bem complicado assim até estes tempos eu estava, até a pouco estava procurando, estou procurando alguma coisa mais de carteira assinada de estabilidade e eu fui fazer uma entrevista numa empresa de telemarketing. Estavam pedindo, larguei um currículo e me chamaram, daí eu fiz a prova e tudo tirei o primeiro lugar, fiquei bem feliz né, e daí eu fui fazer a entrevista, que era entrevista coletiva, eram 9 pessoas, aí eu fiz a entrevista e ela perguntou onde é que eu tinha trabalhado e tal falei que trabalhava na ONG da prostituição e tal e tal e ela ta tudo bem e tinha outras pessoas que também não tinham experiência, ou que tinham

experiências em outras coisas, também não tinha nada a ver com a vaga, não tinham nem tempo pra trabalhar e 8 pessoas ficaram e só eu fui embora a daí que eu conclui né, que era preconceito da mulher, porque eu acho assim que pensaram, quem é que trabalha numa ONG com prostituta, ou é prostituta ou tem Aids (JOANA).

Conversando sobre as mudanças que foi percebendo no trabalho, desde quando iniciou sua vida profissional, Nair avalia o quanto as coisas pioraram. Sente que exigem muita experiência, e que dificilmente dão oportunidade para a pessoa aprender – sente isso por acompanhar a filha buscando trabalho e imagina que isso esteja relacionado com a terceirização, porque antes havia uma possibilidade de negociação mais direta. Apesar de falar sobre essas exigências e tentar entender porque elas são tão rigorosas hoje, Nair faz questão de colocar que a sua entrada na prostituição não foi por falta de oportunidade, mas por uma opção. Nair tem consciência da marca negativa que socialmente é atribuída à prostituição, mas toda a sua trajetória enquanto profissional do sexo e enquanto militante nessa ong, tem sido no sentido de positivar esse trabalho como mais um trabalho possível. Fala com muito orgulho do tempo que tem de “batalha”. Durante a entrevista, chama uma colega de quadra, que iniciou na mesma época e ficam juntas tentando fazer um cálculo de quantos anos faz que iniciaram o trabalho. No final, chegam ao consenso de que estão há 21 anos trabalhando como profissionais do sexo.

Essa postura se opõe a alguns discursos morais sobre a prostituição, em que as prostitutas são postas como vítimas das circunstâncias, como se não tendo mais nenhuma outra alternativa de trabalho e de renda, foram obrigadas a fazer esse trabalho. Nair posiciona-se muito claramente contra essa vitimização:

Eu tive oportunidade de trabalhar no escritório, mas eu disse nem pensar, então eu já tive oportunidade de fazer outras coisas, porque eu acho que a gente tem que fazer o que gosta daí não causa sofrimento! É que nem ser prostituta, se tu não gosta do que tu faz, então não faz. Porque tu vai ficar sofrendo? Porque tu vai fazer uma coisa que tu vai estar te sentindo mal? É o preconceito, é discriminação. Estigma: tu vai sofrer, porque a pessoa sofre muito. Então no momento ou tu assume o que faz e diz sou prostituta, fala sem ter problema nenhum que daí tu não vai sofrer, é a mesma coisa que contar pros filhos. Chegar em casa ter que olhar pra cara dos filhos e mentir? Ou tu conta ou sai da profissão, ou tu muda de profissão, é mais fácil de viver assim e tu não sofre, por isso que eu digo, eu não sofro, não tenho sofrimento porque eu assumo o que eu faço (NAIR).

No relato de Lisete, as exigências do trabalho tomam outros contornos. Lisete expressa uma dupla discriminação. Num primeiro momento, a mulher se encontraria em desvantagem em relação ao homem pela sua capacidade de procriar e quando essa função já está encerrada (pela ligadura ou pela menopausa) entra em vigor a questão da idade, que a desqualifica perante os/as mais jovens:

Pela idade, pela idade, depois de certa idade a coisa complica muito pra mulher. Muitos não querem as mulheres porque vão ter filhos, né, depois tem o seguro, a licença maternidade. Isso é uma coisa que pesa muito pra mulher... Quando eu estava na época, antes dos 40 sim, agora não porque agora eu já estou, fiz até ligadura, não tenho mais problema nenhum. Mas a dificuldade da mulher conseguir trabalho, a maior dificuldade é por ela engravidar, eu acho que é isso. Dão preferência pra os homens porque não engravidam. (LISETE)

Uma característica presente na trajetória de vida de Lisete e que não é incomum nos relatos é o fato do emprego ainda ser um objetivo a ser buscado pelas trabalhadoras. Apesar das negativas na busca de trabalho e da incompatibilidade com o perfil de trabalhadora que está sendo buscado no mercado, as mulheres mantêm a carteira assinada como um norte, sempre associada a estabilidade e a resolução dos problemas:

Depois não consegui mais trabalho com carteira assinada e estou só fazendo faxina, mas estou esperando a oportunidade pra trabalhar de carteira assinada de novo. Estou esperando me chamarem. (LISETE)

Na trajetória de vida de Lisiane, essa busca por um trabalho de carteira assinada também se fez presente. No entanto, diante das diferenças que percebia na forma como era aceita ou não no mercado e nos movimentos sociais, Lisiane passou estrategicamente a utilizar a rede de entidades ligadas ao movimento como campo para a busca de trabalho:

Porque quando eu decidi que bom eu vou sair do, eu vou me desvincular da Ong e vou procurar um serviço assim, normal, vamos dizer formal, foi uma dificuldade, nunca consegui nada, emprego formal de carteira assinada, que eu pudesse, não. Aí eu digo bom, aí amadureci, fiquei aqui um tempo e disse sabe de uma coisa eu vou procurar um serviço formal dentro da minha área, das instituições anormais. E aí eu comecei a falar para as pessoas que eu conheço, olha eu estou procurando. (LISIANE)

Desde o início Lisiane não aceitou participar da ong como voluntária, porque precisava muito de uma renda. Quando surgiu, então um projeto em que recebia um auxílio

financeiro pelo trabalho, começou a sua atuação. Hoje, praticamente toda sua renda está relacionada com a participação no movimento social, seja pelos projetos diretamente relacionados a essa ong, seja pelo trabalho formal que conseguiu por contatos que fez nos movimentos. A utilização dessa rede para geração de renda representou um processo não muito óbvio na sua trajetória de vida. Como seu principal objetivo sempre foi um trabalho formal – emprego com carteira assinada, Lisiane tinha uma busca ativa para conseguir. No entanto, não se encaixava no perfil das vagas e entende que isso estava sempre relacionado com a sua condição de mulher, mãe de três filhos, gorda, negra, pobre e sem muita escolaridade e experiência:

*A diferença é essa, porque quando tu entra no movimento social isso é mais light, porque? porque eles não te cobram tanto isso né. Mas já em compensação o trabalho formal, que sempre foi essa minha meta, ter um trabalho formal com carteira assinada, INSS, isso aí para mulher é um terror. Porque aí chega lá uma mulher gorda, com três filhos, já vai salário família, já vai não sei o quê, sem contar que fica menstruada né, já não pegam. Então eu experimentei muito de fazer ficha, aí passar nas entrevistas e aí quando chegar na vez de pegar, de ir pegar a vaga que daí tu já vai direto para quem contrata, de dizer não, não, mas acho que o fulano se enganou **porque tu não preenche os requisitos**, só não preenche os requisitos porque ele está vendo quem sou eu. E aí vem aquela coisa do preconceito velado, então acho que tem muito disso e ainda tem. (LISIANE)*

A estratégia encontrada por Mara para se inserir em alguns trabalhos é tentar dar conta, adequando-se as exigências. Essa estratégia foi o que lhe impulsionou há alguns anos a retornar aos estudos, podendo posicionar-se de forma diferente no movimento social. O fato de estar fazendo graduação foi um aspecto bastante ressaltado na entrevista. Essa fala talvez tenha tomado essa dimensão pelo fato dessa entrevista especificamente ter sido realizada na universidade, diferentemente das outras.

Além disso, esse retorno representou uma mudança importante para sua vida que como ela mesma diz, há alguns anos atrás, era “semi-analfabeta”. Tal busca foi impulsionada por uma situação muito forte relatada por ela, quando foi excluída de um projeto de segurança pública que ajudou a estruturar:

Essa equipe se reuniu e disse que eu não poderia estar nessa próxima etapa, porque o meu nível de estudo era muito baixo. Ta aí me deu uma coisa, porque pra montar o projeto, dar todas as informações do bairro eu servia, o projeto era um sucesso,

como agora, pra ganhar um salário, entendeu, e ficar talvez mais um ano ou dois anos eu não podia? Não teve explicação. Bom, eu desci os 9 andares daquela reunião pela escada, as lágrimas correndo de raiva e sem entender muito, mas foi bom, eu pensei comigo, eu vou voltar a estudar e nunca mais ninguém poderá dizer que eu não posso ficar num lugar porque eu não tenho estudo. Eu senti discriminação por falta de estudo. Isso eu já senti. Por questão de gênero, de ser mulher, não. Senti por não ter estudo, estar nos espaços com Graduados e eu não tinha nada. (MARA)

Aí também se visibiliza um aspecto importante nesse trabalho com os movimentos sociais e políticas públicas, como um lugar de embate e disputas, onde se colocam teoria e prática como coisas distintas e onde hora se valoriza um pólo e hora outro. Tal disputa aparece quando Mara conta sobre a sua faculdade: *“Cada disciplina a gente vai discutir eu fico linkando o que deu certo, o que deu errado, a teoria é importante também, bah, mas a experiência também” (MARA).*

De forma geral, em alguns desses relatos poderia identificar características que Castel (1998) atribui aos “supranumerários” – “pessoas e grupos que se tornaram ‘inúteis para o mundo’ diante da atualização das competências econômicas e sociais” (CASTEL, 1998, p. 32). Nesse sentido, são trabalhadores descartáveis, não servem nem para serem explorados - para isso, suas competências precisariam se converter em valores sociais. Representam o “déficit de lugares ocupáveis na estrutura social – entendendo-se por lugares posições às quais estão associados uma utilidade social e um reconhecimento público” (CASTEL, 1998, p.529)

Entendo que se os “supranumerários” forem tomados como uma categoria, nenhuma das participantes a ela se filiará. Todas trabalhadoras que fizeram parte do estudo estavam de alguma forma inseridas em relações de trabalho, algumas mais informais, flexíveis e/ou precárias, mas todas possuíam atividades que lhe possibilitavam um sentido de utilidade – validação social. No entanto, introduzi essa discussão porque algumas características dos enunciados que estabelecem um modo de ser trabalhadora apontam para um processo que, no extremo poderia colocá-las nessa posição (supranumerárias). O desvio dessa rota só é possível através dessas diferentes estratégias (retomada da escolarização, utilização do movimento social como forma de validação social e ou como rede para inserção mais formal no trabalho).

3.3. Enunciados conformando relações entre trabalho e renda

3.3.1. “A gente não ganha em dinheiro, mas a gente ganha muita experiência” –

Trabalho e(m) movimentos sociais

No relato de algumas mulheres, em especial aquelas vinculadas a movimentos sociais e organizações não-governamentais, surgiu de forma bem definida a importância desse trabalho, em muitos casos não remunerado, como uma alternativa de integração social e de consciência política. Nesse sentido, cabe uma reflexão das diferenças nos discursos que atravessa essa atuação daqueles que conformam o que consideramos até então o trabalho.

Retomando alguns aspectos da discussão anterior sobre a centralidade/importância do trabalho na vida social, podemos pensar que lugar ocupa essa questão da participação das mulheres nos movimentos sociais dentro dessa discussão. Esse pode ser considerado um trabalho, mesmo quando não garante uma renda para essas mulheres? Será que essa ampliação do conceito de trabalho não funciona apenas como um paliativo para dar conta da escassez de vagas de trabalho remunerado?

No relato de Lisiane, há um posicionamento muito claro em relação a sua atuação em ONGs e nos movimentos sociais. Apesar do entendimento e da utilização dessa rede bastante ampla representada pelas instituições que estão ligadas ao movimento social, não atribui a algumas atividades o valor de trabalho. Essa desqualificação parece estar relacionada com certa “colagem” que ela faz associando trabalho somente às atividades que acontecem na forma de emprego formal, desconsiderando qualquer outra.

*Aqui ganhava uma ajuda de custo mensal para fazer pesquisa, depois a pesquisa terminou, daí veio outros projetos e fui indo e estou aí. Só que eu sempre tinha essa visão, na ONG, por não ter nada fixo **eu não considero isso aqui como um trabalho**, mesmo que eu tenha que vir aqui, tenha horário, atividades, para mim não é um emprego formal ainda. Aí esse ano aconteceu de eu conseguir lá, porque daí*

para mim é um emprego formal, eu tenho hora para entrar, eu tenho hora para sair, eu tenho hora para entrar, tenho seguro, tudo, saúde, então para mim isso é um emprego.(LISIANE)

Para Lisiane, tanto a atuação na ONG, quanto o seu emprego lhe garantiam uma renda. No entanto, a inserção informal e inconstante, através de projetos sociais não lhe garantiam o acesso a rede de proteções sociais disponíveis apenas nos trabalhos regidos pela CLT. Para ela essa é a diferença entre o que pode ser considerado trabalho ou não.

Um fator interessante, pensando nas participantes vinculadas aos movimentos sociais, é que Lisiane era a única que estava num emprego formal (CLT) e que só foi alcançado através do próprio movimento (conforme discutido anteriormente). De alguma forma, posso entender que essas mulheres, por diferentes razões ou critérios⁴⁰ estão inseridas de forma mais instável e informal no mercado. Nesse cenário, onde o laço social através do trabalho se mostra mais frágil, os movimentos sociais podem se tornar uma alternativa interessante de integração social, mesmo que não seja necessariamente uma forma de renda estável, mas pela possibilidade de conectar-se a uma rede e pelo fato de despertar para consciência política que as posiciona de maneira diferente no jogo social.

Posso, então, entender a atuação no movimento social, mesmo no caso de uma participação não remunerada, como também fazendo parte do universo do trabalho? Pensando numa reflexão de Meda (1998), essa resposta seria negativa. Como nos propõe essa autora, não basta ampliar a categoria de trabalho, por exemplo em função da falta de emprego:

Si no hay empleos para todos, pero todos deben tener derecho al trabajo y todos pueden hacer algo, basta(ria) com ampliar el campo de lo que se considera trabajo...se debería preguntarse más bien qué otros caminos pueden llevar a los individuos hacia la sociabilidad, la utilidad social e la integración, cosas que el trabajo ha podido y puede proporcionar, pero ya no de manera exclusiva... reducir el peso del trabajo e permitir que puedan desarrollarse aquellas actividades que sean fuente de autonomía y de cooperación, aun siendo radicalmente ajenas a las lógicas del trabajo. (MEDA, 1998, p.237).

Nesse sentido, a autora propõe “desencantar” o trabalho e, ao fazê-lo, refinar o olhar para esses outros espaços de sociabilidade e integração social. Mesmo porque, dentro da

⁴⁰ Essas “razões” são discutidas anteriormente na parte: Modos de invalidação social.

esfera do trabalho, existem certas lógicas que não cumprem essas funções integradoras.

A importância de incluir a reflexão dessa autora não está na necessidade de responder definitivamente se a atuação dessas mulheres no movimento social trata-se ou não de trabalho. É importante, sim, posicionar essa atividade como atrelada a outros discursos, diferentes, por exemplo, do discurso neoliberal que legitima enunciados de estímulo à produtividade, à competitividade e à individualidade. Já os enunciados que encontro nos relatos, e que configuram esses modos de trabalhar em ONGs e movimentos sociais apontam para a diversidade, para a consciência da cidadania, para a importância da participação, para uma maior liberdade de pensar, para a solidariedade.

No relato de Lisete, está presente um grande conhecimento sobre o movimento de mulheres, as etapas e instâncias envolvidas na elaboração de uma política, nos encaminhamentos possíveis para cada questão, enfatizando a importância da participação política. Fala de forma muito enfática e com uma posição muito clara sobre os direitos das mulheres, por exemplo, em relação ao tema do aborto (estava com uma camiseta pró-aborto), mesmo isso sendo contra a posição da sua religião.

Para ela o que parece ser uma questão relevante em sua vida hoje é como conciliar um trabalho remunerado (hoje tem apenas um “bico”) que lhe dê mais renda com o trabalho voluntário no movimento de mulheres, que para ela também está impregnado com uma preocupação em ajudar o próximo. Explica um pouco isso quando fala sobre a importância do trabalho em sua vida:

*Todos são muito importantes. O voluntário, que a gente tá ajudando outras pessoas que precisam e o outro que pelo menos uma rendinha pra semana eu tenho que ter pra me manter, né e pra ajudar em casa também... Não deixo de participar, mesmo que não tenha renda eu vou igual, **a gente não ganha em dinheiro, mas a gente ganha muita experiência** e muitas coisas que ficam pro resto da vida, né. As experiências e um monte de coisa que a gente cria, cresce, assim, indo voluntariamente. (LISETE)*

Para Raquel, a atuação no movimento social é justificada pela possibilidade de fazer com que outras pessoas não passem pelas situações que ela vivenciou, principalmente

relacionadas à violência:

Eu acho que o que é mais relevante, eu acho, acho que tem pessoas que sofrem abuso, sofrem violência, depois de um tempo elas praticam com outras pessoas e justificam isso no passado... Ah porque eu sofri violência. Comigo foi ao contrário. Justamente por eu ter passado por isso que eu tento impedir que outras pessoas passem por isso através da Ong. Através do curso que a Ong pode me proporcionar, são espaços que eu posso estar orientando qualquer tipo de mulher, seja ela uma faxineira, seja ela uma médica, a orientação que eu vou dar é a mesma.(RAQUEL)

A história de violência começou na infância, mas intensificou-se quando saiu da casa da avó para morar com o companheiro. Sofreu violência constante desse companheiro, por mais de dois anos. Relata que no intervalo de sete dias, foi cinco vezes para o hospital. O ciclo de violência só terminou quando, por ter ameaçado seu filho, Raquel revidou.

Eu dei as facadas, fui na delegacia e eu disse, eu dei e coloquei o dedo na cara do delegado e disse muitas vezes eu vim aqui te pedir socorro e tu riu da minha cara. Agora está lá. Se ele morrer eu vou para cadeia, mas teu nome vai sair no jornal e eu vou ter que citar e eu vou ter que citar...Teve momentos em que eu perdi emprego de aparecer com a cara marcada e ninguém entendia. E as pessoas que percebiam não me apoiavam, nunca me apoiavam. A vítima sempre é a sem vergonha... Sempre que eu ia na delegacia riam de mim. Para que eu vou lá, pagar mico. Não tinha um vizinho que me apoiasse. Não tinha um pai, não tinha uma mãe, não tinha um irmão que me apoiasse. (RAQUEL)

Nesse sentido, a participação de Raquel em ONGs e instâncias do movimento de mulheres possibilita que ela seja esse apoio que ela não encontrou quando estava numa situação de violência. Apesar da situação de violência doméstica ainda produzir marcas sociais (mascarada em alguns contextos e tomada como responsabilidade da mulher), Raquel falou abertamente na entrevista, mesmo essa tendo sido feita no local de trabalho. A entrevista foi feita na sala de espera/entrada de uma organização política, com certa circulação de pessoas e foi marcada por interrupções.

Essa característica que poderia inibir a participante, não teve esse efeito. Raquel fez questão de falar sobre essas situações, atravessada pelos discursos de afirmação de direitos da mulher, que ultrapassam a sua própria situação. Penso que essa abertura em falar dessas situações parece ser possível pelo fato de estarmos no espaço de um partido de contestação, engajado em algumas questões sociais, inclusive na questão dos direitos da mulher.

Em relação a esse trabalho que tem agora, Raquel coloca-o como um trabalho ideal.

Ele hoje contempla a participação nos movimentos sociais, através da atuação partidária e a dimensão financeira, pois consegue ter uma renda fixa mensal para o trabalho. No entanto, alerta para o risco dessa atividade, por estar diretamente ligado a uma concepção política:

Esse trabalho que eu faço é o ideal... até que eu não comece a me incomodar... Não deixar eu falar o que eu penso. Essa história de estar ligada a um partido político, tu tens que obedecer a linha do partido, seguir o raciocínio e não a tua e eu não sou partido. (RAQUEL)

Nessa fala fica muito clara também uma tensão existente em diferentes discursos que circulam nos movimentos sociais e que são conflitantes entre si. Também nesses espaços há um modo de pensar considerado mais adequado, principalmente dentro de um partido político que possui algumas diretrizes mais fixas e precisa ser coerente com ela.

Nesse sentido, o contato com discursos que legitimam os direitos humanos, os direitos da mulher, também produzem novos modos de ser e de pensar. Há a possibilidade de transformação de algumas noções anteriores, baseadas em discursos morais de do senso comum. No relato de Nair, essa mudança foi importante para que pudesse entender o trabalho na prostituição, sem o peso do discurso moral, como um trabalho possível. Não é igual a qualquer outro porque ainda carrega essa marca social. Antes de trabalhar como prostituta, Nair também assumia esses mesmos discursos que desqualificam esse trabalho:

Eu também era dessas que passava na Voluntários e pensava, meu deus essas mulheres não tem o que fazer da vida, que vergonha, eu pensava, passava pro outro lado da rua, mas depois eu também estava lá e a gente vai conhecendo, o porque de cada um estar ali, né. Tem umas que gostam, tem umas que gostam mesmo, tem que gostar, porque se não, não ficam, mas tem umas também que estão ali sem gostar, é o mesmo que trabalhar, quanta gente que trabalha no que não gosta, mas tem que trabalhar por causa do dinheiro, tem que ter dinheiro, se obriga, né, vai a tal ponto que tu te obriga, nos dias de hoje, mesmo que tu não gosta, mas tu tem que fazer e na profissão de prostituta a mesma coisa.(NAIR)

Desde que começou a trabalhar como profissional do sexo, Nair participa de movimentos sociais. Inicialmente de forma mais esporádica (reuniões, oficinas), e centrava-se na prevenção da aids e no posicionamento contra violência policial. Atualmente, atua através de uma Ong, com projetos financiados por diferentes órgãos, centrados na prevenção de DST/aids, promoção da cidadania, redução de danos, etc. Hoje, Nair tem duas fontes de

renda, o trabalho como profissional do sexo e o trabalho nos projetos da Ong, conforme conseguem os financiamentos.

Essa instabilidade na renda que provém da atuação no movimento social também é sentida na trajetória profissional de Joana. Além disso, Joana não ocupa nenhuma função permanente na Ong, mesmo que haja alguns projetos com financiamento, não há garantia de que ela conseguirá trabalhar em algum desses. No momento da entrevista, Joana não estava atuando em nenhum projeto, o que significa que não recebia nenhuma remuneração pelo trabalho. Apesar disso, conseguiu, através da sua inserção nessa instituição, uma bolsa integral que permite que ela curse a faculdade. Para manter a bolsa de estudo, ela precisa estar atuando como voluntária na Ong, algumas horas por semestre. No entanto, a relação com esse trabalho não passa apenas pelo retorno financeiro ou através da bolsa, mas por um envolvimento com a “causa”:

Era, eu gostava do trabalho, sempre gostei, tanto é que eu fiquei direto aqui, não estou aqui agora porque eu fiz este curso de manicure e estou trabalhando no salão, mas eu estou sempre aqui né , estou direto aqui....gosto do trabalho daqui, acho sério, acho importante pra sociedade, sabe, conhecer, saber o outro lado da prostituição, não só aquele que eles vêem na rua, eu acho bem legal, eu gosto de trabalhar... era legal, eu gostava, defendia a causa com unhas e dentes, Deus me livre se alguém falar de uma prostituta perto de mim. Até hoje, mas era bem legal assim eu gostava bastante (JOANA).

Tal questão aparece de diferentes formas, em alguns relatos a participação em movimentos sociais é tomada como uma complementação da atuação profissional, ou vice-versa (no caso daquelas que conseguiram um trabalho através do movimento), em outros relatos essa questão aparece como um problema, pela dificuldade de conciliar o trabalho remunerado e a participação nos movimentos. Mas posso reafirmar que em relação à função de integração, a participação nos movimentos sociais se mostra útil, seja indiretamente, proporcionando uma rede de inserção social, que gera trabalhos, seja diretamente por possibilitar uma mudança no modo como essas mulheres conseguem se posicionar socialmente.

3.3.2. “Tu trabalha onde tu ganha mais”

Falar sobre trabalho e renda pode parecer redundante, tendo em vista que o conceito de trabalho que tomamos para esse estudo era especificamente aquele que possibilitava a geração de renda. Entretanto, parece ser importante tecer algumas considerações sobre enunciados que surgiram nos relatos e que articulam trabalho e renda, pensando através deles os discursos que os legitimam e que servem como parâmetro para a avaliação de sucesso ou fracasso profissional.

De forma geral, nos relatos essa questão surgia associada a alguma escolha profissional. Quando essas trabalhadoras se vêem diante de mais de uma oportunidade de trabalho, com diferentes possibilidades de renda, surgem diferentes enunciados que sustentam essa escolha.

Na trajetória de vida de Débora, essa escolha aconteceu impulsionada pela maternidade. Mesmo abrindo mão de um ganho fixo, num local onde cumpria uma carga horária bastante rígida e extensa, preferiu colocar-se como autônoma para ter possibilidade de organizar seus horários e ter mais tempo com a filha:

Então o ano passado, assim, era muito complicado, eu queria ter uma flexibilidade maior, eu queria fazer o meu trabalho, mas eu não queria ser obrigada a estar lá, entendeu? Ela estava crescendo e tinha coisas que, puxa, eu não via. E eu comecei a me cobrar muito isso. Mas eu ponderei muito, também, porque, claro, financeiramente pra mim era ótimo esse local e me pesou muito isso aí, muito. Até que chegou o final do ano e eu pensei, vou dar prioridade agora pra minha vida, financeiramente a gente vai dar um jeito, eu vou continuar trabalhando, eu nunca quis, nunca tive a intenção de parar de trabalhar, nunca. (DÉBORA)

Débora se coloca no limite entre ser uma pessoa considerada produtiva – e aí se coloca a idéia de que a produtividade restringe-se ao trabalho – e a vontade de estar presente ativamente na vida de sua filha. Atravessam aqui os discursos do trabalho e da maternidade, fazendo com que a escolha de trabalho não seja regida unicamente pelo discurso econômico.

Descentralizar a questão econômica da escolha do trabalho, atentando para outros

aspectos, parece ser um movimento semelhante ao presente no relato de Janete. Ela faz uma análise do trabalho no serviço público e em empresas privadas, desviando do discurso financeiro, salienta as vantagens e flexibilidade que há na empresa pública. É necessário legitimar a escolha ou permanência em algum local de trabalho, através do discurso econômico ou de vantagens para que a trabalhadora encontre uma satisfação em estar trabalhando:

Eu vejo que a gente ganha pouco, mas eu vejo que a gente tem umas outras vantagens, os horários a gente pode jogar com os horários e num particular tu não pode. Então se eu não me sinto feliz onde eu estou trabalhando, eu acho que eu tenho obrigação, assim oh, respeito comigo mesmo de procurar um outro lugar. (JANETE)

No relato de Iara, o discurso econômico define boa parte das possibilidades de escolha profissional. Em vários momentos que trocou de local de trabalho, justificava a troca dizendo: *“Tu trabalha onde tu ganha mais, sempre pensei isso” (IARA)*. Sente-se desvalorizada profissionalmente pelo fato de trabalhar na área da educação

Ao longo de sua trajetória profissional percebe nitidamente o quanto a sua profissão foi sendo financeiramente desvalorizada. Relata que quando começou a trabalhar ganhava muito, pagava faculdade e ainda sobrava bastante dinheiro, hoje se continuasse trabalhando na educação como empregada não teria rendimento semelhante. Da mesma forma os pais, durante sua vida, conquistaram muitos bens e sempre conseguiram ajudar financeiramente os filhos trabalhando, os dois, nessa área.

Essa questão econômica foi um dos motivos que levaram Iara a montar seu próprio negócio. Hoje, permanece na área da educação, mas como uma empreendedora, gerenciando o seu negócio e podendo com isso, ter um ganho maior: *“Essa questão de ganhar dinheiro, sempre foi, de poder crescer, porque educação não tem como crescer muito” (IARA)*.

Essas falas de Iara associam-se a um enunciado que define que só tem sucesso (só é bem sucedido) quem ganha bem. Nesse sentido, ao longo da sua vida profissional, fez um importante esforço (montando sua própria empresa) para conseguir maiores rendimentos, sem

precisar trocar de área de atuação. Apesar de ressaltar vários aspectos que considera relevantes para um trabalho que lhe seria ideal, Iara associa diretamente o valor do trabalho a renda que dele provém, por exemplo, quando fala das possíveis diferenças entre a sua carreira na educação e a carreira do irmão, na área de engenharia:

Porque se tu for pensar assim entre a profissão que eu escolhi e a profissão que meu irmão escolheu, a chance de ele ser bem sucedido, se ele trabalhar bem é muito maior do que a minha, na engenharia. (IARA)

Pesa nesse enunciado (só é bem sucedido quem ganha bem) a importância atribuída ao dinheiro hoje. Atravessado pela lógica da satisfação pelo consumo, que permite a quem tem dinheiro o acesso a diferentes produtos e a partir dos quais a pessoa passaria a ter maior prestígio social.

Tal jogo social onde a renda define uma posição social hierárquica, inclusive dentro da família (Iara em relação ao irmão) também parece estar presente na relação de Michele com o companheiro. Há uma desvalorização muito grande em relação ao trabalho que o mesmo exerce. Penso que vários fatores podem estar implicados nessa hierarquia que se estabelece dentro do casal, mas um parece ser fundamental: a renda de Michele representa 90% da renda familiar, além da renda do companheiro ser baixa, também é bastante variável conforme os meses, constituindo uma diferença considerável quanto ao que cada um pode contribuir.

Essa desvalorização se configura de diferentes formas. Ela está presente no modo como assume a maternidade, por exemplo, ressaltando o valor dos filhos (até da cadela), dizendo que agora, seu companheiro ficaria em quarto lugar nas suas prioridades. Mas na maioria das vezes vem associada à diferença entre a sua estabilidade e a instabilidade financeira dele. Refere isso quando da decisão de ter um filho. A escolha é sua, e é possível pela sua condição/independência: *“Eu quero ter um bebê o bebê é meu, a vontade é minha... não sei se isso é independência, teimosia ou egoísmo, mas em algumas coisas eu assumo e de fato por minha independência”*. (MICHELE)

Chamo atenção para essa relação feita pela participante, entre trabalho, renda e

independência, autonomia, pela possibilidade de entender o quanto essa relação constitui formas de poder. Não estamos falando somente do trabalho, mas do trabalho que garante certa renda e com isso lhe permite determinados posicionamentos.

3.4. “Eles são muito mais práticos” Marcas de gênero

Proponho aqui uma reflexão sobre as relações entre gênero e o trabalho. Ao mesmo tempo em que faço essa proposta me questiono porque essas questões não apareceram no capítulo anterior, quando falava da maternidade. Penso em duas hipóteses que se complementam. A primeira hipótese é que essas questões de gênero ficam invisibilizadas no campo da maternidade pela naturalização com que a tarefa é colocada para a mulher. A segunda hipótese é que pela história do trabalho no Brasil, através do familismo que marca posições de mulher e de homem, a mulher trabalhadora em si já nos colocaria questões e ressignificações de gênero de forma mais explícita – “O trabalho dignifica *o homem*” (ditado popular).

Parto aqui para uma reflexão sobre como são enunciadas essas diferenças entre homens e mulheres, de forma mais explícita nas relações de trabalho, mas também presente nas relações parentais ao assumirem tarefas diferenciadas. Não tenho intenção de estudar questões de feminilidade ou masculinidade, mas pensar como os enunciados produzem essas noções e através delas estabelecem lugares para mulheres e homens em relação ao trabalho ou a parentalidade. De forma geral, identifico um enunciado recorrente que justifica algumas diferenças entre homens e mulheres no trabalho por atribuir a homens e mulheres naturezas diferentes, como se fossem inerentemente constituídos diferentes.

Esse enunciado está presente na fala de Michele quando questionada sobre o fato de

no seu setor todos serem homens. Em relação a sua área de atuação, há uma predominância masculina, sentida desde os tempos de faculdade e confirmada agora no seu setor. Apesar disso, quando comenta sobre essas diferenças, Michele refere uma preferência por trabalhar com homens. Associando a masculinidade à objetividade em resolver as questões do trabalho:

Mulher é muito mais chata.... muito mais chata, eles são muito mais práticos, muito mais práticos. Não tem frescura, muito mais direto, com certeza. (MICHELE)

No entanto, quando se coloca como trabalhadora Michele se reconhece como uma pessoa também bastante prática. Essa praticidade não é sentida em casa, quando é solicitada como mãe:

Mas eu sou pratica no meu trabalho, com ele e com os meus filhos, as vezes eu sou meio enrolada, não consigo ser tão pratica, não consigo separar as coisas quanto eu faço aqui, entendeu? Até hoje com as crianças e tal, as vezes, aquela coisa de mãe. (MICHELE)

Penso que essa diferença pode ser pensada como um efeito dos enunciados que constituem cada espaço. No trabalho, as características associadas à área de tecnologia (onde atua) são: a objetividade, o raciocínio lógico, etc. Já em casa, assumindo a maternidade e o cuidado com os filhos, não são essas características que são valorizadas, mas aquelas relacionadas com os enunciados de cuidado, afeto, dedicação, etc.

Esses enunciados são sustentados em discursos que produzem dicotomias: razão x emoção, público x privado, alma x corpo, produção x reprodução, homem x mulher. Tais discursos legitimaram historicamente o que se chamou de divisão sexual do trabalho e estabeleceu uma hierarquia, onde o primeiro pólo (razão, público, alma, produção, homem) recebeu maior valor social.

No relato de Iara, quando fala do valor do trabalho para a família, essas oposições binárias se fazem presentes. Relata que num momento da sua vida, o esposo perdeu o emprego e como ela continuava trabalhando, ele ficou em casa cuidando da filha. Essa não era uma situação tranqüila, por não estar de acordo com o que socialmente era para ele entendido como coisa de homem e coisa de mulher:

Só que essa situação, é uma situação muito complicada para nós. Acho que para ele também no sentido que ele não se sentia útil, ele achava que ele tinha que trabalhar. Porque ele vem de uma concepção de que a mulher tem que ser dona de casa. (IARA)

Já no relato de Denise, apesar de falar conforme esse enunciado, onde as posições masculinas e femininas são fixas e tomadas como efeitos das diferenças “naturais” entre homens e mulheres, há uma preocupação em dar o mesmo valor a cada um dos lados que compõem essa binaridade:

Tem a função da casa que, ah, tu não vai deixar o marido lavar a roupa, até sabe colocar na máquina, mas enfim eu acho que os cuidados com a casa tu acaba tendo que ter... faz porque é mais jeito de mulher, eu acho que a mulher pra algumas coisas tem mais disponibilidade, como o homem tem mais disponibilidade pras outras coisas. Se tu for pensar na formação do filho é indispensável tanto homem quanto mulher, ã, tanto pai quanto mãe. Se for pensar no trabalho de, de escola tem coisas que só os homens conseguem fazer. Não que as mulheres não possam fazer algo de peso, de pintura, tu vê isso, né. Quem vem pintar a escola? Geralmente, é um homem. Então, ou o administrador, geralmente, tem um homem, o eletricitista, geralmente é um homem. Então, eu acho que são coisas que são destinadas pra homens e pras mulheres e pra mulher, mas eu acho que tem que valorizar da mesma forma, eu acho que não tem quem é melhor, quem é pior eu acho não é quem é mais, quem é menos, eu acho que a sociedade já foi titulando isso é coisa de homem, isso é coisa de mulher. (DENISE)

Apesar de amenizar esse enunciado dizendo que essas fronteiras não são, de maneira nenhuma, rígidas, a todo momento essas fronteiras são reiteradas, tanto em relação a divisão de tarefas na sua casa quanto nas atividades relativas ao trabalho remunerado, buscando também uma valorização das características atribuídas ao feminino. Essa estratégia é parte de enunciados de certa perspectiva de gênero, que fundamentou algumas ações do movimento feminista, onde há a confirmação das diferenças sexuais ao mesmo tempo em que há uma tentativa de valorização das características femininas.

Essa reafirmação de algumas características como sendo naturalmente femininas ou masculinas marca em especial as questões da maternidade e do cuidado infantil. Não é a toa que essa questão aparece tão forte no relato de Denise e aparecerá também nas falas de Iara (as duas trabalham na educação). Isso fica evidente no fato de Iara ter em sua empresa (da área da educação) só funcionárias mulheres. Esse aspecto não é incomum, principalmente na educação infantil, mas chama atenção a justificativa. Iara acredita que alguns pais, ou melhor,

mães teriam resistência se ela contratasse um funcionário homem para o trabalho direto com as crianças. Anteriormente a escola empregava um funcionário que fazia serviços gerais na escola e mesmo não tendo contato direto com as crianças, ele já era alvo de preocupação dos pais, que questionavam se ele limpava os banheiros, se as crianças podiam usar os banheiros enquanto ele limpava, etc. Falando abertamente, parece que, no caso de um homem trabalhar com crianças pequenas sempre há possibilidade de se levantar suspeita de abuso sexual. O mesmo nem se quer é levantado no caso das mulheres.

A forma como esses enunciados que constroem e (se) fundamentam (em) oposições binárias hierárquicas se exercem no cotidiano, estabelecendo relações de poder. Um aspecto dessas relações pode ser identificado na fala de Lisete ou de Lisiane quando relatam situações em que percebem que por serem mulheres têm menos possibilidade no mercado de trabalho:

Pela idade, pela idade, depois de certa idade a coisa complica muito pra mulher. Muitos não querem as mulheres porque vão ter filhos, né, depois tem o seguro, a licença maternidade. Isso é uma coisa que pesa muito pra mulher... Quando eu estava na época, antes dos 40 sim, agora não porque agora eu já estou, fiz até ligadura, não tenho mais problema nenhum. Mas a dificuldade da mulher conseguir trabalho, a maior dificuldade é por ela engravidar, eu acho que é isso. Dão preferência pra os homens porque não engravidam. (LISETE)

Outro desdobramento dessa forma de concepção do que é ser mulher e o que é ser homem, que naturaliza algumas características, é fazer com que ao avançar nessas fronteiras, seja necessário buscar uma legitimação para suas ações, provar ser capaz. Márcia por ocupar uma função gerencial, parece que se cobra uma postura muito mais adaptada às normas da empresa preocupada em não dar motivos para criticarem sua atuação profissional:

Mas no início assim, vamos tocar para ver como vai ser, vamos ver se ela vai continuar, como vai funcionar. Mas tu tendo firmeza, conhecimento, argumento vão te procurar. A Márcia consegue, a Márcia resolve. Não tem idade, não tem sexo. Tem que ser forte, seguro. Se demonstrar insegurança é pior. Isso é isso, isso é assim e tu tem que dar o exemplo. O exemplo é tudo, para os filhos, para os profissionais, não adianta tu dizer uma coisa e fazer outra. E quando errou, oh chubei bala, eu assumo, vamos lá. Olha eu não fiz isso que devia ser feito, então vamos pegar junto. A pessoa tem que se sentir segura que as pessoas estão pegando junto com ela"... Tem coisas que tu não vai te envolver muito, que tu não vai fazer. Tu vai até um limite só. Eu tomo muito esse cuidado, por ser mulher. Muitas vezes dizem aí mais uma guriazinha, mas eu digo, mas eu sou gerente, cheguei aqui, tenho competência, tenho condições e eu posso cumprir meu papel sim. Tem que ter uma postura, senão fica aquele oba, oba. Aquela mulher a gente pode enrolar ela. Então tem coisas que tem que ter essa postura e manter. (MÁRCIA)

Identificar e descrever alguns enunciados que conformam modos de ser homem e modos de ser mulher em relação ao trabalho ou ao cuidado com os filhos permite perceber o quanto essa produção é contingente. Situada a partir de relações de poder, define lugares considerados mais adequados e restringe as possibilidades de escolha.

Cabe aqui lembrar as relações entre sexo e gênero para Butler (2003), ou seja, “efeito de uma prática reguladora que busca uniformizar a identidade de gênero por via de uma heterossexualidade compulsória” (p.57); ou ainda, a univocidade do sexo, a coerência interna do gênero e a estrutura binária para o sexo e o gênero são sempre consideradas como ficções reguladoras que consolidam e naturalizam regimes de poder convergentes de opressão masculina e heterossexista⁴¹.

Ampliando essas noções, Butler (2003) propõe pensar as categorias de gênero para além da metafísica da substância, tomando como base as afirmações de Nietzsche, sustentando que não há identidade de gênero por trás das expressões de gênero. Seria então essa identidade a “performativamente constituída, pelas próprias “expressões” tidas como seus resultados” (BUTLER, 2003, p.48).

Nesse sentido não se nega a materialidade do corpo, mas muda-se de foco, buscando a “análise dos discursos, processos e relações que possibilitam que sua biologia passe a funcionar como causa e explicação de diferenciações e posicionamentos sociais” (MEYER, 2004, p.16). Utilizando os conceitos e ferramentas acima pretendemos compreender que essas posições de corpo, sexo, gênero e sexualidade sofreram historicamente uma colagem e posicionavam (posicionam) hierarquicamente os sujeitos. No entanto, tomaremos essas

⁴¹ Não trabalho aqui com a noção de um poder cristalizado, centralizado ou negativo, que algumas vezes está associada ao uso de termos como “matriz heterossexista” e “opressão masculina”. Pelo contrário, penso as relações de poder, como nos propõe Foucault, tendo em vista que elas atravessam os modos de subjetivação, não com um caráter de negatividade, mas como produtoras mesmas desses modos de ser. “(o exercício do poder) é um conjunto de ações sobre ações possíveis; ele opera sobre o campo de possibilidade onde se inscreve o comportamento dos sujeitos ativos; ele incita, induz, desvia, facilita ou torna mais difícil, amplia ou limita, torna mais ou menos provável; no limite ele coage ou impede absolutamente, mas é sempre uma maneira de agir sobre um ou vários sujeitos *ativos*” (FOUCAULT, 1995, p. 243-244).

posições de forma não essencialista ou naturalizada, abrindo também a necessidade de articular gênero com outros marcadores sociais que se fazem importantes como raça/cor, etnia, contexto social, religião, nacionalidade, etc.

4. VIDA DE EQUILIBRISTA? – RELAÇÕES ENTRE TRABALHO E MATERNIDADE

Segue agora uma reflexão sobre os enunciados específicos da articulação entre maternidade e trabalho. Digo “específicos”, porque nos capítulos anteriores, sobre maternidade e trabalho – analisados separadamente, essa articulação já estava colocada de diversas formas, mas considerei de fundamental importância ter um espaço para trabalhar as especificidades de cada uma dessas esferas. Então, aqui, retomarei alguns desses enunciados que explicitamente produzem diferentes formas de articulação nos modos como essas mulheres podem se reconhecer como mães e como trabalhadoras.

O título desse capítulo foi inspirado num livro que tem esse mesmo nome: “Vida de equilibrista: dores e delícias da mãe que trabalha” (TROIANO, 2007)⁴². Essa frase está de acordo com alguns enunciados que colocam o exercício dessas duas funções como um grande problema⁴³ para as mulheres. Se o trabalho e a maternidade separadamente, na forma como estão constituídos hoje, mergulhados em tantos enunciados que visam produzir modos específicos de trabalhar e maternar já são tomados como problema, não seria diferente a articulação dessas duas funções.

No entanto, de acordo com as reflexões anteriores, fica evidente que essa problemática é produzida por diferentes discursos que legitimam esses enunciados. Nesse sentido, tomar essa articulação como um problema é uma produção contingente, que tem como um de seus efeitos responsabilizar as mulheres pelo exercício dessas funções da forma como ela é legitimada – não se trata de qualquer modo de trabalhar ou qualquer modo de maternar.

Além disso, tratar a maternidade e o trabalho como um problema, é pensar também

⁴² Trata-se de um livro que expõe a articulação entre maternidade e trabalho como uma problemática contemporânea. Baseia-se numa pesquisa, semelhante a pesquisas de mercado, que visa compreender as questões dessa população (mulheres que são mães e trabalhadoras) para dar conta (ou talvez produzir) demandas que serão, partindo desses dados assumidas pelo mercado, criando produtos ou serviços.

⁴³ Utilizo especificamente aqui a palavra problema no sentido negativo atribuído a ela, como uma complicação, um entrave, um obstáculo a ser superado.

que a eles cabe uma “solução”. É nessa solução que se inscrevem as prescrições sobre o modo mais adequado de ser mãe e de ser trabalhadora. E nessa busca que se captura e se produzem modos de subjetivação específicos para as mulheres.

Numa análise genealógica, também posso pensar que isso tem um atravessamento de estrato socioeconômico importante. A presença feminina no mercado de trabalho já existia no familismo, mas estava circunscrita a funções consideradas femininas ou para trabalhadoras das camadas mais pobres, onde o imperativo da sobrevivência as impulsionava para o trabalho. Nesse sentido, é quando há uma maior inserção de mulheres das camadas médias da sociedade que essa articulação passa a ser tomada como um grande problema feminino.

Na fala de Raquel a construção histórica de diferentes enunciados que produzem no final da linha essa articulação como um problema feminino atual fica muito evidente através de alguns movimentos:

E que antes elas (a mãe e a avó) podiam sair para rua só para trabalhar. Hoje a gente tem que sair para rua para trabalhar, estudar, fazer curso, fazer especialização, fazer seminário, fazer isso, fazer aquilo. Antes era fácil, tu podia sair e deixar teu filho com qualquer pessoa, hoje não dá. Tu não sabe, porque pode ser um psicopata. Teu vizinho pode ir fazer um assalto e levar teu filho junto. Coisas que antes eu não, era mais fácil. Antes as mães aceitavam mais ficar com os filhos da gente. Hoje não, o que eles querem, elas querem ir para o bingo, para o baile da terceira idade, elas querem fazer isso, elas não querem mais.(RAQUEL)

Raquel então percebe as mudanças no mercado de trabalho, que exige uma qualificação constante, ao mesmo tempo em que cuidar de uma criança passa a ter regras mais rígidas, em função do medo da violência e da definição dos direitos da criança e do adolescente, ou ainda por haver uma oferta maior de entretenimento para mulheres mais velhas, fazendo com que o cuidado dos netos não seja mais uma atividade muito atrativa. É com esses movimentos que Raquel justifica a sua percepção de que hoje a articulação entre trabalho e maternidade se tornou mais difícil que na época da sua mãe ou da sua avó.

Apesar dessa construção social sobre cada uma dessas esferas parecer de certa forma tão intensa nos diferentes enunciados que conformam o trabalho e maternidade hoje, há relatos que colocam esse “problema” em questão. A sensação de que essa articulação não é

um grande problema em si, ou que é uma questão secundária na vida de algumas participantes esteve presente nas entrevistas.

Analisando mais detalhadamente essas falas podemos entendê-las na sua relação com as reflexões anteriores sobre as transformações do trabalho e da maternidade. No relato da trajetória de vida de Lisete, a articulação entre maternidade e trabalho não surge como uma questão importante. Talvez poderia pensar que essa característica estivesse relacionada com o fato de seus filhos serem independentes (conforme discutido anteriormente). Entretanto, não se restringe ao momento atual, fala também dessa forma do momento em que tinha os filhos pequenos:

Já tinha a mais velha, já tinha todos, quando eu comecei a trabalhar. A mais nova, que está com 22 agora, era pequenininha, daí a mais velha cuidava da pequena quando eu comecei a trabalhar. Cuidava dos irmãos.(LISETE)

Pensando genealogicamente, podemos compreender que também naquele momento a influência de um discurso científico psicológico sobre o desenvolvimento infantil, ou até mesmo um discurso jurídico sobre os direitos da criança não era tão intensa. Isso fica muito evidente na tranquilidade com que Lisete organizava o cuidado dos filhos mais novos (sendo que a pequena tinha 8 meses), pela filha mais velha que na época tinha 12 anos.

Claro que a idade dos filhos parece ser um fator importante. No caso de filhos mais independentes, maior a possibilidade dessa articulação ser tomada como tranqüila. Diminuem de forma considerável a intensidade dos enunciados relativos ao cuidado, ao diminuir a dependência dos filhos a suas mães. Elisabete fala do alívio que teve na troca de emprego pelo fato de ter um cuidado específico para a filha menor, que antes ficava com os irmãos maiores:

Mas agora não, agora eles ficam em casa, de manhã está os dois no colégio, de tarde está os dois em casa né, o guri e a guria. E essa aqui está na creche comigo. Ela vai e volta comigo agora. Então não tem o porque nós estar se estressando também. Porque antes era uma carga para eles também estar cuidando da pequena. Porque essa aqui querendo ou não ela é calminha, ela é quietinha mas de vez em quando apronta. Então agora está bom.(Elisabete)

Além das diferenças geracionais e de idade dos filhos, a possibilidade de exercer a maternidade e o trabalho, sem que a operacionalização dessas tarefas seja tomada como um

problema em si, está associada com os contextos sociais em que estão inseridas as mulheres. Para Lisiane a articulação entre a maternidade e o trabalho se torna possível também através da sua rede familiar e pela forma como está organizado o seu contexto, morando no mesmo pátio que sua mãe e suas irmãs. Além disso, posso pensar que a utilização dessa rede é permitida nesse contexto porque alguns enunciados sobre maternidade, que responsabilizam unicamente a mãe pelo cuidado do filho, não sejam tão intensos:

Agora minha irmã já está ajudando a criar os meus. Então na minha casa sempre tem gente que possa ficar com as crianças... Então a gente sempre se reveza com isso, mesmo que no final do mês a gente vai quebrar o pau de novo, mas é tranquilo assim com as crianças. Então elas sempre me ajudaram muito. (LISIANE)

De uma maneira geral a articulação entre trabalho e maternidade não está colocada como um problema no sentido de operacionalizar as suas tarefas em relação ao trabalho ou em relação aos filhos. Entretanto parece que a questão mais importante, para Lisiane está na impossibilidade de se reconhecer como mãe por não assumir a maternidade de acordo com um padrão mais ou menos esperado socialmente. Essa forma diferenciada de exercer a maternidade parece ser produzida através do seu engajamento social, que a faz se inquietar com as questões a sua volta e que incomoda muito fortemente a sua família, desautorizando-a perante os filhos.

Nesse sentido fica evidente o quanto essas esferas estão intimamente implicadas. Na trajetória de vida de Lisiane, seu modo de trabalhar – marcado por uma postura crítica, construída na sua participação nos movimentos sociais, produz um modo diferente de maternar – que também questiona alguns enunciados já naturalizados sobre o que é ser mãe.

4.1. “Quem tem filho trabalha diferente” – Maternidade produzindo modos de trabalhar

Outra face dessa mesma moeda é pensar o quanto à adequação a alguns modos de ser mãe possibilitam modos de trabalhar. Isso fica bastante claro para algumas mulheres que por terem sido mães depois de já estarem trabalhando, ressaltam uma grande mudança (na maioria das vezes entendida como uma melhora) na esfera profissional.

Eu acho que a gente muda, quando a gente se torna mãe eu acho que a gente muda muito, pessoalmente, eu acho que a maneira como eu atendo os meus clientes hoje é diferente de como eu atendia antes de ser mãe, a maneira como eu leio, como eu interpreto uma coisa é diferente, eu acho que eu mudei totalmente depois de ser mãe, eu acho que a gente fica, fica muito diferente, assim. Tu fica mais tolerante. (DÉBORA)

Essa mudança pode ser entendida pensando na intensificação de alguns enunciados sobre o que é ser mãe, como já trabalhei no capítulo específico. Isso também demonstra o quanto esses enunciados, para além de estabelecer um modo de maternar – vinculado à imagem de uma “boa mãe”, afetuosa e tolerante, características necessárias para um bom desenvolvimento infantil - passam a estabelecer um modo de se viver, nesse caso também um modo de trabalhar.

Esse movimento fica muito intenso no caso das trabalhadoras que desenvolvem atividades de cuidado infantil, seja na área da saúde ou na área da educação. Mesmo que, enquanto trabalhadoras já se posicionavam tomando como prumo enunciados sobre o cuidado infantil, parece que ao tornarem-se mães, tais enunciados tomaram uma proporção muito maior, produzindo um modo de ser muito mais identificado com essa função.

No relato de Denise, ela imaginava que seria mais fácil assumir a função de mãe pelo fato de trabalhar com crianças. Nesse sentido, a própria maternidade serviu para que pudesse ter outras formas de trabalhar. Esse outro modo de trabalhar com a criança a partir da vivência da maternidade continua marcado pelos enunciados que produzem um modo de ser mãe

marcado pela preocupação com o bem-estar infantil e pela tolerância, mesmo que no caso do trabalho, a tarefa seja colocada de lado:

Eu já vi forçar a comer... tu vai pensar duas vezes antes de fazer com o filho dos outros, por mais que tu queira, por mais que seja inconsciente, por mais que tu queira que ele se alimente, mas tu vai arranjar uma outra forma de fazer isso, do que colocar comida na boca, então, quando tu é mãe tu pensa nisso, tu pensa antes nas coisas que tu vai fazer em função do teu filho.(DENISE)

Na trajetória de Iara, que também trabalha na área da educação novamente aparece esse movimento – o tornar-se mãe como produtor de mudanças no trabalho.

Mas eu acho que mudou, foi minha vida, minha maneira de ver o mundo, trabalhar com meus alunos. Eu acho que nesse sentido assim mudou. Coisas que eu comecei a fazer com meus alunos que eu não fazia, no sentido assim de poder entender eles diferente.(IARA)

Penso que o tornar-se mãe está sempre sendo associado a uma pedagogia do cuidado, representada pela necessidade de docilização⁴⁴ que essas mulheres são incitadas a apresentar. Nesse sentido, sendo continuamente ensinadas a demonstrar seus afetos e essa demonstração, assim como a ligação afetiva que passam a ter com essas crianças, é entendida como a grande responsável pelo bom desenvolvimento infantil. A mudança necessária para se encaixar nesse modo de ser mãe estaria, então, relacionada também com uma maior afetividade no trabalho, principalmente naqueles trabalhos que lidam diretamente com criança.

Esse movimento traz consigo alguns efeitos importantes nos modos de subjetivação e podem colocar em evidência as próprias questões do trabalho. Na trajetória de vida de Aline, o tornar-se mãe, além de lhe possibilitar uma forma mais afetiva de trabalho (com crianças na área da saúde) lhe expõe ao fato de serem crianças em situação de doença o que gera um grande sofrimento, pois se irmana ao sofrimento dos pais:

No início eu chorei no trabalho e mudei, também. Eu sempre fui bem emocional, assim, bem afetiva com as crianças, eu sempre tive pena dos pais, que eu trabalho numa área que é um lugar bem difícil de trabalhar, que tem casos assim, que não tem como tu não te emocionar, que até a pessoa mais dura, digamos, acaba se emocionando e eu como sou uma manteiga, mais ainda. Eu notei que depois que a Manoela nasceu eu fiquei mais, assim, não sei se é agora no início, assim ainda. Colegas que já são mães dizem que melhora com o tempo assim, mas a gente se identifica muito, no início agora eu me identifico muito, quando morre algum nenê,

⁴⁴ Docilização no sentido dessas mulheres tornarem-se dóceis. Dócil (conforme dicionário on-line Priberam) significa submisso, obediente, flexível, maleável.

ver aquela mãe sofrendo. (ALINE)

Chega a tentar estabelecer uma regra quanto à chegada do filho e à mudança de uma postura profissional, de uma forma geral, também entre os colegas, mas quando pensa nos exemplos se dá conta que esse fator também é variável:

*Eu acho que até depende, eu acho que **quem tem filho trabalha diferente** de quem não tem filho, na minha área. Isso é uma coisa que eu cheguei a conclusão, mas também não é tanto assim. Eu acho que não, depende muito da pessoa, tem mulheres que são bem mais frias e mais, que vão lá e fazem doer a quem doer, se tem que fazer é assim que vamos fazer, sabe, mesmo tendo filhos, não interessa. Tem homens, por exemplo tem um colega meu que é um doce de pessoa. Ele não tem filho ainda, mas é um amor de criatura, então eu acho que não tem muita diferença, só que a mulher, tem várias médicas que depois que tiveram filhos ficaram mais assim, nessa coisa de conversar mais com a mãe, entender mais o lado da família, de tentar confortar mais a família. (ALINE)*

Em relação ao trabalho, a articulação com a maternidade parece fragilizar a atuação de Aline. Por um lado afirma que se tornou mais emocional e que isso parece ser interessante para que mantenha um vínculo afetivo com os pacientes e com os familiares. Consegue se identificar com as famílias e isso auxilia, pois mantém uma atuação bastante atenciosa, cuida para que os danos sejam minimizados para a criança, etc. Por outro lado, sente-se frágil com isso, refere que chega a sentir necessidade de sair para chorar quando faz algum atendimento mais difícil e espera que essa fase termine logo para que consiga trabalhar:

Eu sempre sofria assim quando eu via, por exemplo assim uma criança que está por morrer e a mãe vem e chora, aquela coisa, é normal assim, a gente fica emocionado. Principalmente se é assim, um trauma, ou uma coisa que não era esperada. Mas agora assim, eu tenho que ficar me cuidando porque eu tenho me colocado no lugar daquela mãe, sabe, ah, se fosse a minha filha como é que eu ia estar, mas não dá pra fazer isso porque se não tu acaba não conseguindo trabalhar. Mas eu fiquei mais, não sei, dizem que é no início assim, uma coisa que depois a gente para de fazer essas comparações. Mas tem que parar mesmo, pra continuar trabalhando tem que parar. (ALINE)

Esse movimento de tornar-se mais afetiva parece estar presente também no relato de Michele, mas com outros contrastes. Na sua vida profissional, o que é muito apreciado é a objetividade, a praticidade (como já discutido quando fala das diferenças entre homens e mulheres no seu setor). Se pensarmos que o movimento inicial de tornar-se mãe coloca a mulher numa rede de enunciados que busca a docilização, podemos entender porque o seu retorno ao trabalho não foi muito tranquilo. Culminou que na época em que estava grávida e

que era também um momento de muitas mudanças na sua área, pois estavam instalando novos sistemas e equipamentos:

Quando eu voltei eu senti uma coisa muito ruim no trabalho assim, pra mim foi mais difícil eu me adaptar ao trabalho do que, não sei parecia que, parecia que não era mais o meu trabalho, parecia que não eram mais as minhas, eu tive um choque assim quando eu voltei, não no sentido de que eu não quisesse mais voltar a trabalhar, mas assim o ambiente sabe? Não sei porque, não até sei assim veio culminar com algumas observações que fizeram tipo assim, tu não tava aí tava tudo bem agora que tu chegou, numa semana que casualmente eu voltei, uma semana depois parou de funcionar um equipamento deu uma confusão, e eu me lembro que isso marcou sabe, pô né to chegando to me situando.(MICHELE)

Há na fala de Michele uma tensão representada pelos enunciados que solicitam modos diferentes de ser, no trabalho e na maternidade. É nesse embate que se produz uma cisão importante na forma como ela se define como trabalhadora (prática) e na forma como se define como mãe (enrolada, coisa de mãe?):

Mas eu sou prática no meu trabalho, com ele e com os meus filhos, às vezes eu sou meio enrolada, não consigo ser tão prática, não consigo separar as coisas quanto eu faço aqui, entendeu? Até hoje com as crianças e tal, às vezes, aquela coisa de mãe. (MICHELE)

Posso supor, então através da análise e da descrição dos diferentes enunciados que definem o trabalho, a maternidade e as suas articulações, é que eles estão implicados intimamente. Tanto os modos de ser mãe, quanto os modos de ser trabalhadora, não se restringem às tarefas específicas de cada uma dessas esferas (o cuidado infantil ou o fazer no trabalho), mas produzem modos de ser dessas mulheres.

A vivência dessa articulação como produtora de maior ou menor sofrimento parece também estar relacionada com a possibilidade dos discursos que legitimam um modo de ser trabalhadora não se contraporem diretamente aos discursos que legitimam um modo de ser mãe. Nesse sentido, aquelas mulheres que trabalham diretamente com crianças relatam que a maternidade lhes possibilitou uma mudança positiva no modo de ser trabalhadora, entendido aqui pelo processo intenso de docilização direcionado às mães.

4.2. “Não seria boa mãe se não trabalhasse” – Articulações possíveis e/ou necessárias

Pensar a articulação entre maternidade e trabalho é também pensar os enunciados que definem o que é ser mulher hoje. Num momento anterior, em contraposição ao que vemos hoje, poderia ser identificada uma divisão mais rígida nos modos de ser homem e de ser mulher, produzindo e/ou restringindo modos de trabalhar e de maternar/paternar para mulheres e homens. Hoje com a diluição desses limites, criam-se novas possibilidades de circulação nessas posições, mas mantêm-se alguns imperativos.

Antes, uma mulher podia ser considerada bem sucedida exercendo de forma mais ou menos adequada as posições de mãe e esposa. Hoje essas posições parecem não mais bastar. Existem enunciados, provenientes da esfera do trabalho, onde a utilidade e a própria cidadania se vinculam ao exercício de um trabalho remunerado. Nesse sentido, na contemporaneidade, a mulher passa a ser considerada bem sucedida quando faz uma interessante articulação entre maternidade e trabalho.

Esses enunciados estão presentes em alguns relatos. São mais intensos, no entanto, para as mulheres que optam ou acabam por situar-se em apenas uma dessas esferas, mas esse não foi o foco desse estudo. Nas trajetórias de vida aqui estudadas, esses enunciados aparecem quando algumas mulheres se questionaram se deveriam continuar exercendo as duas funções ao mesmo tempo. Claro que nesse caso, o que está em questão é se sairiam ou não do trabalho, visto que, já tendo filhos, a função de mãe não chega a ser cogitada por essas mulheres como uma escolha.

Para Débora, o retorno ao trabalho foi um momento em que ela se questiona sobre a articulação entre maternidade e trabalho.

Ela (a filha) precisava de mim e eu estava me afastando, mas isso passou, sabe, isso foi passando aos poucos, eu percebi que não, que ela ia crescer que daqui um pouco ela vai ter dez anos e ela queria ter uma mãe produtiva, uma mãe que trabalhasse, mas as primeiras sensações foram horríveis, péssimas, mas eu enfrentei, continuei trabalhando. (DÉBORA)

Com base no enunciado que define que pessoa produtiva é aquela que trabalha, a vontade de permanecer trabalhando está fundamentada no desejo de que a filha venha a sentir orgulho dela enquanto trabalhadora. No relato de Débora, não bastaria que ela fosse uma boa mãe para que sua filha sentisse orgulho dela, mas também que ela fosse boa no trabalho.

Já no relato de Iara, a esfera do trabalho surge na relação com os filhos como uma cobrança pela falta de tempo disponível. Nesse relato a permanência no trabalho está fundamentada no enunciado que o associa à satisfação pessoal:

Porque um dia o Arthur me disse, mas mãe, tu trabalha, trabalha, trabalha e tu nunca tem dinheiro. Então eu acho que no momento que tu diz para os filhos que tu trabalha pelo dinheiro, de certa forma tu está enganando eles, porque tu não trabalha só em função disso. E eu principalmente trabalho porque realmente eu gosto (IARA).

Chama atenção que também Iara enquanto filha tinha cobranças semelhantes. No entanto, agora como mãe, entende que o trabalho possibilita (e possibilitou para sua mãe) um modo suportável de ser mãe (ou dona de casa):

Na minha adolescência eu briguei muito com ela e muitas vezes eu jogava na cara dela que ela trabalhava demais, que ela não dava atenção para a gente, que eu não queria empregada, que eu queria mãe. E por outro lado acho que se minha mãe fosse uma dona de casa ela seria uma pessoa insuportável. (IARA)

Há então, alguns enunciados que vão sendo evocados por essas mulheres e que dão pistas sobre esse imperativo contemporâneo de que ser mulher é ser não somente mãe e não somente trabalhadora, mas “conciliar”⁴⁵ essas duas funções. No entanto, para além de pensar essa articulação como um imperativo ou como um problema, algumas falas me instigaram a

⁴⁵ A utilização tão recorrente desse termo “Conciliação” (Do Lat. Conciliare v. tr.: harmonizar, congruar, reconciliar. (Dicionário on-line: <http://www.priberam.pt>) para falar sobre a articulação entre maternidade e trabalho e as suas possíveis implicações foi analisada num trabalho anterior apresentado num encontro e apontam para a construção dessa articulação enquanto um problema, pois estabelece trabalho e maternidade como esferas desarmônicas e opostas, devendo os efeitos dessa tensão serem amenizados (MOREIRA e NARDI, 2007).

Hirata e Kergoat (2007) alertam para o fato da “conciliação” hoje adquirir o estatuto de política – e de política européia a partir da cúpula de Luxemburgo em 1997. Essa é fortemente sexuada, visto que define implicitamente um único ator (ou atriz) dessa “conciliação”: as mulheres, e consagra o *statu quo* segundo o qual homens e mulheres não são iguais perante o trabalho profissional. Diante dessa hierarquia, há críticas que propõem intensificar a dificuldade no exercício dessas funções, substituindo termos como “conciliação”, ou mesmo “articulação”, por “conflito”, “tensão”, “contradição” para evidenciar a natureza fundamentalmente conflituosa da incumbência simultânea de responsabilidades profissionais e familiares às mulheres. (HIRATA e KERGOAT, 2007, p. 604)

pensar nessa articulação como um suporte. Ou seja, alguns enunciados colocam a maternidade como um suporte para o trabalho – desenvolvendo habilidades que são também necessárias no trabalho ou justificando que é através desse que se dá condição de existência para os filhos – e outros colocam o trabalho como um suporte para a maternidade – a necessidade de permanecer trabalhando como forma de suportar algumas exigências da maternidade.

No relato de Aline, quando fala da importância do trabalho para sua vida, faz uma conexão com a maternidade, referindo que a boa qualidade da maternidade está associada a sua atuação profissional. Imagina que é possível ser uma boa mãe porque trabalha fora e não fica unicamente com a tarefa dos cuidados com a filha:

*Mas eu gostei de voltar a trabalhar, me senti útil, me senti não só mãe. Eu acho que como mãe a gente se realiza, mas a gente precisa ter um lado da gente, assim. Eu gosto do que eu faço, eu gosto de trabalhar, depois que eu estou lá, as vezes eu dou uma chorada, mas depois que eu estou lá eu gosto assim, acho que é importante trabalhar fora, eu gosto do que eu faço, apesar de trabalhar com o que eu trabalho. Eu não saberia não trabalhar fora, ficar em casa, como dona de casa, **eu acho que eu não seria uma mãe boa se eu não trabalhasse** fora, não ia ser uma mãe tão boa assim. Eu prefiro aproveitar o momento que eu estou em casa com ela, pra ficar, pra aproveitar, assim, ter qualidade, não tanto quantidade de tempo. Mas o tempo que eu tenho com ela, eu tento aproveitar bastante assim, qualidade de tempo.(ALINE)*

Nesses enunciados, o trabalho é investido de um valor positivo muito significativo, em comparação com a tarefa do cuidado associado à maternidade e às tarefas domésticas. Há nessas falas a marca histórica associada ao trabalho doméstico, desvalorizado socialmente. Janete traz bem essa marca, falando da importância do trabalho em sua vida:

*Porque assim oh, mesmo quando eu saía para trabalhar, com eles pequenos, era assim, porque como eu não gosto dessa coisa de casa né, **era uma terapia, era o meu lazer**. E assim, nos diferentes momentos... foi assim fundamental, porque senão eu iria ficar só socada dentro de casa, imagina né, porque não era uma pessoa de ter coragem assim de ir nos lugares. Então era uma forma que eu saía e estava certo. Por exemplo assim, tu queres ver uma coisa, se eu não trabalhasse eu iria sair de tarde porque eu tenho todo o direito de sair para um cinema. Eu não me autorizava fazer isso né. Eu nunca me autorizei a fazer isso. Então eu saía com a minha autorização porque eu estava fazendo uma coisa certa. Não interessava quanto eu ganhava, eu poderia pagar para trabalhar, mas eu estava me autorizando a sair daquele mundo que eu não gostava a ir para outro e fazendo coisa certo, dentro do certinho, do quadradinho (JANETE).*

No entanto, entendo que não se trata apenas dessa associação (maternidade, trabalho

doméstico, desvalorização). Pesa também nessa valorização do trabalho em relação à maternidade a norma do o que é ser boa mãe, que parece não permitir muitos modos de ser mãe. Além disso, a maternidade é sempre entendida como um caminho sem volta.

Em contraposição, os enunciados relativos ao trabalho podem, no limite, ser neutralizados pela saída da trabalhadora do mercado ou daquele trabalho específico, claro que essa mobilidade estará possibilitada de forma mais tranqüila (ou não) conforme o contexto social em que ela se insere. Ou seja, num extremo, onde os enunciados do trabalho provoquem muito sofrimento, a mulher pode de alguma forma sair do trabalho, até o limite onde isso colocará em risco a sobrevivência sua e de seus familiares. Já em relação à maternidade, não há essa mobilidade, a menos que a mãe abandone o(s) filho(s), mas essa é uma situação condenável socialmente de forma severa.

Nesse sentido, o trabalho é um modo de não estar colocada na posição de mãe integralmente, sujeito desses intensos enunciados e solicitada a dar conta de diferentes tarefas. Claro que ele não é a única forma, mas com certeza é uma forma moralmente bem aceita. Como se fosse, assim, justificável que uma mulher “abrisse mão” do cuidado dos filhos, pela necessidade do trabalho.

É esse enunciado, que coloca a positividade do trabalho para o exercício da maternidade que dá sentido há algumas dessas falas. Uma situação que me revelou o quanto essas falas fazem sentido foi assistir a abertura de um seriado direcionado a mulheres mães (Mothern – GNT⁴⁶), onde ao apresentar uma personagem, o locutor, em tom de sátira, diz assim: “Quando fulana está muito cansada, fica um pouquinho mais no trabalho, fazendo hora-extra”⁴⁷. Fica dito nessa frase que o trabalho cansa menos que as tarefas de mãe. Ficará mais cansada se for para casa.

⁴⁶ Segundo o site do programa, “Mothern é uma série que apresenta de forma bem humorada o cotidiano de quatro mulheres que descobrem, aos trancos e barrancos, o real significado da maternidade nos dias atuais” (<http://globosat.globo.com/gnt/programas/oprograma.asp?gid=584>).

⁴⁷ Esse é o sentido geral da frase, mas não tenho a transcrição textual do que foi dito.

É por meio desse enunciado que posso situar uma fala de Denise, trazida com bastante angústia. Quando fala do trabalho e da maternidade, Denise relata que apesar de estar sempre em companhia da sua filha, não tem se dedicado a sua filha o quanto gostaria. Como ela trabalha na área de educação infantil, a presença da filha é uma constante. No entanto, Denise ressalta que a relação com sua filha é diferenciada quando está no espaço do seu trabalho “*Então, como mãe sobra pouco tempo. Aqui eu tento não ser mãe dela, aqui eu tenho que ser profissional*”. No entanto, essa “mistura” parece fazer com que o trabalho não seja esse suporte para a maternidade, pois não permite um distanciamento dessa função:

*Ah eu passo o dia todo perto dela...Esses dias, uma colega me disse. Ah, eu to com saudade da minha filha. Ah, **que bom que tu ta sentindo saudade** porque, não é que eu não sinto saudade dela, mas eu vejo ela o tempo todo. De manhã, ela passa a manhã inteira comigo... Daí, eu acho que eu acabo deixando um pouquinho de brincar com ela um pouquinho de, de, mesmo de ficar sem fazer nada com ela, sentar, contar uma história, por, ã, **por ficar cansada dela**, entende, não cansada de ai não po...ã, quem vai ouvir isso vai, ai que mãe, né (risos), mas assim, é que eu passo o dia todo com ela (DENISE)*

Além disso, fica explícito nessa fala (em destaque) que não seria tolerável que uma mãe ficasse cansada da filha. O trabalho aqui figura como um distanciamento aceitável ou justificável dos filhos e quando não cumpre essa função, sobrecarrega.

4.3. Filho da profissional da educação, filho da profissional da saúde, filho da profissional do sexo... Trabalho produzindo maternidades

Na compreensão dos enunciados que tornam possíveis a articulação entre maternidade e trabalho, cabe pensar naqueles que associam o trabalho como produtor de maternidades. Ou seja, o trabalho marca modos diferentes de ser mãe para algumas mulheres.

Diferentemente de alguns estudos que analisam o trabalho materno na sua implicação para o desenvolvimento infantil, não tenho a intenção de verificar possíveis impactos da vida profissional da mãe para o filho. Interessa-me justamente colocar em questão os enunciados

proferidos por essas mulheres que associam a sua vida profissional a um modo de ser filho.

O relato de Aline, profissional da saúde, está recheado de termos técnicos sobre problemas e intervenções que a filha foi submetida nos primeiros meses:

*É mais difícil do que eu imaginei (ri). Eu vou te ser bem sincera, que eu achei que eu ia tirar de letra, por gostar de criança, por ter a prática, por gostar de criança e por ser pediatra, eu achei que eu ia ser mais assim, bem mais light, ia ser mais fácil. E a Manoela já na eco fetal já mostrou uma dilatação no sistema urinário, podia ter refluxo urinário, saiu do hospital tomando medicação pra refluxo urinário, **filha de profissional da saúde**, aí fez ecografia, fez outro exame bem chato que coloca uma sonda na uretra, injeta contraste, faz radiografias seriadas pra ver se tem refluxo mesmo ou não e graças a deus não tinha, mas nesse meio tempo ela começou com refluxo gástroesofágico, começou a fazer sianose, se afogar pra dormir, era um estresse no início porque ela tinha dor, por causa do refluxo, chorava o tempo inteiro, tinha que mamar e ficar com ela uma meia hora com ela no colo de pé, par ela não vomitar e não voltar. Chorou muito no início, eu me perdi bastante, achei que ia ser bem mais fácil assim, esse início foi bem difícil, ela mamava a cada duas horas e eu levava uma meia hora pra fazer ela arrotar, não tinha tempo pra nada, só ficava em roda dela e minha mãe me socando, eu nunca tive muito leite e minha mãe me socando comida. Olha o jeito que eu ainda to, não consegui nem emagrecer ainda, por medo que secasse meu leite, que secasse meu leite, que diminuísse meu leite.(ALINE)*

Talvez em outro contexto, os sinais que a filha apresentava fossem entendidos de outra forma e seriam também encaminhados de maneira diferente. O processo de subjetivação de Aline, marcado por um modo de trabalhar que está diretamente atravessado pelo discurso médico, produz-se um modo peculiar de maternidade. Como já dito anteriormente, nesse contexto específico a experiência foi relatada com sofrimento, pelo fato do discurso que se propõe como verdade não conseguir dar conta da situação.

Já no relato de Márcia, que exerce uma função gerencial, a maternidade é legitimada através dos discursos que atravessam e constituem o gerenciamento em empresas privadas, em especial o discurso neoliberal – prezando pela competitividade, estabelecimento de prioridades no atendimento de demandas, escassez de recursos, etc. Quando falava do número de filhos na sua família de origem e agora, enquanto mãe, coloca que no caso de uma família extensa, os filhos “já nascem competindo”. Numa situação onde a sua filha foi internada com uma crise de asma, ela teve que se dividir com o esposo e com uma tia dele para ficar com a filha no hospital. Márcia ia trabalhar meio turno e depois ficava com a filha, mas mesmo no

hospital trabalhava com um notebook: “*eu tinha que atender as demandas*”. As demandas não se referem apenas ao trabalho, mas também aos filhos, como fica claro no relato de uma carta que sua filha lhe escreve:

Ela deixou uma carta enorme para mim, passei mal dois, três dias, disse tudo e mais um pouco, me cobrando, das minhas prioridades, era o que dava a entender, resumindo ela estava pedindo mais atenção. E isso me fez assim, eu dei uma parada, uma refletida na história, porque está tudo certo, mas ela estava com outro sentimento. Ela me cobrou um monte de coisas, ao invés de tu fazer isso comigo, tu faz aquilo. Tu vai fazer não sei o que, tu tem reunião, tu está fora. (MÁRCIA)

Na trajetória de vida de Janete, a maternidade está relatada em associação com o trabalho, desde o momento da sua escolha profissional, pela área da educação. Seu relato é atravessado pelo discurso científico psicológico que associa o desenvolvimento infantil à configuração familiar e às condições/situações de vida na infância:

E eu acho interessante isso como mãe. Como a minha profissão é na educação, isso que os dois do meio eles não se ajustaram inicialmente profissionalmente, ficaram assim na corda bamba. Eu não sei que período de vida, porque eles são próximos, todos eles são próximos, mas eu acho que teve alguma influência na relação familiar da insegurança deles. Porque os dois das pontas não. E era os dois momentos diferentes. Eu acho que quando eu ganhei a primeira, eu acompanhei ela, eu trabalhava um turno só, perto da minha casa, a minha mãe ajudava, minha mãe tinha duas empregadas, então eu também tinha, a situação econômica estava melhor. Daí a gente saiu do estado. Lá as coisas foram muito difíceis. (JANETE)

No entanto, o trabalho também pode marcar a maternidade de uma maneira muito intensa e negativa. No relato de Joana, com base na sua vivência como filha e com base na sua atuação numa Ong para mulheres profissionais do sexo, ela expõe o quanto esse trabalho faz com que as mulheres sejam questionadas enquanto mães. Muitas são ameaçadas pelos companheiros de perderem a guarda dos filhos por serem prostitutas:

Mãe é mãe, não quer perder filho nenhum. Ainda mais que muitas que estão trabalhando com prostituição é pra sustentar o filho, pra dar uma vida melhor pro filho. Eu sei pela minha mãe também que a vida inteira fez isto por causa da gente. (JOANA)

Essa marca que a prostituição imprime sobre a maternidade, além de negar a legitimidade dessa mulher enquanto mãe, transfere a desvalorização moral desse trabalho para

o filho. Ser chamado de “filho da puta” é geralmente⁴⁸, um insulto, uma injúria. Essa fala mostra um pouco a relação de Joana com o tema da prostituição, por hora ela se mantém distante, porque nunca foi uma profissional do sexo, então não se inclui diretamente no foco do preconceito, apenas como uma pessoa que já trabalhou com as prostitutas. No entanto, acaba se incluindo pelo fato de sua mãe trabalhar como profissional do sexo. Nesse sentido a profissão da mãe traz uma marca muito importante na possibilidade dela também assumir essa bandeira.

De forma semelhante, mas não tão forte, visto que socialmente isso não está tão marcado, Lisiane experimenta o não reconhecimento da maternidade pelo fato de estar vinculada a diferentes movimentos sociais. Esse envolvimento político é desaprovado por sua família que em função disso, a desautoriza com os filhos:

Elas já me perguntaram, porque tu não vai embora e deixa as crianças aqui com a gente, aí tu vai, vive esse teu mundo de liderança, de feminismo, de solidariedade de ser não sei o que (LISIANE).

No entanto, para ela as duas esferas estão intimamente associadas e produzem uma a outra:

E o que eu acho mais engraçado é que quando eu estou dentro de casa e falo do movimento social e quando eu estou no movimento social eu falo dos meus filhos.(LISIANE)

Da mesma forma que Lisiane coloca essas esferas em conexão, a perspectiva geral que me autorizo a ter, no final desse trabalho é que esses campos de atuação dessas mulheres não têm como estar dissociados. Produzem-se nos enunciados que circulam numa ou noutra esfera, mutuamente. Dessa forma, os movimentos históricos que então passam a estabelecer modos de ser trabalhadora e de ser mãe vão instigando transformações mútuas, tanto pelas aproximações, quanto pelas tensões que representam.

⁴⁸ Os sentidos a isso associados não são únicos, encontrei para essa expressão não apenas o significado de ofensa, que é o mais comum (expressão utilizada com a intenção de ofender alguém, afetando a sua mãe), mas também o significado de inveja - Expressão utilizada no sentido de invejar alguém, seja por sorte, treinamento, estudo, competência, etc. (*Mas que filho da puta! Como conseguiu isso?*) Fonte: http://pt.wiktionary.org/wiki/filho_da_puta

5. CONSIDERAÇÕES E OUTROS QUESTIONAMENTOS

Quando uma mulher escreve um romance protagonizado por uma mulher, todo mundo considera que está falando das mulheres; mas se um homem escreve um romance protagonizado por um homem, todo mundo considera que está falando do gênero humano. Não tenho nenhum interesse, absolutamente nenhum, de escrever sobre mulheres. Quero escrever sobre o gênero humano, mas por acaso, 51% da Humanidade é do sexo feminino. E já é hora de os leitores homens se identificarem com as protagonistas mulheres, da mesma maneira que durante séculos nós nos identificamos com os protagonistas masculinos (MONTERO, 2004, p. 122).

Trabalhei nessa a pesquisa com o relato de trajetórias de vida de mulheres que são mães e trabalhadoras e estão inseridas em diferentes contextos sociais. Não identifico, entretanto, esse estudo como “estudo de mulheres”, compartilhando algumas idéias com Monteiro (2004).

Pensar a maternidade e o trabalho através do relato dessas mulheres, não quer dizer que seja um estudo só de mulheres ou que seja um estudo só de mães e/ou só de trabalhadoras. Se os enunciados que constituem tanto o trabalho quanto a maternidade, incidem diretamente nessas mulheres, produzindo modos de ser mãe e de ser trabalhadora, eles indiretamente também produzem outros sujeitos.

Aquelas mulheres que não são mães, estão imersas nos discursos que produzem a maternidade ou, ainda, aquelas mulheres que não trabalham estão implicadas nos enunciados que constituem modos de trabalhar. Ou ainda posso pensar a implicação desse estudo para homens, tendo em vista que alguns modos de ser mãe constituem também modos de ser pai, por exemplo, quando um pai vai trocar a fralda de um filho e o fraldário se encontra dentro do banheiro feminino. Posso pensar também sobre os enunciados acerca do trabalho, que posiciona diferentemente mulheres e homens no mercado. Ou ainda, posso pensar a implicação dessa reflexão para além da questão heterossexual, ainda fortemente atrelada ao exercício da parentalidade. Por exemplo, na luta por legitimidade de casais homossexuais que buscam assumir a guarda como pais/mães de uma criança, ou ainda no próprio questionamento dessa luta, que para muitos é uma readaptação a um modelo normativo heterossexual de família nuclear.

Nesse sentido, o desafio foi fazer uma pesquisa que problematizasse os enunciados que operam no exercício da maternidade e do trabalho e se inscrevem na trajetória de vida das mulheres que participaram da pesquisa. Mas não apenas isso, ou melhor, ao mesmo tempo em que, se faz isso, se entende que esses enunciados também constroem outros lugares possíveis, que podem capturar os sujeitos de diferentes formas – mulheres que não são mães ou que não são trabalhadoras, homens pais e não pais, casais heterossexuais, casais homossexuais.

A tentativa de responder a pergunta: “Como trabalho e maternidade se articulam nos processos de subjetivação de mulheres inseridas em diferentes contextos sociais”, não com uma única resposta, possibilitou o surgimento de diversas reflexões e, além disso, a proliferação de novas perguntas. Em relação à maternidade, as reflexões possibilitaram compreender a norma que a desenha como experiência igual para todas as mulheres. Essa norma está assim colocada pelas atualizações dos discursos que intensificam tais enunciados.

Em relação ao trabalho, as reflexões iniciadas com a pergunta de pesquisa, explicitam as transformações e intensificações dos enunciados acerca das exigências e qualificações de uma boa trabalhadora, diante da instabilidade representada pelo mercado de trabalho. Entretanto, possibilitaram também pensar outras alternativas e definições do que se considera trabalho, como nos movimentos sociais.

Diante do que se produz como enunciados a respeito do trabalho e a respeito da maternidade produzem-se outros enunciados acerca da articulação dessas duas funções. Seja através da tentativa de conciliação – tomando de antemão essa articulação como problemática e capturando as mulheres ao propor soluções, seja entendendo que essas funções se produzem mutuamente – a maternidade produz modos de trabalhar e o trabalho propõe modos de ser mãe, seja ainda uma tentativa de assumir essa função sem ser integralmente capturada por nenhum desses enunciados.

Dessas reflexões surgiram novas perguntas, em especial aquelas que me instigaram a

pensar como se dá a sustentação desses enunciados para que tenham tanta força na vida dessas mulheres. Talvez pela inserção dessa pesquisa no Laboratório de Políticas Públicas (Instituto de Psicologia) ou talvez por algumas percepções do campo, mas algumas das novas perguntas me apontam para esse tema. Problematizar as políticas públicas que dão sustentação a esses enunciados não garante uma mudança nos modos de trabalhar e maternar, mas garante que no caso de haver uma mudança, essa poderá ser sustentada pelo Estado.

Durante a realização dessa pesquisa, acompanhei alguns debates, principalmente aqueles que diziam respeito à posição das mulheres como mães e/ou como trabalhadoras. Questiono-me como as políticas públicas sustentam lugares para os diferentes sujeitos que garantem direitos de forma diferente para homens e mulheres.

No Brasil, está tramitando uma modificação, por exemplo, no período de licença maternidade, que passaria de 120 dias (4 meses) para 180 dias (6 meses). Tal proposta tem sido sustentada por entidades ligadas à saúde infantil, com base na necessidade de incentivar o aleitamento materno exclusivo até o sexto mês de vida do bebê. Nesse movimento há dois importantes enunciados que posicionam diferentemente as mulheres. Um enunciado as diferencia em relação ao trabalho, porque seria uma política para poucas – apenas aquelas inseridas formalmente no mercado. O outro as diferencia em relação aos homens, responsabilizando-as unicamente pela boa saúde do bebê – em nenhum momento se colocou em questão a licença paternidade, hoje de 5 dias – com um nítido “viés de gênero” (SORJ, FONTES e MACHADO, 2007, p.576).

Essa tensão é colocada por Yannoulas (2002), como um impasse. Defender esses “privilégios” das mulheres tende a reforçar a idéia de que a reprodução biológica e social das sociedades depende, quase que exclusivamente, delas. Ao passo que buscar uma cidadania mais ampla e igualitária pode ser entendida como um retrocesso na luta pelos direitos das mulheres em termos de maternidade.

No entanto, a autora propõe uma mudança de foco, entendendo esse impasse como produto da “diminuição de provisão de serviços pelo Estado e o conseqüente aumento do trabalho de reprodução social, culturalmente atribuído às mulheres” (YANNOULAS, 2002). Propõe a articulação entre trabalho e maternidade/paternidade como atribuição de homens e mulheres, associada com a provisão estatal de bem-estar. Da mesma forma, numa análise sobre as mudanças e persistências na conciliação entre família e trabalho pago, Araújo e Scalon (2006) atentam para a importância da mediação do Estado nessa relação.

Sorj, Fontes e Machado (2007) ressaltam as implicações, em especial na vida das mulheres, pelo fato das políticas não terem sido revistas apesar das transformações na esfera do trabalho e da família: “o baixo desenvolvimento de serviços coletivos que permitem socializar os custos dos cuidados com a família penaliza a quantidade e qualidade da inserção feminina, sobretudo das mães, no mercado de trabalho” (SORJ, FONTES e MACHADO, 2007, p.574).

Tal mediação do Estado, com um enfoque igualitário de gênero tem sido implantada em alguns países. Faria (2002) faz uma análise do chamado “sistema sueco de seguridade para os pais⁴⁹”, conjunto de direitos e benefícios estruturados com o intuito de minimizar as incompatibilidades entre as exigências do trabalho e aquelas da criação dos filhos. O objetivo não é reduzir as diferenças nas médias salariais e nas condições de trabalho entre homens e mulheres, mas tornar mais igualitária a divisão das tarefas no âmbito doméstico⁵⁰.

Conta-se então, nesse país com uma licença por conta do nascimento dos filhos que pode ser requisitada pelo pai e/ou pela mãe, seguindo algumas definições. Além disso, sustenta esse objetivo, a provisão maciça de serviços públicos de creche e a tributação obrigatória individual. Apesar de algumas transformações importantes, há contestações em relação a essas políticas por estudos que salientam as permanências da divisão desigual do

⁴⁹ Aqui se refere a quem exerce a parentalidade, pai e mãe.

⁵⁰ O título do artigo de Faria (2002) brinca com um ditado popular “Entre marido e mulher o Estado mete a colher”.

trabalho entre homens e mulheres (FARIA, 2002).

Numa análise bastante ampla dos efeitos de políticas públicas para igualdade de gênero na articulação entre trabalho e maternidade na Europa, Meulders et. All (2007) salientam que os grandes diferenciais para garantir o acesso ao trabalho de mães (e pais) são os sistemas de cuidado infantil. Nesse sentido, seria necessária a ampliação da oferta pública, modificando-se inclusive as metas fixadas anteriormente, onde a cobertura deveria ser ampliada para 33% das crianças com menos de três anos e pelo menos 90% das crianças entre três anos e a idade de escolarização obrigatória até 2010 (conforme definição do Conselho de Barcelona - MEULDERS, et al, 2007).

Diante das análises a que me propus nesse estudo, podemos perceber o quanto os enunciados sobre trabalho e maternidade estão arraigados e naturalizados, produzindo modos de maternar e trabalhar, posicionando diferentemente essas mulheres. “Finalizar” o trabalho colocando em questão as políticas públicas que sustentam muitos desses enunciados mostra que essa é uma condição necessária para mudanças, mas não suficiente. Talvez essa reflexão possa servir de ensaio para outros desdobramentos de pesquisas. Outras pesquisas onde a pesquisadora já não seria mais de primeira viagem.

Referências Bibliográficas

- ANJOS, Gabriele dos. Maternidade, cuidados do corpo e “civilização” na Pastoral da Criança. **Rev. Estudos Feministas**, Florianópolis, 15(1): 27-44, janeiro-abril/2007
- AQUINO, Estela M. L.; HEILBORN, Maria Luiza; KNAUTH, Daniela; BOZON, Michel; ALMEIDA, Maria da Conceição; ARAÚJO, Jenny; MENEZES, Greice Adolescência e reprodução no Brasil: a heterogeneidade dos perfis sociais. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 19(Sup. 2):S377-S388, 2003
- ARAÚJO, Clara e SCALON, Celi. Gênero e a distância entre a intenção e o gesto. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 21, n. 62, Outubro, 2006.
- AZEVEDO, K. R., & ARRAIS, A. R. O mito da Mãe Exclusiva e seu impacto na depressão Pós-parto. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, 19(2), 2006, p. 269-276.
- BADINTER, Elizabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. São Paulo: Círculo do Livro, 1998.
- BAUMAN, Z. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1998.
- BRANDÃO, Eliane Reis e HEILBORN, Maria Luiza Sexualidade e gravidez na adolescência entre jovens de camadas médias do Rio de Janeiro, Brasil **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 22(7):1421-1430, jul, 2006.
- BUENO, Belmira Oliveira O método autobiográfico e os estudos com histórias de vida de professores: a questão da subjetividade. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.28, n.1, p. 11-30, jan./jun. 2002.
- BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003
- CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- COIMBRA, Cecília; BOCCO, Fernanda; NASCIMENTO, Maria Livia. Subvertendo o conceito de adolescência. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v. 57, n. 1, p. 2-11, 2005.
- COLBARI, Antonia L. **Ética do trabalho: A vida familiar na construção da identidade profissional**. São Paulo: Ed. Letras & Letras/Ed. Da FCAA/UFES, 1995.
- ESTEVES, Janine Raymundi; MENANDRO, Paulo Rogério Meira. Trajetórias de vida: repercussões da maternidade adolescente na biografia de mulheres que viveram tal experiência. **Estudos de Psicologia**, 2005, 10(3), 363-370
- FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. Entre marido e mulher, o estado mete a colher: reconfigurando a divisão do trabalho doméstico na Suécia. **Revista Brasileira de**

Ciências Sociais, v. 17, n.48 São Paulo, fev, 2002

FIDALGO, Lurdes **(Re)construir a maternidade numa perspectiva discursiva**. Lisboa: Instituto Piaget, 2003

FISCHER, Beatriz Daudt Foucault e histórias de vida: aproximações e que tais. **História da Educação**. ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas (1): 5-20, abr.1997.

FONSECA, Cláudia. Da circulação de crianças à adoção internacional: questões de pertencimento e posse. Dossiê: Repensando a Infância. **Cadernos Pagu** (26), janeiro-junho de 2006: pp.11-43.

FONSECA, Cláudia. **Família, Fofoca e Honra**. Etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares. Porto Alegre, Ed.da Universidade, 2000.

FONSECA, Cláudia. Mãe é uma só? Reflexões em torno de alguns casos brasileiros. **Psicol. USP**. V. 13, n.2 São Paulo, 2002.

FONSECA, Cláudia. Quando cada caso NÃO é um caso Pesquisa etnográfica e educação. **Revista Brasileira de Educação**. Jan/Fev/Mar/Abr 1999 N ° 10, p. 58-78

FONSECA, Tânia M. G., EGELMAN, S. & GIACOMEL, A. E. A emergência da economia imaterial e as mutações subjetivas contemporâneas. In: MERLO, A. R. C, organizador. **Saúde e trabalho no RS: Realidade, pesquisa e intervenção**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2004.

FORNA, Aminatta. **Mãe de todos os mitos**. Como a sociedade modela e reprime as mães. Rio de Janeiro. Ediouro, 1999.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 7º ed. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2005

FOUCAULT, Michel. Foucault (1984a). In: Foucault, M **Ética, Sexualidade, Política** – Ditos e Escritos V Org. Motta, M. B. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2004

FOUCAULT, Michel A ética do cuidado de si como prática da liberdade (1984b). In: Foucault, M **Ética, Sexualidade, Política** – Ditos e Escritos V Org. Motta, M. B. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2004

FOUCAULT, Michel. **A história da Sexualidade I: A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Edições Loyola: São Paulo, 2006 (13ª edição)

FOUCAULT, Michel. O uso dos prazeres e as técnicas de si (1983).). In: Foucault, M **Ética, Sexualidade, Política** – Ditos e Escritos V Org. Motta, M. B. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2004.

FOUCAULT, Michel. Genealogia e poder. In: **Microfísica do poder**. Org. Roberto Machado.

Rio de Janeiro: Graal, 1995a.

FOUCAULT, Michel. Nietzsche, a genealogia e a história. In: **Microfísica do poder**. Org. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1995.

GRISCI, Carmem Ligia Iochins e CARVALHO, Maria Luisa. Gerenciamento de impressão e a produção de subjetividade em entrevista de seleção. In: **RAE-eletrônica**, v. 2, n. 2, jul-dez/2003.

HEILBORN, Maria Luiza; SALEM, Tânia; ROHDEN, Fabíola; BRANDÃO, Elaine; KNAUTH, Daniela; VÍCTORA, Ceres; AQUINO, Estela; MCCALLUM, Cecília e BOZON, Michel Aproximações socioantropológicas sobre a gravidez na adolescência. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 8, n. 17, p. 13-45, junho de 2002

HIRATA, Helena e KERGOAT, Danièle Novas Configurações da divisão sexual do trabalho. In: **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, set./dez. 2007

KLEIN, Carin. A produção da maternidade no Programa Bolsa-Escola. In: **Revista Estudos feministas**. V.13, n.1 Florianópolis, jan/abr 2005

KLEIN, Carin. Educação e(m) saúde para uma “infância melhor”: maternidades e paternidades que se configuram em biopolíticas de inclusão social. Projeto de Tese em Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2006.

LARANJA, Lilian. O tempo certo de ser mãe. **Caderno Vida, Jornal Zero Hora**, Porto Alegre, publicado em 13 de maio de 2006.

LARROSA Bondía, Jorge. A operação ensaio: sobre o ensaiar e o ensaiar-se no pensamento, na escrita e na vida. In: **Educação & realidade**. Porto Alegre Vol. 29, n. 1 (jan./jun. 2004), p. 27-43

MARCELLO, Fabiana de Amorim. **Enunciar-se, organizar-se, controlar-se: modos de subjetivação feminina no dispositivo da maternidade** In: Ver. Brás. Educ. n. 29 Rio de Janeiro, Maio/ago 2005.

MAURENTE, Vanessa Soares. **A experiência de si no trabalho nas ruas através da fotocomposição** Porto Alegre: UFRGS, 2006 Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-graduação em Psicologia Social e Institucional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006.

MEDA, Dominique. Desencantar el trabajo. In: **El trabajo un valor en peligro de extinción**. Barcelona, Editorial Gedisa: 1998

MEULDERS, Danièle; PLASMAN, Robert; DE HENAU, Jérôme; MARON, Leila e O’DORCHAI, Sile. Trabalho e maternidade na Europa, condições de trabalho e políticas públicas. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, set./dez. 2007 p. 611-640, set./dez. 2007

MEYER, Dagmar E. Estermann. A politização contemporânea da maternidade: construindo um argumento. **Revista Gênero: NUTEG**, V. 6, N. 1; Niterói: EDUFF, 2006.

- MEYER, Dagmar E. Estermann. Teorias e Políticas de Gênero: fragmentos históricos e desafios atuais. In: **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília (DF), 2004 jan/fev; 57(1): 13-8.
- MONTALI, Lilia. Relação família-trabalho: reestruturação produtiva e desemprego. **São Paulo em Perspectiva**, v. 17, n.2. São Paulo, abr/jun. 2003
- MONTERO, Rosa **A louca da casa**. Tradução de Paulina Wacht e Ari Roitman – Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.
- MOREIRA, Lisandra Espíndula e NARDI, Henrique Caetano. “Conciliar é possível”? Trabalho e Maternidade em recortes da mídia contemporânea. In: **Anais Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade**: discutindo práticas educativas. Porto Alegre: UFRGS, 2007.
- NARDI, Henrique Caetano. **Ética, trabalho e subjetividade**: trajetórias de vida no contexto das transformações do capitalismo contemporâneo. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.
- NARVAZ, Martha Giudice, NARDI, Henrique Caetano e MORALES, Bianca Nas tramas do discurso: A abordagem discursiva de Michel Pêcheux e de Michel Foucault. **Revista de Psicologia Política** Vol. 6, N° 12 (2006)
- OFFE, Claus. Trabalho: a categoria sociológica chave? In: **Capitalismo desorganizado – transformações contemporâneas do trabalho e da política**. Editora Brasiliense, 1985.
- ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Manual de Capacitação e informação sobre gênero, raça, pobreza e emprego**: guia para o leitor. OIT, Brasília, 2005.
- PANTOJA, Ana Lúcia Nauar “Ser alguém na vida”: uma análise sócio-antropológica da gravidez/maternidade na adolescência, em Belém do Pará, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 19(Sup. 2):S335-S343, 2003
- PENN, Helen. Primeira infância: a visão do Banco Mundial. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 115, 2002 .
- REVEL, Judith. **Michel Foucault**: conceitos essenciais. São Carlos: Claraluz, 2005
- RIO GRANDE DO SUL. Gabinete da Primeira Dama. Te Liga. Gravidez Tem Hora: Cláudia Rigotto lança Campanha de prevenção à gravidez na adolescência. Projetos, 2006. Disponível em: <http://www.primeiradama.rs.gov.br/> Acesso em: 14 nov de 2006.
- RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Educação destaca reflexos do planejamento familiar na educação. Notícia publicada em 02/08/07. Disponível em: <http://www.estado.rs.gov.br/> Acesso em: 05 de janeiro 2008.
- ROSSETTI-FERREIRA, Maria Clotilde, RAMON, Fabiola and SILVA, Ana Paula Soares

Políticas de atendimento à criança pequena nos países em desenvolvimento. **Cadernos de Pesquisa**, Mar 2002, no.115, p.65-100. ISSN 0100-1574

SCHWENGBER, Maria Simone Vione. **Donas de si? A educação de corpos grávidos no contexto da Pais & Filhos**. Porto Alegre: UFRGS, 2006 Tese (doutorado em educação) Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006.

SORJ, Bila; FONTES, Adriana e MACHADO, Danielle Carusi. Políticas e Práticas de Conciliação entre família e trabalho no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, set./dez. 2007 p. 573-594, set./dez. 2007

TAIN, Laurence. Um filho *quando* eu quiser? O caso da França contemporânea. **Rev. Estud. Fem.** V. 13, n.1 Florianópolis, jan/abr. 2005.

TITTONI, Jaqueline. **Trabalho, poder e sujeição**: trajetórias entre o emprego, o desemprego e os “novos” modos de trabalhar. Porto Alegre: Dom Quixote, 2007.

TONI, Miriam de. Visões sobre o trabalho em transformação. In: **Sociologias**, n.9, Porto Alegre, Jan/Jun 2003.

TROIANO, Cecília Russo. **Vida de equilibrista**: dores e delícias da mãe que trabalha. São Paulo: Cultrix, 2007.

YALOM, Marilyn. **A história do seio**. Lisboa: Teorema, 1997

YANNOULAS, Silvia Cristina. **Dossiê: Políticas públicas e relações de gênero no mercado de trabalho**. Brasília: CFEMEA; FIG/CIDA, 2002.

APÊNDICE I

Temas para entrevista

1) Identificação e dados objetivos

- Nome:
 - Idade:
 - Estado civil:
 - Religião: () praticante () não praticante
 - Cor:
 - Escolaridade máxima atingida:
 - Naturalidade:
 - Descendente de imigrantes, se sim, qual:
 - Família:
- Profissão dos pais:
 Número de irmãos:
 Profissão do companheiro/esposo/pai do filho:
 Participação de outros na renda familiar:
- Trabalho:
- Idade que começou a trabalhar:
 Tipos de trabalho e período de permanência:
 Função atual: Vínculo:
 Carga horária:
- Maternidade:
- Idade que se tornou mãe:
 Número de filhos:
 Idade dos filhos:
 Pessoas ou instituições que participam dos cuidados com os filhos: (pais, babá, vizinhos, creche, etc)

2) Questões abertas

- O que aconteceu antes em sua vida, o trabalho ou a maternidade?

Maternidade

- Como era a sua vida antes de ser mãe?
- Como foi a chegada do primeiro filho? Foi planejado?
- E para a família como foi a chegada de mais um membro?
- Que mudanças na sua vida você atribui a esse momento?
- Era como você esperava?
- Se tem mais de um filho: Como foi a chegada dos outros filhos? Foram planejados? Houve mudanças com o nascimento dos outros filhos? Mudou o jeito de ser mãe?
- Pensa em ter outros filhos? Porque?
- O que é ser mãe pra você?
- Quando tem dúvida ou dificuldade como mãe, ao que recorres? Onde ou com quem esclarece as dúvidas?
- Tem alguém que te serve como exemplo de mãe? Como essa pessoa é?
- Você acha que houve mudanças no jeito de ser mãe e nos cuidados com as crianças nos últimos anos? Como era antes e como é hoje? O que mudou?

- Quais as tarefas que assume com o(s) filho(os)?
- Quais tarefas tu entendes que sejam responsabilidades específicas da mãe?
- Que habilidades são necessárias para essas atividades?
- Quem mais participa dos cuidados com a criança (pessoas, instituições)? Como são divididas as atividades?
- Qual o papel do pai no cuidado com o filho? Ele trabalha? Como ele divide suas tarefas entre o trabalho e a casa? Como você vê essa atuação?

Trabalho

- Como foi o início da vida profissional?
- Você trabalhou naquilo que escolheu ou teve que pegar o que apareceu?
- Que mudanças foram necessárias quando começou a trabalhar?
- Era o que você esperava?
- O que é um trabalho ideal pra você?
- Qual a importância do trabalho em sua vida?
- E para a sua família?
- Você acha que o modo de trabalhar e os tipos de trabalho mudaram nos últimos anos? Como era antes e como é hoje? O que mudou?
- Como é o seu trabalho hoje? Cotidiano, tarefas, habilidades necessárias.
- O que é pra você ser uma boa trabalhadora?
- Você se orgulha da sua profissão?
- Você percebe alguma diferença por ser uma mulher no mercado de trabalho?
- O trabalho da mulher é diferente do trabalho do homem? Por quê?
- Em casa, como é a divisão das tarefas?

Mãe trabalhadora

- Quando começou a exercer as duas funções de mãe e trabalhadora?
- Como foi esse período?
- O que mudou no seu jeito de trabalhar ou no seu jeito de ser mãe?
- O que foi positivo? E quais as dificuldades?
- Como é um dia típico para você?
- Como é a divisão do seu tempo entre o trabalho, a família e o lazer?
- Você acha que a rotina das mulheres mudou nos últimos anos? Por quê?

Futuro

- O que você espera do futuro?
- O que você desejava para sua vida até o momento, você alcançou? Quais eram seus objetivos?
- Para você, o que é ser feliz?
- O que você espera da sua vida profissional?
- O que você quer para o futuro dos seus filhos?
- Você sente segurança para planejar o futuro?